

Serra Gaúcha: **ETNIAS E DIVERSIDADE**

ORGANIZADORES

Gelson Leonardo Rech
Terciane Ângela Luchese
Roberto Radünz
Anthony Beux Tessari



Serra Gaúcha: **ETNIAS E DIVERSIDADE**

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

Pró-Reitora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico:
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Jaqueline Stefani
Karen Mello de Mattos Margutti
Márcio Miranda Alves
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales Praeeminentia
Iustitia/Peru*

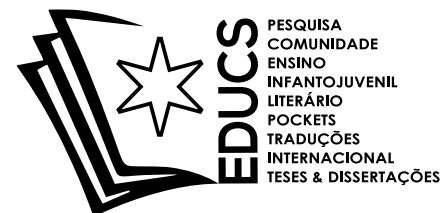
Juan Emmerich
Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
Universidad Nacional del Centro/Argentina

Nathália Cristine Viecei
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



Serra Gaúcha: **ETNIAS E DIVERSIDADE**

ORGANIZADORES

Gelson Leonardo Rech
Terciane Ângela Luchese
Roberto Radünz
Anthony Beux Tessari

Patrocínio:

FLORENSE



© dos organizadores

1ª edição: 2024

Preparação de texto: Giovana Letícia Reolon

Leitura de prova: Maria Teresa Echevengúá Maldonado

Editoração: EDUCS

Capa: Foto de Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

S487 Serra Gaúcha : etnias e diversidade / organização Gelson Leonardo Rech ... [et al.]. – Caxias do Sul : Educs, 2024.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

Vários autores.

ISBN 978-65-5807-370-3

1. Grupos étnicos - Serra, Região (RS). 2. Multiculturalismo. I. Rech, Gelson Leonardo.

CDU 2. ed.: 39(816.5)

Índice para o catálogo sistemático

1. Grupos étnicos - Serra, Região (RS)

39(816.5)

2. Multiculturalismo

316.7

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Etnias e diversidade na Serra Gaúcha: uma reflexão necessária/ 6

Gelson Leonardo Rech
Terciane Ângela Luchese
Roberto Radünz
Anthony Beux Tessari

Os indígenas

No sussurro das matas: os indígenas da Serra Gaúcha/ 10

Artur Barcelos
Adriana Fraga da Silva

Os negros

Contato entre Ítalos e Afrodescendentes/ 18

Lucas Caregnato

Os portugueses

Os portugueses e as portuguesas em Caxias do Sul/ 30

Luiza Ebert de Oliveira

A *vozinha*, os imigrantes tanoeiros e um bairro chamado Lusitano/ 39

Tadiane Tronca

Os italianos

Os italianos: imigração e colonização/ 43

Gelson Leonardo Rech
Terciane Ângela Luchese
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Os alemães

Experiência de colonização alemã na Serra Gaúcha: práticas culturais e vivências sociais/ 54

Roberto Radünz

Associação Cultural Germânica de Caxias do Sul – *Alles Gut*/ 65

Lucas Thimmig Diel

Os poloneses

Poloneses na Serra Gaúcha: Formação de comunidades e estruturação do ensino étnico/ 68

Adriano Malikoski

Contribuição cultural da etnia polonesa/ 75

Iraci Marin

Os suíços-valesanos

Imigração suíço-valesana na Serra Gaúcha/ 78

Adonis V. Fauth

Os britânicos e os franceses

Presença de britânicos e franceses na Serra Gaúcha/ 88

Vicente M. Dalla Chiesa

Os espanhóis

Espanhóis entre os morros da Serra Gaúcha/ 96

Cristiane Bondan Rampazzo

Os sírios e os libaneses

Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes na Serra Gaúcha e no Norte do Rio Grande do Sul/ 103

Julio Bittencourt-Francisco

Os húngaros

Imre Herlinger e Lenke Josipovits: vivências de imigrantes judeus húngaros/ 110

Bernardo Luchini Bisatto

Os senegaleses

Narrativas em trânsito: a imigração senegalesa em Caxias do Sul/ 114

Franciele de Almeida de Oliveira

Migrantes contemporâneos

Migrações contemporâneas: da colônia italiana à cidade multiétnica/ 121

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Os organizadores e autores/ 129

Créditos das imagens/ 132

Etnias e diversidade na Serra Gaúcha: uma reflexão necessária



Grupo de funcionários da fábrica Abramo Eberle & Cia. reunidos
em um piquenique oferecido pela empresa no Balneário
Germani. Caxias do Sul (RS), [1910].

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco (2002) é um documento balizador para pensar a diversidade das culturas e estimular práticas e convivências baseadas em relações de tolerância, cooperação e construção de um clima de confiança e entendimento mútuos, sabendo e reconhecendo que nas diferenças humanas está o potencial. A paz e a segurança internacional são mencionadas como possíveis na medida em que a diversidade cultural, além de reconhecida, é valorizada. De certo modo, esta obra celebra a construção histórica regional, demonstrando como diferentes etnias e culturas povoaram, se encontraram e se colocaram em relação no território que constitui a Serra Gaúcha.

Dos povos nativos aos imigrantes internacionais e nacionais que foram chegando, por vezes em condições muito distintas, cada qual com seu arcabouço cultural e modo de vida, foram se adaptando, mudando e construindo novas formas de ser, viver e conviver. Entrelaçar essas histórias, num mesmo espaço e em diferentes temporalidades, mas valorizando a presença da diversidade, é o objetivo que conduziu a reunião dos diversos textos que constituem esta obra. Na diversidade cultural e étnica, a construção de um patrimônio humano comum, partilhado e entrelaçado que dá sentido e permite compreender a Serra Gaúcha nos dias atuais.

Feita a muitas mãos, o que é coerente com a diversidade cultural abordada, a Universidade de Caxias do Sul reuniu pesquisadores com saberes consolidados para tratar um conjunto de etnias que povoaram e embelezaram o mosaico cultural da Serra Gaúcha. É mister destacar que há muitos estudos referentes às etnias aqui apresentadas para os quais convidamos os leitores a continuarem o aprofundamento, inclusive aproveitando-se das referências elencadas ao final de cada capítulo. A visão de conjunto das etnias, que mescla aspectos históricos, sociológicos e culturais, mesmo que

não exaustivamente aqui consubstanciada, propõem-se a ser material didático de apoio aos professores, introdutório e acessível na linguagem para todos os que querem entender a trama social da Serra Gaúcha.

Importante referir que a Serra Gaúcha é um conceito amplo. Aqui compreendemos a Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, no interior do RS, mas, por se tratar de culturas e de limites que ultrapassam territórios para além do que pode-se chamar de município típico de determinada etnia – fato que a diversidade impede contemporaneamente de caracterizar –, deixamos a referência de Serra Gaúcha ampliada para municípios da Região Funcional 3, conforme a Secretaria de Desenvolvimento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, compreendendo a Região das Hortênsias e os Campos de Cima da Serra, perfazendo 49 municípios¹. É nesse ambiente geográfico, mas para além dele, que selecionamos para este trabalho algumas etnias que marcam os processos autóctones, imigratórios ou colonizadores referidos pelos autores. Desse modo, temos um panorama das etnias que se desenvolveram e imprimiram suas marcas na paisagem cultural da região.

Entendemos que o étnico e a etnicidade constituem parte dos processos identitários humanos. A etnicidade é percebida pelo estabelecimento da diferença na diversidade, em dimensão histórica. Mais do que algo dado no nascimento, trata-se de resultado de um processo dinâmico, ao longo da vida. A nomeação estabelecida pela diferença produz uma identificação comum que se vincula à nacionalidade e a um pertencimento étnico. Como escrevem Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 117) “estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de



Retrato da família Grossi. Caxias do Sul (RS), 1908.

saliência dessas identidades nas diversas situações de contato”. Desse modo, nesse conjunto de estudos, a identidade é pensada como um “tornar-se” (Hall, 2011), e assim podemos aferir alguns dos sentidos, nas ambiguidades, negociações, aproximações e distanciamentos, como emergentes na nomeação étnica, que entendemos ser uma reflexão necessária na contemporaneidade.

No conjunto dos estudos, muitos tratam de imigrantes, e, como afirmou Lesser (2015, p. 29), “muitos brasileiros entendem o termo ‘imigrante’ como uma condição ancestral ou herdada, que permanece mesmo entre os nascidos no país após várias gerações”. Nesta obra queremos ir um pouco além e convidar a pensar os múltiplos encontros, os processos históricos e socioculturais específicos desses grupos étnicos e suas múltiplas relações, pois amplia o de-

¹ André da Rocha, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Esmeralda, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabiju, Guaporé, Ipê, Jaquirana, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Francisco de Paula, São Jorge, São José dos Ausentes, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Vacaria, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

bate científico sobre o entendimento de etnicidade, de diversidade e sinaliza para o quanto há potência na diferença.

Estimamos que o livro *Serra Gaúcha: etnias e diversidade* seja uma boa leitura e que você encontre, nas páginas que seguem, muitas possibilidades para pensar e compreender nosso contexto contemporâneo e regional.

Os organizadores

Referências

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

LESSER, J. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2015.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. OAS, 2002. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.



Monumento Nacional ao Imigrante em 1958, durante a visita dos presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, e da Itália, Giovanni Gronchi.

Diversidade cultural representada no desfile da Festa da Uva.



OS INDÍGENAS

No sussurro das matas: os indígenas da Serra Gaúcha

Artur Barcelos
Adriana Fraga da Silva

A Serra Gaúcha é um extremo da formação geomorfológica chamada de Planalto Meridional. Assim, ela é também uma área de transição entre paisagens. Por isso a experiência de percorrê-la, seja descendo ou subindo pelas estradas atuais, provoca a sensação de mudança do visual. Em direção ao sul, a Serra encontra a Depressão Central, com os vales dos rios da Bacia do Jacuí. Nas direções leste e sudeste está a Planície Costeira. Estamos diante de ao menos três microambientes distintos, o Planalto, a Depressão Central e a Planície Costeira. Isto significa diferenças de relevo, fauna, flora, clima, solos etc.

Uma característica humana inegável é seu comportamento de construir paisagens. Desde as origens mais remotas da humanidade gerações vêm deixando suas marcas por onde passam. Às vezes na forma de grandes e suntuosas construções, às vezes apenas na forma de traços muito pequenos, só identificados por finas análises químicas e físicas. De uma maneira ou de outra, vemos os vestígios das pessoas que habitaram ou transitaram por lugares onde, atualmente, também transitamos e habitamos. E isso nos permite reconstituir mentalmente suas vidas em todas as esferas possíveis. Por esse caminho podemos construir uma consistente história das pessoas que ocuparam a Serra Gaúcha desde o princípio da presença humana nessa região.



Indígena kaingang confeccionando cesta de Taquara.

A maior parte das informações que dispomos sobre as populações que viveram no passado da Serra Gaúcha se deve à Arqueologia.

Desde os anos 70 do século passado arqueólogos vêm percorrendo a região em busca dos sítios arqueológicos resultantes da vida cotidiana de grupos indígenas na Serra e no Planalto. Com o tempo, vários lugares foram identificados e alguns escavados. Os resultados das pesquisas permitiram criar um quadro geral da ocupação humana e das características sociais e econômicas desses grupos ao longo do tempo.

Essa ocupação remonta há mais de 6 mil anos para os Campos de Cima da Serra. Como desconhecemos a forma como esses grupos se autodenominavam, os arqueólogos reúnem as evidências arqueológicas que possuem determinadas características e criam conjuntos. Com estes, estabelecem as chamadas “Tradições Arqueológicas”, que não se referem a um grupo específico, mas sim às formas como produziam seus utensílios (ferramentas, armas de caça etc.). De todos os artefatos que essas pessoas produziram ao longo de milhares de anos, chegaram até os dias de hoje majoritariamente os instrumentos de pedra, chamados líticos, que podem ser feitos por lascamento ou polimento. Para a ampla região da Serra e do Planalto, alcançando áreas vizinhas, há sítios arqueológicos identificados pelas características dos utensílios que foram encontrados. E assim foi definida a Tradição Humaitá.

Há aproximadamente 2 mil anos os vestígios indicam a chegada de novos grupos na região.

Diferentemente dos mais antigos habitantes, dos quais não temos informações sobre constituição física, idioma e conjunto de crenças, no caso dos grupos mais recentes podemos apresentar uma maior quantidade de interpretações. Isso se deve ao fato de que esses indígenas, ao que indicam os estudos antropológicos,

eram falantes do tronco linguístico Jê, o mesmo dos coroados, dos botocudos, dos xoglengues, dos guaianás e dos atuais kaingangues.

Assim, podemos incluir a chegada desses indígenas no Planalto e na Serra Gaúcha como parte da expansão dos grupos de fala Jê desde as zonas de cerrados e caatingas do Planalto Central até as florestas subtropicais de araucárias e campos do Planalto Meridional.

Esses indígenas são, então, aparentados com todos os grupos de fala Jê do Brasil. Nos vales dos contrafortes da Serra, rumo ao sul e ao litoral, e nas matas dos rios da Bacia do rio Uruguai ao oeste havia a presença de grupos do tronco linguístico tupi-guarani, com os quais se acredita que mantinham contatos, amistosos ou de competição por recursos.

Sobre os grupos de fala Jê temos duas fontes principais de informações: as arqueológicas e as que resultaram do contato desses grupos com luso-brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, sobretudo os imigrantes italianos, alemães, poloneses etc. que chegaram à região a partir do século XIX. Com o conjunto dessas fontes, historiadores, arqueólogos e antropólogos realizam suas interpretações sobre os povos indígenas da Serra Gaúcha. Assim, conseguimos imaginar e reconstruir como pode ter sido a vida daquelas pessoas antes da chegada dos europeus e, também, como se deram os primeiros contatos, os conflitos, a perda de territórios e o destino de seus descendentes.

A invasão dos europeus nas terras meridionais do Brasil se deu por duas frentes. Avançando de oeste para leste estavam os espanhóis, estabelecidos na ampla região do rio da Prata desde o século XVI (anos de 1500), em cidades como Buenos Aires (1536), Asunción (1537), Santa Fé (1573), Corrientes (1588), entre outras. Foi por intermédio dos espanhóis que os missionários jesuítas entraram nos territórios indígenas do atual Rio Grande do Sul a partir de 1624.

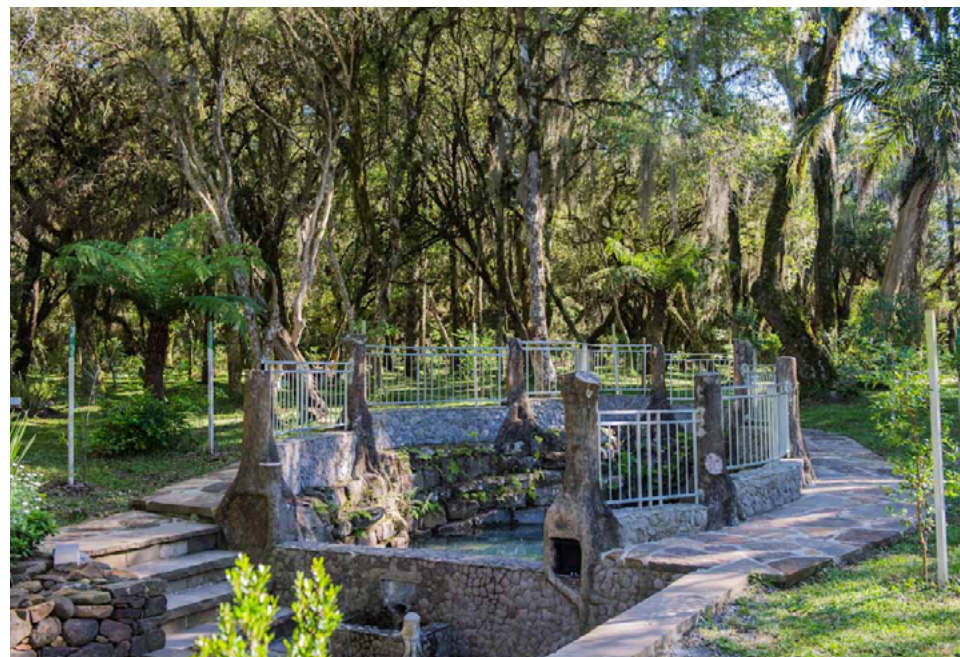
Inicialmente, dedicaram-se a evangelizar os índios guarani das bacias dos rios Uruguai, Ibicuí, Ijuí, chegando até a Depressão Central, na bacia do Jacuí. Ao longo de 150 anos de atividades missionárias, os jesuítas fizeram poucas incursões nos Campos de Cima da Serra e na Serra propriamente dita.



A tentativa de sair dos territórios dos guarani e chegar até os contrafortes da Serra e o vale do rio Caí resultou na morte do padre Cristóvão de Mendoza, em 1635, em local de difícil localização precisa. Esse fato acabou fazendo com que, na década de 1940, o padre Luiz Gonzaga Jaeger e o historiador Aurélio Porto identificassem a localidade de Água Azul, no atual Distrito de Santa Lúcia do Piaí, como lugar onde o corpo do jesuíta martirizado teria sido depositado pelos guarani que o acompanhavam.

Um esquecimento secular caiu sobre a vida e a morte do p. Cristóvão. A retomada das pesquisas, com o retomo ao Rio Grande do Sul dos jesuítas no século passado, baseadas em farta documentação, fez com que Aurélio Porto e Luiz Gonzaga Jaeger tratassem da questão e iniciassem as primeiras buscas referentes ao local. Foi em 29 de novembro de 1940, há, portanto, 49 anos, que o local foi identificado, embora ficassem algumas dúvidas a respeito (Gardelin, 1993).

Segundo um relato do século XVII, os índios Caaguá, que Aurélio Porto classifica como um subgrupo dos guaianás, teriam sido os responsáveis pela morte do missionário. Em 1922, o padre Carlos Teschauer (2002, p. 63) referiu-se assim aos caaguás: “Estes mereciam bem seu nome, que quer dizer gente silvestre, sendo por causa de sua rudeza e bruteza, em que muito se pareciam aos irracionais”. E Aurélio Porto (1954, p. 50), classifica esses indígenas como “gente do mato, silvestre, que parecem ser os últimos representantes do povo autóctone da região [...] tinham características singulares e eram de uma rusticidade primitivíssima”.



Fonte de Água Azul, no distrito de Santa Lúcia do Piaí, em Caxias do Sul.



Todos esses autores fizeram parte de uma tradição que acabou levando à construção de uma imagem histórica que, em certa medida, diferencia “índios” de “bugres”.

Isso se deve ao fato de que os jesuítas, ao não terem sucesso em suas tentativas de evangelizar grupos da Serra e da Depressão Central, acabaram atribuindo-lhes características negativas. Já aos guarani, dos quais uma parte significativa aceitou viver nas Missões por mais de 150 anos, eram atribuídas qualidades positivas. Por vários fatores, os jesuítas desistiram de cristianizar os índios do atual nordeste do Rio Grande do Sul. No início do século XVIII os guarani das Missões levaram milhares de cabeças de gado para os campos do Planalto e tentaram estabelecer uma reserva de animais chama-

da Vacaria dos Pinhais, e mesmo nessa etapa não houve tentativas de atrair os grupos das matas locais para a vida nas Missões.

No sentido contrário do avanço espanhol por meio dos jesuítas estavam os portugueses, que, desde o final do século XVII (anos de 1600), estavam expandindo sua presença nas terras que ficavam entre São Paulo e o rio da Prata. Assim, em 1676 fundaram Laguna, atual litoral de Santa Catarina; em 1680 fundaram a Colônia do Sacramento, na margem norte do rio da Prata; e em 1737 fundaram Rio Grande, na margem sul do canal de deságue da Lagoa dos Patos no oceano Atlântico. Ao longo do século XVIII os portugueses trilharam um caminho terrestre desde a Colônia do Sacramento até os chamados Campos de Viamão. Dali, subindo a Serra, alcançavam o Planalto rumo a Sorocaba, em São Paulo. Essa rota era praticamente pelo litoral até os Campos de Viamão, por isso era chamado de Caminho do Mar. Mas, para alcançar o Planalto, cruzavam por um território ocupado pelos grupos de fala Jê. Essa presença portuguesa inicialmente bordeava a Serra e apenas cruzava os campos do Planalto. Com a instalação do Registro de Santa Vitória, em 1774, na margem do rio Pelotas, houve algum contato de trocas com os indígenas. Contudo, nenhuma iniciativa foi feita para integrá-los diretamente à sociedade colonial que estava se formando ao seu redor. Assim, por mais de duzentos anos tanto a Serra quanto os Campos de Cima da Serra ficaram relativamente isolados da presença de brancos, em uma espécie de bolsão pouco impactado pela ação colonial espanhola e luso-brasileira, situação que se alteraria com a chegada de imigrantes na segunda metade do século XIX. Referindo-se aos guaianás, outra denominação para indígenas de fala Jê que ocupavam o Nordeste do Rio Grande do Sul, Schmitz (1993, p. 196) destaca que:

[...] a informação sobre o modo de vida e a história da população guaianá do começo da colônia é quase nula porque nem os bandeirantes paulistas parecem ter tido maiores contatos com eles, apesar de passarem por seu território para alcançar as reduções do Tape, nem os missionários portugueses. Estes fizeram algumas tentativas de missão, mas fracassaram e abandonaram a empresa [...] eles vão ser notados quando a colonização feita pelos fazendeiros nos campos altos e os alemães nas matas da encosta do Planalto entram em seu território e passam a considera-los um estorvo para a ocupação efetiva do território.

Em 1822 o viajante e comerciante francês Nicolau Dreys (1961, p. 68-69) escreveu sobre os indígenas da ampla região do Planalto e da Serra:

A 16 léguas, mais ou menos, do registro de Santa Vitória, principia uma floresta bastante densa dividida em duas porções quase contínuas: Mato Português e Mato Castelhana. Esses matos [...] servem como de reduto aos indígenas, para virem ao encontro dos habitantes; e como infelizmente é raro que eles não tenham que sofrer algumas hostilidades na fronteira externa que ocupam a nossa vizinhança [...] escolheram esse lugar para teatro de represálias; ali o viajante isolado ou imprevidente corre eminentemente o risco de ser acometido, e quase sempre o número triunfa da mais porfiada resistência; dizemos o número, podemos dizer também a coragem; pois de reconhecer-se que o terror das armas de fogo não produzia já sobre o ânimo do selvagem aquela comoção do espanto que precipitava sua fuga; agora esperam imóveis a descarga, e como sabem que, depois de dar fogo, preciso é tornar a carregar aproveitam-se do silêncio instantâneo do trovão europeu, para correrem sobre o inimigo [...].

Alphose Mabilde foi um engenheiro belga que viveu no Rio Grande do Sul de 1833 até a sua morte em 1892. Deixou registro de sua vivência com os indígenas dos Campos de Cima da Serra em seus *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. Ele foi, por dois anos, prisioneiro dos indígenas quando estava abrindo estradas na região de Santa Cruz. Dessa experiência, além do que vivia por toda a região em seus trabalhos, Mabilde (1866 [1983], p. 07) deixou suas impressões etnográficas, das quais se destaca este trecho:

[...] os indígenas selvagens que habitavam as matas da província do Rio Grande do Sul são conhecidos entre nós pelo nome de bugres. Este parece ser o nome guerreiro que se tem dado para diferenciá-los dos indígenas guaranis que, na época das conquistas do território pelos europeus, não procuravam a vida florestal como os que chamamos bugres.

Até a literatura tratou de reforçar a imagem negativa sobre os indígenas que ocupavam a região quando da chegada dos imigrantes. Dalcin Fidelis Barbosa, em seu livro *O campo dos bugres* (1975), criou o seguinte diálogo:

- Por aqui termina a zona colonial alemã – disse Pedro. – Agora é só mato e serra. Foi por aqui que passaram os primeiros imigrantes italianos. Não havia caminho. Foram abrindo picada a facão e trepando a serra a pé, carregando a bagagem às costas.
- Sozinhos? – perguntei.
- Não. Eles tinham um bugre, conhecido por Luís Bugre.
- Bugre de verdade?
- Sim, bugre legítimo, mas semicivilizado. Os colonos o pegaram pequeno.



Essas imagens dos “bugres” acabaram provocando um descolamento histórico entre os descendentes de imigrantes e luso-brasileiros e os indígenas que ainda vivem na região, cada vez em número mais reduzido. Sua história é reconstruída por meio das fontes dos primeiros contatos, que indicam os conflitos pela posse e pelo uso da terra e seus recursos, e da Arqueologia, que trata de interpretar os vestígios da presença mais recuada de sociedades indígenas na Serra Gaúcha.



Escultura de indígena produzida pelo “Grande Laboratório Artístico” de Tarquínio Zambelli.

Desde os anos 60 do século XX ocorrem pesquisas arqueológicas na Serra e nos Campos de Cima da Serra.

Do conjunto das informações advindas da Arqueologia, é possível construir um quadro geral da vida dos indígenas até a chegada dos europeus. A ocupação da área, os acampamentos e as estruturas de habitação

estavam relacionados ao clima e suas variações ao longo do ano. No amplo território que ocupavam, praticavam a caça de animais como porcos do mato, capivaras, pequenos cervídeos, entre outros. Cultivavam milho e realizavam a coleta do pinhão nas flores-

tas de araucárias. Isso permitia o aproveitamento dos recursos dos diferentes ambientes da região:

A coleta do pinhão em imensos capões de araucária, as frutas da floresta decidual nas encostas e da floresta mista no topo do planalto; a caça realizada em capões, ou nas matas de galeria, ou no campo, e as roças dentro da mata ou nas pequenas várzeas poderiam ser realizadas ali com facilidades maiores que a de outros locais (Corteletti, 2008, p. 172).



Uma questão que sempre se destaca quando se trata de indígenas da Serra Gaúcha é a sua relação com as estruturas chamadas de “Casas Subterrâneas”, conhecidas na região também como “Buracos de Bugre”.

Essa denominação “bugre”, como demonstrado acima, acabou se transformando em um qualitativo negativo. Seu uso para se referir aos vestígios das antigas estruturas escavadas no solo demonstra que a ideia de índios selvagens e indômitos subjaz na região. Sobre essas estruturas, destaca Arno Kern (2009, p. 43):

“Nessa imensa área do Planalto, de invernos frios e verões amenos, manhãs brancas de geada e nevascas ocasionais, estes grupos realizaram uma das mais destacadas invenções adaptativas de nossa história local, exemplificando a sua capacidade e criatividade. Casas isoladas ou agrupadas em conjuntos, subterrâneas e semisubterrâneas, circulares, mas também eventualmente elípticas, estendem-se desde o sul de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul.

Essas casas subterrâneas não possuem um padrão definido de tamanho e número de habitações concentradas. São encontradas, em média, com profundidade de 2 a 3 metros e largura de 4 a 6 metros na superfície, afunilando em uma estrutura semicônica. Por isso são tradicionalmente chamados de buracos. Dentro se encontram camadas de ocupações de épocas distintas (uso contínuo ou alternado), com restos de fogueiras, fragmentos de utensílios feitos de cerâmica, artefatos feitos de pedras polidas ou lascadas e restos

de alimentação. São os vestígios mais marcantes na paisagem atual, mas não os únicos.

Existem também os montículos circulares, alguns conhecidos como “dançadores”, e os abrigos sob rochas. Ainda não há estudos que permitam afirmar que todas essas estruturas estão relacionadas entre si e são dos mesmos grupos indígenas ou sequer do mesmo período. Contudo, elas demonstram uma presença humana antiga e continuada na Serra Gaúcha que remonta há muitos séculos antes da chegada dos europeus.



Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisas
Arqueológicas (Lepar), vinculado ao Instituto Memória
Histórica e Cultural da UCS.

Essa presença indígena esteve sempre marcada por zonas de sombra quando os imigrantes e seus descendentes trataram de reconstituir a história da região. No final da década de 1940 teve início um movimento para que se erguesse um monumento aos primeiros colonizadores de Caxias do Sul. João Spadari Adami, alfaiate, barbeiro e historiador dileitante, publicou um longo artigo no jornal *O Momento*, em 1949, no qual defendia que o monumento fosse erguido na “Praça do Bugre”:

“Mas o lugar para o monumento, deve ser o da ex praça bugre, porque foi ali que começou a povoação e, prestaríamos, assim, dando preferência a esse logradouro, uma homenagem ao patrono do mesmo – o bugre –, aliás, verdadeiro iniciador desta cidade, embora inconsciente, ele abriu em plena selva, com suas únicas ferramentas, as mãos, a clareira onde puderam seus sucessores, os nossos avós, dar início com maior brevidade e facilidade a Caxias que aí está, fato esse que o bom caxiense, não só não deve deixar de reconhecer, como, quando penetrar no caminho da história da terra que nos viu nascer, não deve se deter na estaca zero que diz respeito nossos avós peninsulares e, sim, prosseguir além desse ponto, onde poderemos descobrir através do murmúrio dos rios ou o sussurro da mata remanescente, histórias bonitas e tristes também dos nossos conterrâneos bugres, que a pedido do governo, desocuparam-na para cedê-la a nossos avós (Adami, 22 jan. 1949, p. 04).

Esse artigo reflete o exercício textual de Adami para encaixar os indígenas em uma continuidade histórica que, naturalmente, haveria ocorrido com a chegada dos imigrantes. Assim, o celebrado historiador de Caxias do Sul suavizava todo o processo de conflitos entre imigrantes e indígenas com a afirmação de que esses últimos haviam, a pedido do governo, cedido suas terras aos colonos italianos. Como forma de reconhecer esses sujeitos históricos, Adami sugeriu que o monumento fosse instalado no local mais emblemático da presença indígena ancestral, a Praça do Bugre. Uma sutil forma de apagamento, ainda que Adami alegasse que a razão seria preservar a história dos “bugres”, inclusive buscando localizar um suposto cemitério indígena que teria sido descoberto em Caxias no século XIX.

...
Hoje a história dos povos originários está sendo revista, com maior protagonismo dos grupos que ocupavam milenarmente as terras americanas antes da chegada dos europeus. O Brasil é um país que enfrenta a necessidade de um reencontro com o seu passado no qual os conflitos possam auxiliar na compreensão dos destinos históricos de cada etnia que compôs o que viria a se tornar a sociedade brasileira.

Na Serra Gaúcha também estamos em busca de formas de dar novos sentidos ao passado. A ruptura nos ritmos de vida, nas crenças e nos costumes dos indígenas provocada pela gradual chegada de contingentes de luso-brasileiros, alemães, italianos, poloneses e outros em seus territórios foi um processo inegável. Contudo, em que pese o fato de que os indígenas foram levados a uma desterritorialização, seus descendentes estão presentes na sociedade atual. Seus conhecimentos ancestrais sobre o manejo da natureza, a organização política coletiva e as formas de coexistência com o meio-ambiente têm se mostrado de grande importância e impacto sobre os projetos mais amplos para o futuro.

Referências

ADAMI, João Spadari. *O Momento*. 22 jan. 1949.

BARBOSA, Dalcin F. *O campo dos bugres*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia (EST), 1975.

CORTELETTI, Rafael. *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

DREYS, Nicolas. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961 [1822].

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST, 1993.

KERN, Arno A. Pré-História e ocupação humana. In: GOLIM, Tau; BOEIRA, Nelson. *Povos Indígenas*. [S.l.]: Ed. Méritos, 2009. (Coleção História do Rio Grande do Sul; 5).



Pintura corporal indígena.
Comunidade Kaingang Pânóh Mág
de Farroupilha (RS), 2016.

MABILDE, Pierre A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. IBRASA, 1983 [1866].

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954.

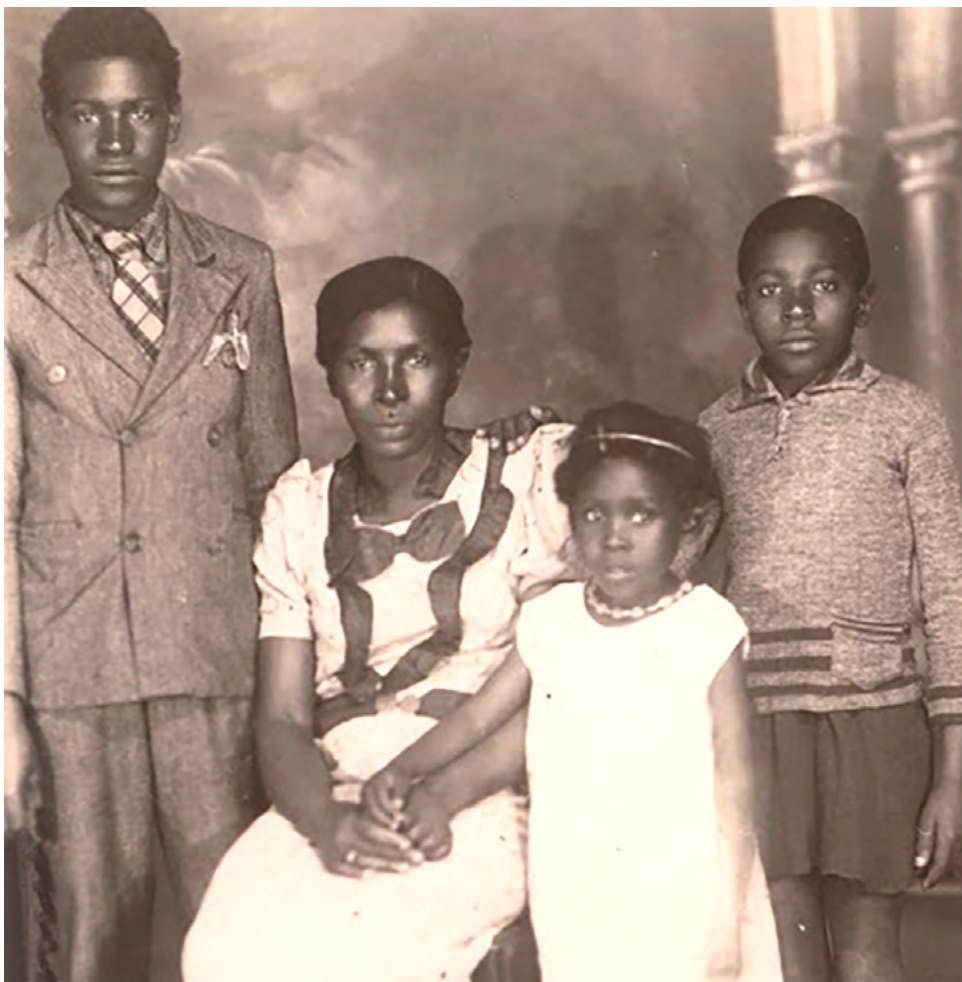
SCHMITZ, Pedro Ignácio. Os indígenas e a colonização no Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 187-202, 1993.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

Carro alegórico da Festa da Uva de 1950, tendo em primeiro plano a representação de um indígena. Caxias do Sul (RS), 27/2/1950.



OS NEGROS



Maria Felícia dos Santos de Jesus com os filhos Libio, Aracy e Nely.

O Contato entre Ítalos e Afrodescendentes

Lucas Caregnato

A compreensão da história regional implica um olhar abrangente que contemple a diversidade cultural e étnica presente nesse espaço.

Caxias do Sul surge com o processo de imigração europeia, tendo recebido um número elevado de imigrantes italianos. Porém, a partir das fontes disponíveis, percebe-se a diversidade da origem nacional dos imigrantes chegados na cidade, apesar de a maioria ser proveniente da península itálica. Isso denota que,

no processo de imigração, já havia uma diversidade cultural e étnica entre os imigrantes, e não uma unanimidade de italianos, como aponta o senso comum.

Ao analisar a presença de afrodescendentes no município de Caxias do Sul, na primeira metade do século XX, torna-se necessária uma investigação sobre a formação política, econômica e populacional da Colônia Caxias, conhecida inicialmente como *Fundos de Nova Palmira* (Herédia, 1997).

A região foi povoada por imigrantes europeus, italianos em sua maioria, que têm, na política de terras do governo federal, pela Lei nº 601 de 1850, sua *mola propulsora*. O Rio Grande do Sul recebeu 80 mil peninsulares no período de 1875 a 1914 (Maestri, 2005).

O sistema de terras instalado foi o de glebas contínuas, cujos módulos variavam entre 25 e 35 hectares. Cerca de 5 mil famílias de colonos foram estabelecidas nas 32 léguas em quadro da região. “Das Colônias Caxias com 2.700 lotes, Dona Isabel e Conde d’Eu

com 5 mil lotes entre ambas” (Giron, 1977, p. 23). Os lotes colocados à venda foram rapidamente vendidos, o que significou que a ocupação foi feita em menos de uma década. As terras foram rapidamente trabalhadas e, em breve tempo, as colheitas das culturas permanentes surtiram efeitos, sendo que, nos três primeiros anos, foram feitas colheitas permanentes e, em menos de um ano, colheitas temporárias.

As colônias agrícolas foram organizadas a partir do trabalho familiar e, de forma rápida, conseguem abastecer a economia local bem como, ainda, com o excedente da produção, entrar no mercado. As novas colônias e os colonos atraíram comerciantes de outras regiões do Rio Grande do Sul, pois a vinda de milhares de imigrantes constituía um grande potencial de consumo. Os contratos firmados entre o governo provincial e os comerciantes preveem a troca dos vales, recebidos pelos colonos do governo para sua alimentação, por gêneros alimentícios. Os comerciantes habilitados por contratos firmados com o governo deveriam fornecer os produtos necessários para a alimentação dos colonos. O comércio começa, assim, com a chegada dos primeiros imigrantes em 1875 e logo a seguir é incrementado pela chegada dos produtos agrícolas colhidos pelos colonos que abasteciam o mercado provincial.

Com o sucesso da ocupação das terras postas à venda nas colônias, novas frentes foram abertas pelo governo, ultrapassando a barreira do Rio das Antas. A indústria na região levou algum tempo para ser organizada. Os imigrantes buscavam no artesanato e na manufatura o modo de suprir suas necessidades básicas. Selarias, ferrarias, funilarias e olarias foram criadas com tal propósito. Com o passar do tempo, as antigas colônias se emanciparam e novas foram organizadas pelas iniciativas pública e privada para abrigarem o crescente número de colonos em busca de terras. Tal mercado é a primeira forma de acumulação de capital na região. O comércio das terras devolutas e das sesmarias postas à venda movimentava grande capital, o que leva, mais tarde, os colonos a organizarem uma centena de companhias de colonização. O capital proveniente do comércio das terras na maior parte foi reaplicado na terra.

Com a emancipação das colônias, a organização da economia se torna mais complexa. Em 1884, a Colônia Caxias é emancipada tornando-se o 5º Distrito de São Sebastião do Caí e, em 1890, torna-se município autônomo.

Ao longo das últimas décadas do século XIX, percebe-se uma lenta e gradual organização populacional de imigrantes na Colônia Caxias, os quais, mediante técnicas agrícolas, em pequenas propriedades rurais, vão alicerçando as bases para as relações comerciais entre os colonos e, posteriormente, por meio do excedente financeiro. A partir de 1920, organizam um sistema industrial com bases sólidas, que colocarão Caxias como um dos principais polos metalmeccânicos do país.

A política imigratória desenvolvida no século XIX tinha como intenções o desenvolvimento econômico brasileiro, por meio de um sistema que permitisse a industrialização do Brasil. Isso se opunha ao regime escravista, presente em solo brasileiro, desde o início do século XVI, unido ao latifúndio e à monocultura. Desenvolver a economia de um país, nos moldes capitalistas, não se mostrava uma tarefa tão difícil em um país com extensões continentais, rico em recursos naturais, com clima ameno e terras disponíveis. O fator principal que atrapalhava essa intenção era o trabalho escravo africano, que colocou o Brasil como último país a abolir a escravidão no Ocidente. Conforme Giron (1999, p. 121):

A imigração posta em contraposição com a escravidão ganha nova dimensão, que a explicação política não tinha condições de perceber. A imigração percebida como parte de uma questão infraestrutural deixa a esfera da explicação política para avançar em direção à explicação socioeconômica.

Junto a esse anseio de um novo modelo e sistema econômico para o Brasil, balizado no trabalho assalariado branco, a classe dominante brasileira percebe que a presença étnica e cultural do negro poderia trazer prejuízos a esse prenúncio de novos tempos, já que estes viviam sob um regime de coisificação e, segundo o olhar da classe dominante, dificultariam a mudança necessária à sociedade brasileira. A união desses fatores desencadeia os subsídios do governo imperial brasileiro ao sistema imigratório. Segundo Gorender (2000, p. 56):

A grande imigração europeia, ocorrida entre 1880 e 1920, serviu de motivo, na elite dirigente do país, para sustentar a tese sobre a vantagem do branqueamento da população. Ao mesmo tempo, parte significativa da elite pensante se inspirava em teses pseudocientíficas para sustentar considerações racistas.



Grupo de pessoas (não identificadas). Caxias do Sul (RS), [1910].

Como Gorender afirma,

“a lógica do branqueamento serve como estímulo à classe dirigente brasileira, que aprimora potencialmente a lógica de exclusão do escravizado africano.”

Esse fator colocou o imigrante europeu italiano numa situação de destaque, já que estava inserido no modelo biológico adequado às intenções do Império. Esse destaque é perceptível na mídia, na religião e na própria historiografia, que se volta aos interesses da classe dominante, evidenciando a presença do grupo social de maior expressão: os imigrantes europeus.



Plantação de enxertos na Estação Experimental de Viticultura e Enologia. Caxias do Sul, (RS), 1933.

Cabe desmitificar, aqui, a unanimidade demográfica dos imigrantes italianos na antiga Colônia Caxias. O quadro abaixo mostra os dados referentes aos quatro primeiros anos do processo:

Quadro 1: Nacionalidade dos imigrantes que chegaram em Caxias entre os anos de 1875 a 1878.

Anos	1875	1876	1877	1878	Total
Origem	Nº de famílias				
Alemães	1	60	31	4	96 2,99%
Austríacos	44	126	10	1	191 5,95%
Belgas	–	–	1	–	1 0,03%
Espanhóis	10	4	–	–	14 0,43%
Franceses	8	5	7	–	20 0,60%
Indígenas	2	–	–	–	2 0,06%
Inglêses	–	2	–	2	4 0,12%
Italianos	102	2.233	101	345	2.781 86,77%
Poloneses	–	–	16	–	16 0,49%
Russos/ Alemães	–	37	40	–	77 2,40%
Suíços	–	1	2	–	3 0,09%
Total	167	2.468	208	352	3.205

Fonte: Gardelin; Costa, 1993, p. 150-153.

Conforme os dados do quadro, é possível concluir que, se existia o predomínio de algumas etnias, estas se destacavam na constituição da população na Colônia Caxias, porém não era possível ignorar a presença dos demais imigrantes, que não foram excluídos pela Comissão de Terras, mas colocados ao lado dos imigrantes de maior predominância. Estes não ficaram à margem do desenvolvimento, relacionando-se no dia a dia, nos negócios, nas sociedades e até na constituição de famílias. Sendo assim, não é possível ignorar sua presença, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da região. Dessa forma, essas colônias se configuraram, não mais como exclusivamente italianas, ou de alguma outra determinada etnia, pois percebe-se a presença, desde a fase inicial, de afrodescendentes. Conforme Manfroi (1975, p. 125):

A distribuição de diferentes nacionalidades numa mesma colônia deveria favorecer, segundo as autoridades, uma integração mais rápida dos estrangeiros na vida sócio-cultural do país. Assim, nas antigas colônias italianas, o governo instalará colonos de diversas nacionalidades, mas a predominância numérica foi tão importante que toda essa região tornou-se com o tempo, uma área cultural italiana.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento industrial da região, os imigrantes e seus descendentes acabam se tornando o grupo dominante dos meios de produção da cidade. Isso favorece um sentimento de dever cumprido, no sentido de que a imigração obteve êxito, tornando a cidade de Caxias, já nas primeiras décadas do século XX, industrializada e repleta de casas de comércio. Porém,



os afrodescendentes, apesar de fazerem parte do processo produtivo da região desde seus primeiros anos, sofreram um contínuo processo de estigmatização.

A estes, cotidianamente, referiam-se com adjetivos pejorativos como: *scorsi*, *ladri*, entre outros.



DE PESSOAS ESTRANHAS

Grupo de operários do Lanifício Matteo
Gianella. Caxias do Sul (RS), [1950].

Comissão
1950

Apesar de a Colônia Caxias e as demais colônias imigratórias do Rio Grande do Sul não terem desenvolvido trabalho escravo no seu espaço físico, o contato com negros forros, libertos ou fugidos não foi menos importante.

Entretanto, com o tempo, a ideologia racista presente na sociedade brasileira, pelo seu longo sistema escravocrata, foi se incutindo na mente dos imigrantes, e estes criaram um estereótipo depreciativo à figura do afro-brasileiro. Como aponta Telles (2003, p. 237):

O preconceito envolve julgamento ou imagem mental que as pessoas têm a respeito uma das outras, com base em atributos como raça, gênero; o que é chamado de estereótipo. Julgamentos estereotipados são uma resposta humana comum nas interações humanas onde há pouca ou nenhuma informação disponível sobre os outros, mas podem também persistir após serem conhecidas informações adicionais sobre um indivíduo.

Um dos primeiros relatos entre afro-brasileiros e imigrantes italianos ocorre com uma imigrante chamada Ana Maria Pauletti Rech e uma pequena criança negra que fora deixada na porta de sua casa. Oriunda da cidade de Padavena, Ana Rech,³ como era conhecida, tornou-se muito popular entre os imigrantes por desenvolver diversas funções na comunidade, como “parteira, comerciante, benzedeira, entre outras atividades, e também, sua casa servia de pouso para os tropeiros” (Giron, 2008, p. 287-289), que rumavam para os Campos de Cima da Serra.

Essas relações comerciais e solidárias de Ana Rech com os colonos e pessoas que vinham de outras regiões⁴, e entre estes estão os negros, podem ter sido fatores que auxiliaram essa relação de confiança e proximidade, que resultara no fato de ter sido deixada uma criança negra na porta de sua casa. Gardelin e Costa (1992, p. 50) afirmam:

² Termos pejorativos do dialeto vênето que significam: sujo e ladrão. Eram utilizados de forma pejorativa para se referirem aos afrodescendentes.

³ Conforme site: <https://caxias.rs.gov.br/gestao/subprefeituras/ana-rech>. Acesso em: 25 maio 2024.

⁴ Segundo Alves, parte dos tropeiros que vinham para Caxias eram de origem luso-brasileira e afro-brasileira. Esses contatos geraram elos de confiança e amizade entre essas diferenças étnicas, tendo na figura de Ana Rech uma catalisadora dessas relações.



Aprendiz da Seção de Botões de Pressão, Rebites e Ilhoses da Metalúrgica Abramo Eberle. Caxias do Sul (RS), década de 1950.

[...] na noite do dia 19-10-1881, pela meia noite, escutaram-se vagidos de criança. Todos deviam estar na cama, a sono solto. Lembremos que não havia iluminação e era costume recolher-se cedo, para acordar também cedo, para as tarefas de um novo dia. Os vagidos continuaram. Abriu-se a porta e encontrou-se uma pretinha, de poucos meses de idade [...] Quando a criança demonstrou que tinha resistência, deixou-se a colônia da VIII Léguas e partiu para a Sede Dante [...].

É importante lembrar que naquela época a escravidão ainda estava ocorrendo no Brasil, tendo sido abolida apenas em 13 de maio de 1888.⁵ E, apesar de esse sistema econômico não estar presente na Colônia Caxias, nos Campos de Cima da Serra, nas fazendas de criação de gado, verificava-se a presença da mão de obra negra e escrava nas lidas do campo. Nesse sentido, percebe-se que os possíveis contatos entre imigrantes italianos, negros livres e escravizados podem ter suscitado relações de proximidade, que resultaram no fato de uma mãe negra, possivelmente escrava, ter deixado sua filha na porta de uma imigrante chegada ao Brasil em 1877, chamada Ana Rech.

Esse fato demonstra a singularidade das colônias de imigração no Rio Grande do Sul, onde não houve uma substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, já que aquele era proibido. Ao contrário dessa realidade, nas fazendas de café paulistas, essa relação de substituição de mão de obra escrava pela livre submeteu esses dois grupos a posições opostas: imigrantes acabaram tomando o espaço dos escravos. Essa situação gerou constantes crimes e uma ação de rivalidade entre esses grupos étnicos, diferentemente do caso gaúcho.

Essa situação diferenciada do Rio Grande do Sul pode ter contribuído, num primeiro momento, para relações pacíficas entre imigrantes, escravos e negros livres, possibilitando até contatos mais íntimos, como é o caso citado acima.

Contudo, com o passar do tempo e o desenvolvimento econômico da região, essa situação tende a mudar. Os imigrantes italianos, que inicialmente desenvolviam uma economia ligada à agricultura e ao minifúndio, aos poucos se voltam ao comércio, e,

com o excedente comercial, surgem as primeiras indústrias. É nesse momento que os resquícios de uma sociedade, que por mais de 300 anos balizou-se economicamente no trabalho escravo, ressurge. Isso, porque o poder econômico da região, pelos meios de produção, fica nas mãos de uma pequena elite de imigrantes italianos, e cabe ao restante da sociedade, e dentro desta os negros que viviam na região, postos inferiores na sociedade.

Um fator importante e fundamental na vinda de afrodescendentes para Caxias é a inauguração da estrada de ferro em 1910, que ligava o município de Caxias a Montenegro e, conseqüentemente, Montenegro a Porto Alegre.

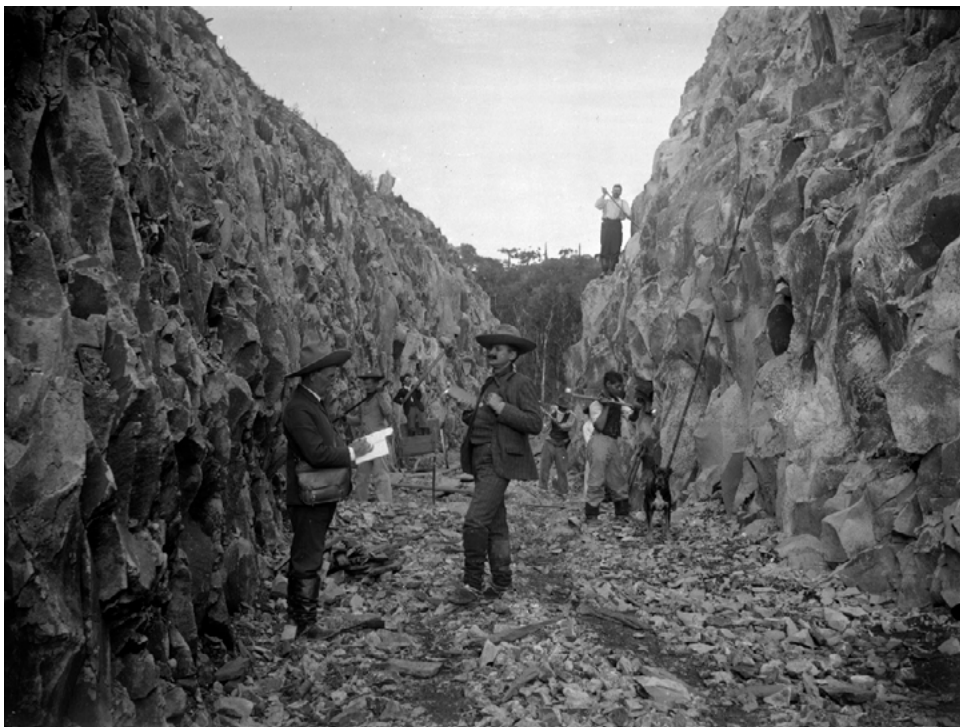
A empresa que construiu a malha ferroviária foi a companhia belga *Compagnie Auxiliare des Chemins de Fer au Brésil*, que ganhou uma concorrência aberta pelo governo federal para a construção das estradas de ferro gaúchas (Debenetti, 2006).

Na época da construção da estrada de ferro, percebe-se em fotos um número significativo de negros trabalhando.

Giron, em depoimento concedido ao autor em 3 de maio de 2009, aponta que “em Forqueta se formará uma pequena vila com negros que trabalhavam na estrada de ferro. Tanto que o Clube União Forquetense têm o símbolo de duas mãos entrelaçadas, significando um aperto de mão entre um branco e um negro”.

Efetivamente, a inauguração da estrada de ferro seria um marco no desenvolvimento caxiense, já que significava a melhor e mais rápida forma de deslocamento entre o município e a capital do estado, o que possibilitava a entrada e a saída de produtos, dina-

⁵ Naquela data a Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, assinou a Lei Áurea, que dava liberdade a todos os escravizados, porém não criava nenhuma ação de reparação e inclusão destes na sociedade.



Obras de construção do ramal ferroviário Caxias – Montenegro. Caxias do Sul, 1909.

mizando a economia, juntamente com a vinda de pessoas de várias partes do estado em busca de melhores condições econômicas.

É nessa antítese social que os afro-brasileiros se inserem na antiga Colônia Caxias, uma cidade onde os meios de produção estavam nas mãos dos imigrantes e de seus descendentes, cabendo aos afro-brasileiros postos específicos no mercado de trabalho.⁶ A estes restavam uma situação de pobreza e ocupação de núcleos de

⁶ Segundo Valentim Lazzaroto, na obra *Pobres construtores de riqueza* (1981), nas empresas metalúrgicas, como era o caso da Abramo Eberle, cabiam aos negros postos específicos na produção, como a fundição, que exigia maior esforço físico.

sub-habitação, já que não haviam recebido terras e lotes para se fixarem e, principalmente, as suas características físicas e culturais não eram bem-aceitas pela classe dominante da cidade. Isso é visivelmente constatado em um anúncio do jornal *O Popular* abaixo.

Figura 2: Jornal *O Popular*, 1º/03/1929, p. 2.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Fica perceptível nesse anúncio divulgado pelo jornal *O Popular*, convidando para um filme no Cinema Central, intitulado *Os Mistérios do Continente Negro!*, que existia a intenção em formar uma visão equivocada e preconceituosa sobre o continente africano, os povos e suas etnias, visto que a imagem apresenta um indivíduo com características de indígenas botocudos do Brasil, não de africanos, e em vários momentos se mostra sensacionalista, repassando uma visão alegorizada e parcial do *continente negro*, que é como a notícia se refere ao continente africano. Definindo ações de segregação e racismo, Ianni (2004, p. 21) aponta:

A ideologia racial dos que discriminam, dos que mandam, os quais podem ser “brancos” ou outros, sintetiza e dinamiza a intolerância, a xenofobia, o etnocismo, o preconceito ou o racismo. É a ideologia racial que articula e desenvolve a gama de manifestações, signos, símbolos ou emblemas com os quais indivíduos e coletividades “explicam”, “justificam”, “racionalizam”, “naturalizam” ou “ideologizam” desigualdades, tensões e conflitos raciais.

O jornal abordado, assim como tantos outros presentes na Colônia Caxias, estava nas mãos da elite caxiense, que entre seus integrantes tinha imigrantes italianos e lusos da elite local. Entre eles destaca-se *O Popular*, fundado em 1928 e perdurado até 1930, que tinha uma linha editorial pró-Vargas⁷, porém não se diferenciava dos demais jornais, no sentido de formular padrões sociais e contribuir para a formação de estigmas e preconceitos, com grupos étnicos diferentes do padrão local, como é o caso dos afro-brasileiros. Conforme Pozenato e Giron (2004, p. 84):

A concentração dos periódicos em Caxias demonstra que nesse município reuniu-se um grupo altamente politizado e, ainda, que havia dinheiro e meios para a elaboração de jornais. Sendo uma comunidade próspera, podia utilizar-se dos jornais para a divulgação de seus negócios.

Segundo as autoras, esses jornais tinham funções voltadas às questões econômicas e políticas, porém ressalta-se que, intrinsecamente a essas questões, havia os interesses culturais e étnicos desses grupos, formatando padrões e servindo de interesse à elite, que tinha a necessidade de apresentar um padrão cultural que não incluía os afro-brasileiros. Logo, eles eram noticiados de forma depreciativa.

Em suma,



a história regional de Caxias do Sul reflete uma narrativa complexa, permeada pela diversidade étnica e cultural desde os primórdios da imigração europeia.

A análise dos dados disponíveis evidencia uma variedade de origens entre os imigrantes que se estabeleceram na região, desmistificando a ideia de uma predominância absoluta de italianos. A formação política, econômica e social da Colônia Caxias revela a integração de diferentes nacionalidades em um contexto de busca por terra e oportunidades, que culminou na construção de uma sociedade multicultural.



Clube das Margaridas por ocasião do baile de coroação da rainha Iracema Nair Vieira, vista à direita de Jacó, um dos membros da diretoria do Clube. Caxias do Sul (RS), década de 1930.



⁷ Fonte: Banco de dados do projeto 100 Anos: Os Meios de Comunicação na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.

A presença afrodescendente na história de Caxias do Sul, embora menos documentada, é parte integrante desse tecido social e econômico. As relações entre imigrantes europeus e afrodescendentes, embora inicialmente marcadas por interações comerciais e solidárias, também refletiram os preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade da época. A inauguração da estrada de ferro em 1910 foi um marco crucial no desenvolvimento da região, mas também evidenciou as disparidades socioeconômicas e raciais que persistiram ao longo do tempo.



É importante reconhecer que a narrativa histórica de Caxias do Sul não pode ser compreendida sem considerar a contribuição e a presença tanto dos imigrantes europeus como dos afrodescendentes.

Ambos os grupos desempenharam papéis significativos na formação e no desenvolvimento da região. A história regional é um reflexo da complexidade e da diversidade da experiência humana, e só por meio de uma análise profunda e inclusiva podemos compreender plenamente o seu significado e impacto na sociedade contemporânea.

Referências

- ALVES, Luis Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmith. *Cidades Tropeiras: região sul do Brasil*. Porto Alegre: Evangraf; Criação Hmana, 2018.
- DEBENETTI, Valdete Elza Spindler. *Passeio de trem Maria Fumaça: os diferentes olhares*. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovilio. *Colônia Caxias: origens*. Caxias do Sul: Edições EST, 1993.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovilio. *Povoadores da Colônia Caxias*. Caxias: EST, 1992.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1977.
- GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, J.; IOTTI, L.; MACHADO, M. B. P. (Org.) *Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Fórum de Estudos Ítalo Brasileiros*. Caxias do Sul: Educs, 1999.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EST, 2008.
- GOENDER, Jacob. *Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: Senac, 2000.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. *Estudo avaliativo*, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 13 set. 2009.
- MAESTRI, Mário. *O Império: da consolidação à crise do escravismo – 1822-1888*. Passo Fundo: EdiUPF, 2005.
- MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- POZENATO, Kenia Maria Menegoto; GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Início das obras de construção do Aeroporto Municipal de
Caxias do Sul, [1938].



MINISTERIO da VIAÇÃO e OBRAS PUBLICAS
DEPARTAMENTO de AERONAUTICA CIVIL
OBRAS do AEROPORTO MUNICIPAL de CAXIAS DO SUL



Atletas do Grêmio Esportivo Flamengo de Caxias do Sul
(RS), década de 1950.



Atletas do Esporte Clube Juventude. Caxias do Sul (RS),
década de 1960.



OS PORTUGUESES

Os portugueses e as portuguesas em Caxias do Sul

Luiza Ebert de Oliveira

A cidade de Caxias do Sul, localizada na Serra Gaúcha, apesar de ser amplamente conhecida pela imigração italiana, recebeu também trabalhadores portugueses, especialmente a partir da década de 1910. Essa movimentação de trabalhadores foi o estopim para o nascimento de uma comunidade lusitana nas primeiras décadas do século XX, a ponto de que, mais tarde, a área da cidade onde havia a maior concentração desses lares portugueses ficou conhecida como bairro Lusitano – onde, atualmente, é o bairro Panazzolo e arredores.

Mas se num primeiro momento essa imigração era caracterizada por um perfil quase que exclusivamente operário, jovem, masculino e solteiro, depois o perfil de imigrante mudou: mais tarde, no século XX, foram casais e até mesmo famílias inteiras que imigraram para Caxias do Sul.

Neste texto traçarei um breve contexto sobre o início da imigração portuguesa para a cidade e, na sequência, apontarei algumas práticas culturais e sociais desse grupo que foram identificadas em jornais – localizados digitalmente no site do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul – e entrevistas realizadas pela equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), todos produzidos em temporalidades diversas. Por fim, apresentarei algumas vivências de três mulheres portuguesas e algumas considerações sobre o recorte do feminino, possibilitadas pela consulta em arquivos privados e entrevistas encontradas no AHMJSA.



Retrato de Guilherme Mano, trabalhando na tanoaria da
Vinícola Luiz Antunes & Cia.

A Cantina Luiz Antunes & Cia., estabelecida em 1910 em Caxias do Sul pelo português Luiz Antunes, foi a que mais empregou trabalhadores portugueses, principalmente nas tanoarias, ou seja, nas oficinas em que eram feitos os barris.

Sendo a vitivinicultura uma das atividades econômicas mais expressivas da região, as cantinas precisavam acondicionar e transportar o vinho em recipientes adequados para manter a qualidade do produto. Para isso, era necessária uma mão-de-obra especializada na manufatura dos barris, entrando em cena os tanoeiros: “em toda a região nordeste do RS muitos imigrantes, italianos, destacaram-se nesse ofício. Em Caxias, porém, na mesma região em que a Cantina Antunes se estabeleceu, formou-se um grupo de tanoeiros portugueses” (Machado, 1999, p. 11), que mais tarde ficou conhecida como bairro Lusitano. Dessa forma,

a partir de 1910 outros portugueses começaram a imigrar para Caxias do Sul e, pouco a pouco, foram formando uma comunidade.

Muitos dos que vinham eram solteiros, outros, embora já tivessem formado família em Portugal, migravam sozinhos. Esse grupo migrava com capacidade produtiva e era majoritariamente especializado na tanoagem, o que possibilitava que rapidamente ingressasse na economia vitivinícola (Favaro, 2002).

O bairro Lusitano ganhou um novo impulso em 1919, com a implantação da Adega São Luiz, parte do empreendimento da Luiz Antunes & Cia. A partir dali, foram construídos, além da adega, armazéns, escola para os filhos dos funcionários, capela, entre outros



Vindima nos parreirais da Quinta São Luiz, propriedade da empresa Luiz Antunes & Cia. À esquerda, de chapéu e gravata, vê-se Armando Luiz Antunes. Caxias do Sul (RS), [1931-1932].

(Machado, 2001). Em 23 de abril de 1928, o então governador do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas fez uma visita a Caxias do Sul, passando por alguns estabelecimentos do comércio e da indústria, entre eles os vinhedos da Luiz Antunes & Cia. O jornal *O Regional* dedicou uma página inteira ao itinerário do governador na cidade e sua visita aos vinhedos (O Dr. Getúlio [...], 1928). Tal fato demonstra que a empresa foi tomando proporções significativas, chegando a ser uma das mais importantes do ramo principalmente no período entre as décadas de 1930 e 1950, considerado por Machado (1999) seu apogeu.

Havia, por exemplo, um sistema de alojamento dos recém-chegados nas casas dos que já tinham se instalado, ou mesmo em pensionatos comandados por mulheres portuguesas. Outro exemplo, conforme Favaro (2002), era a abertura de frentes de trabalho para os que ainda estavam em Portugal, mas aguardavam uma oportunidade.

Enquanto uma parte expressiva desses imigrantes portugueses trabalhava principalmente nas vinícolas, houve um grupo de portugueses que foram contratados em São Paulo para a construção da unidade militar de Caxias do Sul. Esse grupo, porém, só ficou na cidade até a conclusão da obra em 1924. Mais tarde,

por volta da década de 1940, a cidade também recebeu portugueses que vinham para o trabalho na construção civil, principalmente projetistas e pedreiros.

É importante ressaltar que se carece de estudos acadêmicos sobre esse grupo, sendo o dos tanoeiros e demais trabalhadores das vinícolas mais evidenciado na historiografia da cidade. Essa realidade dos trabalhadores da área da construção civil foi relatada por Faustino Gonçalves Marrachinho, imigrante português, em entrevista dada à equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami em 2006.

Marrachinho relata que seu pai era pedreiro e chegou a Caxias do Sul por intermédio de um patrício seu, que exercia a mesma profissão e mais tarde se tornou seu sogro. Segundo ele,

Esse pedreiro que mandou vir o meu pai, era um pedreiro português antigo que era da mesma cidade que nós morávamos, só que ele veio muitos anos antes, mandou buscar o meu pai. O meu pai veio e mandou buscar o meu tio. O meu tio veio e trouxe mais um amigo dele, também amigo nosso da mesma cidade, pra cá (Marrachinho, 2006).

Marrachinho atuou como projetista e foi autor de desenhos de prédios e casas que ainda hoje estão em pé, alguns mais de 50 anos depois. Ele conta como trabalhou desenhando casas de alto padrão e fez o desenho de um famoso edifício que hoje é o Shopping PrataViera, bem no centro da cidade.

Para Marrachinho (2006), o trabalho, principalmente do seu pai, Manoel, tinha a característica de ser um tanto artesanal, as edificações construídas com calma e atenção aos detalhes, o que inclusive lhe rendeu o apelido de artista. Marrachinho (2006) conta que seu pai ficava nas obras fazendo tudo “com um tremendo capricho, com uma tremenda paciência, ganhando mais prazer do que dinheiro”. Segundo ele, a maioria desses trabalhadores “vieram aqui e só acharam espaço para ter a condição de sobreviver trabalhando com a satisfação que eles tinham de trabalhar. Daí essa capacidade de fazer essas obras que eles fizeram e que estão aí em pé” (Marrachinho, 2006).

De acordo com o entrevistado, esses portugueses chegaram a Caxias do Sul já com uma idade relativamente avançada, fazendo com que sua presença fosse diminuindo. Mas ficaram as suas inscrições no território, por meio das casas e dos edifícios que construíram. Em sua fala isso fica bastante evidente: “A minha participação, como projetista, desenhista do que está aí erguido, tem a minha participação [...]. Então onde as minhas netas passam eu digo ‘olha, esse edifício foi o vô quem fez, olha, essa casa foi o vô quem fez’” (Marrachinho, 2006).

Algumas práticas culturais e sociais da comunidade portuguesa em Caxias do Sul

Foi possível detectar também, a partir de pesquisa em jornais e acervo de entrevistas do AHMJSA, variadas manifestações sociais e culturais da comunidade portuguesa em Caxias do Sul no século XX.

A criação da Associação dos Tanoeiros de Caxias, em 1918, é um exemplo dessas práticas.



Retrato do casal Carlos de Oliveira Dias e Maria Lopes (imigrantes portugueses) com os filhos Candido, Aires e Carlos. Caxias do Sul (RS), 1947.

Os tanoeiros se identificavam pela sua origem e pelo seu trabalho em comum.

Um desses tanoeiros, em entrevista (Favaro, 2002, p. 276), conta que “houve lá um que quis ‘botar’ Associação Portuguesa dos Tanoeiros, uns estavam de acordo, outros [disseram] que a origem [étnica] não tinha nada a ver com aquilo”. Para Machado (2001, p. 141), “foram os portugueses que organizaram os primeiros movimentos operários de Caxias do Sul, com a criação da Associação dos Tanoeiros, e lideraram as primeiras tentativas de greves”. O jornal *O Regional*, no dia 6 de fevereiro de 1928, noticiou que naquela semana tanoeiros de diversas cantinas da cidade declararam greve, a qual, porém, com interferência do intendente municipal Celeste Gobbato e do governo do estado, dissipou-se passados alguns dias.

A LIBERTADORA
A pujante associação dos tanoeiros desta cidade, composta na maior parte da elemento portuguez, sabedora da estadia aqui do nosso distincto amigo e collega da «Última Hora», Alfredo Guimarães, convidaram-n'o para uma visita à séde d'aquella sociedade. Acompanhado pelo nosso amigo, Major J. J. Vargas, o Sr. Alfredo Guimarães, foi recebido carinhosamente no seio de tão util aggremação.
O nosso distincto collega foi saudado pelo Presidente da novel sociedade tendo a-

gradecido em palavras repassadas de gratidão, pregando à união que deve existir entre os seus associados.

O nosso amigo Major Vargas, fundiu à raça portugueza como elemento de progresso a esta cidade.

Finda a sessão os nossos amigos foram acompanhados por todos os socios da «Libertadora» ao Hotel Pelizzari onde acceitaram um copo de cerveja. Foram levantados vivas ao Portugal, ao Brazil e a Caxias.

Notícia da criação da Associação dos Tanoeiros. Jornal *Città di Caxias*, 12/1/1918.

A Associação dos Taneiros de Caxias não possuía sede própria. Os associados reuniam-se “na casa de um português qualquer”, segundo o entrevistado por Favaro (2002, p. 276), e os objetos pertencentes à sociedade, como livros, mesa e a bandeira – idealizada sob os ecos dos propósitos da Revolução Russa –, ficavam onde encontravam espaço, “enquanto as contribuições dos associados – ‘uma ninharia’ – visavam auxiliar os companheiros em necessidade”.

Atividades de lazer também contribuíram para o estreitamento dos laços da comunidade. Enquanto parte da população italiana e ítalo-brasileira de Caxias do Sul rivalizava entre o Esporte Clube Juvenil e o Juventude, os portugueses

“se organizavam com seu próprio quadro de jogadores: era uma forma de manter a comunidade coesa, em torno de seus representantes esportivos” (Favaro, 2002, p. 268), com o Esporte Clube Lusitano.

O clube de cores vermelha e verde foi criado pelos portugueses com a finalidade não apenas desportiva e de lazer, mas também como uma maneira de manter a organização do grupo operário durante o Estado de Sítio decretado no país, que impedia os trabalhadores de atuarem livremente nas suas associações (Machado, 1999). Já a construção de uma sede social demorou para acontecer, devido principalmente a dois motivos: condições socioeconômicas do grupo e longas jornadas de trabalho, limitando, assim, os recursos financeiros e o tempo para tal. Favaro (2002) aponta que o dinheiro era arrecadado em festas e bailes na comunidade, e os jogadores treinavam no campo do aliado Esporte Clube Juvenil.

Mas, finalmente, em 18 de junho de 1927, um sábado, aconteceu a festa de inauguração da sede social do Esporte Clube Lusitano, depois de ter sido adiada em uma semana por causa do “péssimo tempo reinante” naqueles dias, conforme noticiou o jornal *Caxias* em 11 de junho de 1927. A espera aparentemente valeu a pena, conforme foi relatado nos jornais *O Regional*, de 20 junho de 1927, e *O Popular*, de 25 de junho de 1927. O primeiro noticia que “esteve animadíssimo o baile com que o Sport Club Lusitano inaugurou a sua confortável sede própria, à rua Marechal Floriano desta cidade”. O

texto segue contando que houve também disputas esportivas e que as danças, muito animadas, foram acabar somente às sete horas da manhã do domingo. O jornal *O Popular* permite complementar ainda que o evento teve grande público, e o edifício se tornou pequeno para acomodar todos os sócios e convidados presentes.

Dessa forma, pode-se observar que o Clube Lusitano tinha certo prestígio na cidade, a ponto de ter uma festa de inauguração lotada e digna de nota em diversos jornais que circulavam na cidade na época. É possível também se ter uma dimensão do clube pelo fato de estar presente lá o intendente municipal Celeste Gobbato, ocupando a cabeceira da mesa ao lado do presidente do clube, Americo Ferreira Alves, conforme noticiou *O Popular*.

Foi identificado ainda outro espaço de sociabilidade que existia entre os portugueses e as portuguesas, mencionado na já citada entrevista de Marrachinho, o “boteco da dona Maria”, no centro da cidade:

A dona Maria Guimarães tinha, tinha um armazenzinho [...] os portugueses chegavam de fora, ali era o consulado, era o centro, né? Todos os portugueses iam na missa, só tinha a catedral, se encontravam ali no boteco da dona Maria. [...] Era o Consulado, era ali, todos os domingos eles se encontravam, toda a “portuguesada” ali. [...] Então vinha todo mundo da missa e depois da missa todo mundo se encontrava ali (Marrachinho, 2006).

Era comum as famílias imigrantes aproveitarem o cômodo da frente de suas casas para o exercício de alguma atividade econômica, como armazéns ou botequins (Matos, 2019). Mais frequentemente esses negócios eram administrados por mulheres, que encaravam rotinas intensas de trabalho. Muitas vezes os estabelecimentos ficavam conhecidos na cidade pelo nome de suas proprietárias, como é o caso citado por Marrachinho. Além disso, o boteco da dona Maria Guimarães parece ser um tão significativo espaço de encontro e socialização entre os imigrantes portugueses de Caxias do Sul que foi apelidado, pelo menos pelo entrevistado, de “Consulado”.



Livraria Saldanha, localizada na esquina da Avenida Júlio de Castilhos e Rua Visconde de Pelotas. Na porta central, de terno escuro, Henrique Saldanha Figueiredo, e, de paletó branco, Henrique Lisboa Saldanha Filho. Caxiasdo Sul (RS), [1930].

Porém, essas atividades societárias, encontros, e até mesmo o nome do bairro Lusitano parecem não ter resistido tão firmes ao passar do tempo. O Esporte Clube Lusitano, a Associação dos Tanoeiros e a atividade sociocultural ao seu redor foram perdendo fôlego. O cenário do final dos anos 1920 e início dos 1930 não era mais favorável para os tanoeiros: os novos modos de produção fizeram com que o número de tanoeiros fosse, segundo entrevistados, “diminuindo cada vez mais, vendo que não tinham futuro mesmo, procurando outra profissão. Outros, fazendo ‘barriletes’ em casa, outros se aposentaram, a profissão foi desaparecendo, a maioria morreu” (Favaro, 2002, p. 281). A sindicalização por indústria em vez de por ofício, o uso de máquinas no lugar de pessoas e a produção em série são os motivos apontados por Klein (1984) para a fragmentação do grupo operário.

No bairro Lusitano, segundo Klein (1984), pode-se dizer que houve uma “sobreposição étnica” que pode ter resultado em algum tipo de esmaecimento da identidade portuguesa na cidade. À medida que saíam do campo para trabalhar na cidade, as famílias italianas ou ítalo-brasileiras começaram a transformar a paisagem sonora do bairro Lusitano: tornava-se cada vez mais frequente a comunicação em dialeto italiano. Na mesma medida, traços culturais portugueses eram gradativamente substituídos pelos costumes e valores ítalo-brasileiros, inclusive por meio do casamento entre pessoas dessas duas nacionalidades.

As experiências no recorte do feminino

Por meio da pesquisa em cartas e entrevistas foi possível mapear as experiências vividas por algumas mulheres portuguesas em Caxias do Sul entre as décadas de 1950 e 1960.

O acesso a documentos produzidos por mulheres ou pertencentes a elas geralmente é dificultoso, pois se apresentam em quantidades reduzidas. Isso acontece, segundo Rago (2013), porque as mulheres foram educadas para cuidar do outro em primeiro lugar – fosse como mães, enfermeiras, professoras ou similares –, sendo tacitamente convidadas a esquecerem de si mesmas. Quando localizados, no entanto, esses documentos contribuem para a cons-

trução do conhecimento histórico, deslocando as memórias do espaço privado para a visibilidade pública (Cunha, 2011) e trazendo protagonismo e evidência para novos sujeitos históricos. É o caso das imigrantes portuguesas em Caxias do Sul.

Tanto as cartas (provenientes de acervo privado) quanto as entrevistas (realizadas pela equipe do AHMJSA) foram reveladoras de algumas vivências dessas mulheres que deixaram Portugal para fazer da Serra Gaúcha sua nova morada.



Retrato de Aracy, Ana e Maria Saldanha (sentadas), e Antonieta e Palmira Saldanha (em pé). Caxias do Sul (RS), 1922.

Algumas portuguesas em Caxias do Sul deixaram marcas de suas trajetórias que ainda não haviam sido investigadas pela historiografia local.

É o caso de três personagens que serão apresentadas a seguir.

A.C. partiu de Algarve e desembarcou no Brasil em janeiro de 1954 com sua mãe e irmãos. As cartas que ela recebeu e guardou permitem observar que a emigração para o Brasil era vista de forma positiva e até mesmo motivo de comemoração. Em uma correspondência, escrita em 20 de dezembro de 1953, uma remetente anuncia: “agora sei que breve vais a fazer a tua *grande viagem*”. No mesmo sentido, uma correspondência recebida em seus primeiros meses no Brasil afirma: “fez bem em ir embora”.

Outro aspecto que chama a atenção é que uma quantidade significativa de vezes A.C. era indagada pelas amigas ou familiares nas cartas: “já tens noivo?” ou “vosmecê tem que me dizer se já namora”. Tais questionamentos feitos à destinatária demonstram a expectativa social que se tinha em relação às mulheres e parecia ser comum tanto em Portugal quanto no Brasil. Não somente a expectativa de que A.C. logo se casasse, as cartas especificam que ela se relacionava com brasileiros: “como são esses brasileiros?” e “Continua a dar-se bem com os brasileiros, não é verdade? Até admira como ainda se lembra dos portugueses”. A repetição desse assunto leva a pensar como o casamento era parte tão marcante do horizonte de expectativa das mulheres jovens.

Em 1959, após receber por escrito o consentimento do pai – que havia ficado em Portugal –, A.C. casou-se com um brasileiro. Em uma carta, lê-se: “quanto ao nosso consentimento sobre o teu

casamento não podíamos deixar de to dar, por várias razões, primeiro vejo que foi o eleito do teu coração e os votos que faço é que seja para toda a vida”.

O casamento entre portuguesas e brasileiros pode ser visto como uma forma de integração na sociedade de destino.

Favaro (2002) afirma que em Caxias do Sul, nas décadas seguintes à de 1930, as mulheres portuguesas não encontravam mais muitos homens portugueses na cidade para constituir família e, portanto, incorporavam em seus costumes o modo de vida dos brasileiros e ítalo-brasileiros.

Para a segunda personagem, as experiências na Serra Gaúcha foram diferentes das vividas por A.C. Ao passo que o Brasil era idealizado como uma oportunidade de enriquecimento e liberdade, no dia a dia a maioria dos imigrantes enfrentava muitas dificuldades. Algumas partes da trajetória dessa imigrante, contada por sua filha Isaura em entrevista à equipe do AHMJSA em outubro de 1995, são ilustrativas disso.

Segundo Isaura, sua mãe foi relutante quanto à emigração:

[...] e a minha mãe não queria vir, né? Mas ele [o pai] tanto convenceu, que ela veio. Mas quando ela chegou aqui, no outro dia já estava fazendo economia pra voltar, não gostou. [...] Quando a minha mãe veio de Portugal, que o meu pai foi buscar ela, ela ficou grávida, ela já tinha dois filhos. E ela deixou um lá. Trouxe só um para ela voltar que então ela disse: “Se eu deixo o filho aqui é mais fácil eu voltar” (Bonho, 1995).

No entanto, devido à Primeira Guerra Mundial em 1914, a mãe de Isaura não pôde viajar, então “foi ficando por aqui. [...] acabou vivendo aqui”. Assim, quando ela viu que não poderia mais voltar, mandou trazer o filho que ficara em Portugal – que depois se tornou tanoeiro, assim como o pai.

Isaura relata que sua mãe não teve tanta facilidade de socialização com os italianos e ítalo-brasileiros em Caxias quanto seu pai teve: “o meu pai também com os italianos se dava muito bem.

Agora, a minha mãe não. A minha mãe não entendia o que eles falavam. A minha mãe ficava triste, nervosa”.

Questionada a respeito dos momentos de lazer das mulheres, Isaura respondeu que “as mulheres acho que naquele tempo não se divertiam com nada, a não ser fazer uma visita né, [...] às vezes faziam uma comida junto”. Isaura ainda conta que, enquanto as mães se reuniam, as crianças ficavam brincando na rua. Assim, e em concordância com Stecanela e Ferreira (2015), é possível observar como as mulheres socializavam-se restritas ao espaço da casa e da família. Isaura relata a melancolia vivida pela mãe por conta da saudade da terra natal, citando que ela falava muito de Portugal e do modo como “parecia que só aquilo que tinha de bom”.

A terceira personagem deste estudo é Irene, irmã de Marrachinho. Na mesma entrevista mencionada, Marrachinho conta que Irene pareceu ter se dado melhor em terras caxienses. As redes de sociabilidade fora do círculo lusitano parecem ter favorecido na hora de arrumar um emprego:

[...] e a Irene chegou e começou a trabalhar no outro dia [...], porque ela conheceu as Bolsani ali, que eram costureiras, as Bolsani mandaram serviço pra ela, mas disseram que ela fosse trabalhar no Sehbe, no Sehbe, que era na frente do Eberle, tinha confecção, o Sebben. [...] Ela nem conhecia a cidade! Ela saía de casa, dali uma semana estava lá no Sebben trabalhando de costureira (Marrachinho, 2006).

Caxias do Sul assistiu a uma crescente na mão de obra feminina na indústria desde a última década do século XIX, sendo a área têxtil uma das que mais se destacou nesse sentido.

O trabalho nessa área foi algo comum entre Irene e A.C., conforme relata Marrachinho e é possível entrecruzar com carta recebida por A.C. em abril de 1954: “Dizes que levam aí a costura cara que se ganha bem”.

No entanto, em Caxias do Sul, imigrantes ou não, “as mulheres que haviam decidido extrapolar os ambientes domésticos nem sempre tinham a possibilidade de optar por profissões mais audaciosas, que implicavam sair de casa para buscar formação profissional” (Herédia, 2022, p. 315). O silêncio nas fontes sobre outras

atividades, como, por exemplo, os estudos, também permite visualizar um panorama do que era ou não cogitado para essas mulheres.



Assim, os movimentos migratórios de Portugal para o Brasil, ou, mais especificamente, para Caxias do Sul, gerou nas portuguesas citadas aqui uma série de expectativas baseadas em experiências anteriores de imigração.

Conforme evidenciado, as expectativas e as experiências dessas mulheres sobre a migração nem sempre convergiram, fazendo com que elas buscassem maneiras de se adaptar à nova realidade.

A pequena felicidade do reconhecimento

Durante pelo menos a primeira metade do século XX e ultrapassando alguns anos, os portugueses e as portuguesas que migraram para Caxias do Sul não ficaram alheios à “cidade italiana”: participaram da sociedade, da economia, da indústria, da cultura e da política. O bairro Lusitano, a Associação dos Tanoeiros e as greves, o Esporte Clube Lusitano e as festas que movimentaram a comunidade bem como os prédios projetados que ainda hoje estão de pé são algumas dessas marcas do grupo lusitano num geral.

Quanto ao recorte específico das mulheres portuguesas que, enquanto impulsionadas pela curiosidade, pela esperança, pelo medo, pelos desejos e pelas vontades, tomaram decisões de imigrar, morar, casar, trabalhar, entre outros, percebe-se que elas não movimentavam somente suas vidas pessoais. Essas decisões passaram a constituir suas experiências individuais, mas, também, de certa forma, coletivas, ao mesmo tempo que suas expectativas eram nutridas de experiências vividas por pessoas de gerações anteriores e de suas próprias.

Não encontrando muito espaço nas narrativas oficiais, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações e redes de sociabilidade afetiva e/ou política, passando quase

despercebidas pela sociedade englobante. É assim que aparenta sobreviver uma parte da memória portuguesa em Caxias do Sul: histórias contadas de geração em geração, mas confinadas às famílias; documentos e fotografias guardados em caixas e armários, restritos ao âmbito privado; poucos relatos trazidos à visibilidade pública. Assim, um trabalho de memória tem uma função decisiva na existência, “já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (Bosi, 2003, p. 36). Espera-se que, ao trazer algumas dessas histórias e trajetórias à tona, seja evocada o que Paul Ricoeur (2010) chama de *pequena felicidade do reconhecimento*.

Referências

- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CLUB Luzitano. *O Regional*, Caxias do Sul, ano 2, n. 25, 20 jun. 1927. Noticiário. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24286&p=0>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- CLUB Luzitano. *Caxias*, Caxias do Sul, ano 1, n. 2, 11 jun. 1927. Registro Social, p. 6. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=63071&p=0>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FAVARO, Cleci Eulalia. De Bairro Lusitano a Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 3, p. 263-286, 2002. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5123>. Acesso em: 11 maio 2021.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Mulheres na zona de colonização italiana no sul do Brasil. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da (org.). *História das mulheres no Brasil Meridional*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022. v. 9. p. 299-320. E-book.
- KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. *De “Bairro Lusitano” a “Zona Tronca”: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (coord.). *Mirante*: Cantina Antunes. Caxias do Sul: Maneco, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*: história, cidade e trabalho. 3. ed. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

O DR. GETULIO Vargas visita esta cidade. *O Regional*, Caxias do Sul, ano 3, n. 16, p. 2, 23 abr. 1928. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24308&p=0&Miniatura=false&Texto=false>. Acesso em: 5 jul. 2021.

OLIVEIRA, Luiza Ebert de. *Imigrantes portuguesas em Caxias do Sul/RS (1954-1960)*: Sociabilidades e experiências. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6979/Luiza_Ebert_de_Oliveira_Disserta_o_16782202634477_6979.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se*: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/z8477>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RICOEUR, Paul. A luta pelo reconhecimento e a economia do dom. Tradução de Cláudio Reichert do Nascimento e Noeli Dutra Rossatto. *Éthic@*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 357-367, 2010.

S. C. Luzitano. *O Popular*, Caxias do Sul, ano 1, n. 20, 25 jun. 1927. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=51725&p=0>. Acesso em: 2 jun. 2021.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. *Mulheres do campo e aprendizagens culturais de gênero*. Curitiba: CRV, 2015.

Fontes

BONHO, Isaura Mano. *Entrevista*. [outubro de 1995]. Entrevistadoras: Sônia Storchi Fries, Suzana Storchi Grigoletto. Out. 1995.

MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. *Entrevista*. [abril de 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries. Abr. 2006.

S/N. *[Correspondência]*. Destinatário: A.C. Portugal, 20 dez. 1953. Carta de acervo particular.

S/N. *[Correspondência]*. Destinatário: A.C. Portugal, 28 mar. 1959. Carta de acervo particular.

S/N. *[Correspondência]*. Destinatário: A.C. Marrocos, 26 abr. 1954. Carta de acervo particular.

A *vozinha*, os imigrantes tanoeiros e um bairro chamado Lusitano

Tadiane Tronca

Logo que tive noção de que possuía duas famílias, uma de italianos e outra de portugueses, não titubeei: por conta do amor estrondoso que tinha pela minha avó materna, a Isaura, filha da *vozinha* (era como nós, os *miúdos*, chamávamos a bisavó Quitéria, vinda de muito longe, lá de Portugal), minha ligação maior foi com os lusitanos. Durante toda a minha infância, que começou no ano do golpe civil-militar, convivi com os chiados, o s com cara de x, a fala peculiar da *vozinha* e de meus tios-avós que tinham imigrado para o Brasil. Não fiz força para aprender o sotaque dos portugueses do Norte; aquele som das conversas deles cravaram em mim de um jeito que até hoje, quando escuto o “português de Portugal”, no meu coração, se abre um corredor infinito para as memórias. Era a mesma língua, mas diferente.

Como lembra a canção, naquela casa portuguesa com certeza havia pouco, *poucoquinho*, mas sempre pão e vinho sobre a mesa. Esse ponto – do pão e vinho – não era diferente da casa onde eu morava, a uma quadra e meia, cujo dono era meu *nonno*, filho de italianos. As coisas que eu sempre via na casa da *vozinha* (e lá eu ia quase todas as noites, pois me enrabichava nas visitas da vó Isaura à mãe dela) e marcaram muito minhas memórias eram as nódoas de cor bordô na toalha da mesa; um tipo de peixe seco, esbranquiçado, pendurado na descida da escada que levava ao lote, onde não faltavam rosas e copos-de-leite; panelas fumegantes, fervendo e fritando sobre o fogão à lenha; cheiro de sopa, batata e couve cozida; muita gente morando na mesma casa amarela, ou passando por lá de visita, casa que há muito já não tinha mais o bisavô tanoeiro português, cheia de pequenos quartos, histórias, um cachorro de nome Fidalgo e alguns enfeites que me despertavam curiosidade.

Mas o motivo principal de nossas visitas – a *vozinha* – me causava indagações que, por razão de um milagroso bom senso infantil, nunca ousei perguntar diretamente, como, por exemplo, o porquê de aquele rosto tão amassadinho quase nunca sorrir, uma espécie de tristeza enraizada, apesar das caretas engraçadas que ela costumava fazer. Minhas recordações partem dela já bem velhinha (à época, para meus parâmetros, era uma eternidade ter mais de 80 anos), e uma das minhas lembranças agudas é que, mesmo sem sorrisos, ela era de um tipo zombeteiro, sempre com um provérbio na ponta da língua, usando de piscadelas e torcendo a boca ao final de um comentário maroto ou quando “sentava a ripa” em alguém. Também me vem à mente a figura dela, em dias de sol, movendo-se lentamente pelo lote, de lenço na cabeça e avental na cintura, ao dar atenção às suas pequenas plantações de temperinhos verdes. Normalmente vestia uma blusa e uma saia em feitiços que cobrissem os cotovelos e os joelhos, pois achava tais partes do corpo muito feias. A *vozinha* gostava de comer castanhas cozidas, sentada à soleira da porta, e com ela aprendi que castanha se comia raspando com uma colherzinha. À mesa, tinha o hábito de embeber fatias de pão torrado no chá da índia, “iguarias” que nunca faltavam naquela casa, e, nessas horas, enquanto revirava o pão amolecido na boca sem dentes, parecia que seus pensamentos voavam além-mar. Hoje penso, com uma ponta de tristeza e um inútil arrependimento, o quão importante teria sido ter escutado com atenção as inúmeras histórias que ela contava sobre sua família de Portugal, conversa que certamente a ajudava aliviar o oceano das saudades sentidas de tudo de lá. Lembro também das muitas e muitas vezes que, ao passar pela porta de seu quartinho, eu via a *vozinha* rezando, sentada à beira da cama com um rosário na mão (em pé ou sentada, seu tamanho era quase o mesmo de tão encurvadinha que era, pensava eu), e, ao puxar conversa comigo – e vice-versa –, não lhe faltou desfiar reprimendas, cheias de sotaque, para que eu não incomodasse a Isaura, pois ela tinha muita coisa a fazer.

Além da própria figura da *vozinha* e de uns quantos tios-avós (tios que eu sabia terem a ver com o negócio de “fazer barris” e que viviam com o “pito” entre os dedos ou preso no canto da boca), o

convívio entre portugueses e italianos, e entre seus descendentes, é outra das lembranças fortes da minha infância; aliás, eu mesma sou fruto dessa mistura. Nasci e cresci em meio a uma rotina de entrelaçamento de culturas, pois, ao lado de uma casa de italianos, vinha uma de portugueses e assim era ao longo das ruas, numa espécie de simbiose: para o lado de baixo, tinha mais italianos; para o lado de cima, vinha a portuguesada. Éramos vizinhos de uma família enorme de portugueses e na casa ao lado da nossa, separada por um pequeno barranco, também havia uma vovozinha portuguesa que lembrava o jeito da minha bisavó, pois, pelo que eu via quando brincava livremente pela rua e pelos pátios alheios, elas pareciam ter as mesmas manias.

A casa do *nonno*, onde eu morava, ladeava várias casas no que eu considerava o “beco dos portugueses” e ficava a um pulo da casa da vó Isaura, que ficava a um pulo da casa da mãe dela, a minha *vozinha* portuguesa. E entre esses pulos, e além deles, nos arredores, concentravam-se muito mais do que só os portugueses meus vizinhos e meus parentes: havia uns tantos outros, subindo o morro da Tronca, dobrando esquinas, entrando em becos e ruas menores, e por isso o bairro havia sido batizado com o nome de “Lusitano” – não oficialmente, mas adotado em deferência aos imigrantes lusos, os tanoeiros, que chegaram, em especial nas primeiras décadas do século passado, se arranjando por ali e depois ajudando os seguintes a arranjar-se também. Na realidade, minha casa parecia se ligar a umas quantas outras por conta das relações próximas entre os moradores daquele entorno: de parentesco, de trabalho ou comerciais, ou simplesmente de amizade, vindo à tona também o viés da nacionalidade. Por conta disso, eu tinha a impressão de que por ali, naquela vizinhança portuguesa, e pensando nos vizinhos ítalo-brasileiros, todos eram meio parentes, e nunca consegui decorar quem era o que de quem, se filho, neto, irmão, primo, cunhado, marido, mulher, tia, sobrinha, vó ou *nonno*, ou se era nada, apenas um vizinho, e mesmo quanto ao “apenas um vizinho” era bastante comum um vizinho apadrinhar o filho do outro, estabelecendo um novo vínculo.

Nas ruas desse bairro, por muito tempo chamado de Lusitano, e que ficava nas proximidades da Estação Férrea, existiam várias cantinas e/ou adegas (atualmente alguns desses prédios são alcançados pelas leis de proteção ao patrimônio histórico-cultural), inclusive aquela considerada um dos mais importantes testemunhos do papel da indústria vinícola no desenvolvimento da região, a Luiz Antunes & Cia. As fontes documentais disponíveis demonstram que a imensa maioria dos portugueses que se estabeleceram em Caxias do Sul, entre 1910 e 1930, o fez justamente para exercer o ofício da tanoaria, uma espécie de arte que desde séculos acompanha esse povo. Entusiasmados com o que os primeiros, como o meu bisavô, diziam em suas cartas sobre as frentes de trabalho existentes por



Aniversário de Antônio Mano, celebrado na Tanoaria San Martino, 1948.

conta da produção vitivinícola, vinham em busca de novas oportunidades e buscavam manter-se unidos, eram solidários, muitos deles inicialmente alugando cômodos das casas de outros imigrantes conterrâneos, por quem eram acolhidos, vivendo em pensões ou mesmo morando nos fundos de pequenas tanoarias.

Num álbum de fotografias, que por generosidade da minha vó Isaura acabei herdando, tem uma foto da festa de aniversário daquele tio-avô que guardou muitas memórias sob a forma de documentos, inclusive o dito álbum. A festa fora realizada no pequeno espaço da tanoaria familiar: a Tanoaria São Martinho, montada, lá pelas tantas, por meus tios-avós nos fundos de um quintal. Nela é possível ver os corotes e os pequenos barris que guardariam o vinho – líquido tão precioso para os italianos e os portugueses – pendurados por todos os cantos, como se fossem os balões e as bandeirolas da festa.

E ao falar em festas, marcando presença, havia o Esporte Clube Lusitano, sobre o qual escutei muito falar e que uniu a comunidade lusa em atividades distintas, uma organização com sede própria, levada a efeito na época em que a cidade contava com algumas centenas de imigrantes (e seus descendentes) portugueses, localizada no coração do bairro, próximo à Luiz Antunes & Cia. Contudo, embora tenha existido o tão significativo clube, posso concluir por tudo o que escutei, estudei e escrevi, como ficcionista inspirada pela presença lusa em nossa cidade respectiva a esse período imigratório das primeiras décadas do século passado, que, além da própria origem, foram as relações de trabalho em torno da “arte da tanoaria” o elemento comum e fortemente identificador desses imigrantes. Tanto foi assim que, em 1917, segundo jornais da época, fundaram uma associação especialmente criada para zelar pelos interesses da classe dos tanoeiros, denominada “A Libertadora”, dando vez a movimentos bastante pioneiros na luta pelos seus direitos trabalhistas e sendo “reerguida”, em 1930, sob o nome de “União dos Operários Tanoeiros de Caxias”. No jornal *Caxias*, edição de 14 de julho de 1930, consta uma saudação dizendo “bem vindos esses laboriosos oprimidos e que não se cansem de lutar pelo que lhes pertence...”. É interessante referir que nas atas das as-

sembleias ocorridas de 1930 a 1937, ano em que findou oficialmente suas atividades (as quais chegaram a mim pelas mãos do professor Juventino Dal Bó), entre as assinaturas dos presentes constam-se muitos sobrenomes de origem portuguesa, mas também italiana, o que demonstra claramente a primazia das questões de classe sobre questões de nacionalidade. Outro ponto que desperta a atenção quando da leitura das atas é a ênfase ao chamamento das sucessivas direções aos respectivos associados, insistindo na importância da conscientização no sentido de todos os operários tanoeiros em atividade associarem-se, pois somente a união os levaria ao sucesso, muitas vezes chamando-se de “camaradas” entre si, e, por conta disso e pela coragem de enfrentar os patrões, sendo muitas vezes chamados de “comunistas e encenqueiros” por outros.

Todavia, passado um século do período imigratório citado, identifica-se uma escassa produção de documentos oficiais e acadêmicos acerca da imigração portuguesa em Caxias do Sul, uma espécie de lacuna parcialmente explicada pela preponderância da imigração italiana na região, ainda que o Decreto Estadual nº 22.410, de 22 de abril de 1973, instituindo o Biênio da Colonização e Imigração, ao qual se atribui o início de um “despertar” da sociedade caxiense para a necessidade de preservação da história e suas memórias, previsse, além de especificidades, também celebrar a contribuição de todas as correntes imigratórias no desenvolvimento do estado, em suma, um incentivo a múltiplos olhares.

Assim, com base nas poucas fontes existentes, especialmente em informações tornadas públicas por meio das raras publicações a respeito do tema da imigração portuguesa, é possível dizer que diversos fatores levaram a um “apagamento” das marcas da cultura desses imigrantes. Um cotidiano de necessidades, muitas dificuldades e fatores como a industrialização e a hegemonia da italianidade, entre outros, fizeram com que essa parte da história, de certa forma, fosse negligenciada. Ainda que haja registro de uma boa quantidade de sobrenomes portugueses na cidade, é sabido que aqueles que exerceram forte influência na vida política, social, econômica e cultural de Caxias do Sul, com raras exceções, estão

associados ao período inicial do povoamento, não correspondendo, em grande medida, aos imigrantes sobre os quais este texto busca jogar um pouco de luz.

Fato é que, mesmo com esse “apagamento”, sempre haverá o lugar merecido nas memórias e nos corações de seus descendentes, o que, obviamente, não significa dizer que o tema não mereça mais estudos. Quando o olhar coletivo é atento, não há dúvidas sobre a importância da contribuição desses *gajos* e dessas *gajas* na trajetória do município de Caxias do Sul.

OS ITALIANOS



Retrato de José Caberlon e Tereza Bampi, 1902.

Os italianos: imigração e colonização

Gelson Leonardo Rech
Terciane Ângela Luchese
Vania Beatriz Merlotti Herédia

As paisagens da Serra Gaúcha guardam, nas suas construções, na organização dos espaços e no cotidiano das pessoas, resquícios de tempos pretéritos. São parte do patrimônio material e imaterial, de práticas culturais que, na dinâmica do tempo, guardam vínculos com o passado, aquele que nos convida a conhecer o final do século XIX, quando levas numerosas de imigrantes estrangeiros desembarcavam de paquetes e embarcações em busca de melhores condições de vida no Brasil.

Foi entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX que o fenômeno migratório movimentou milhares de europeus em direção à América.

As transformações decorrentes da expansão capitalista e as novas formas de produção e de trabalho construíram as condições para a acentuação do processo de migração. No caso italiano, as guerras pela Unificação não podem ser desconsideradas. Analisando a emigração de trentinos, Grosselli (1987, p. 91) afirma que

Nos anos posteriores a 1873 os acontecimentos referentes ao fenômeno migratório se precipitaram. O “sonho americano” se espalhou como óleo sobre água [...]. Os jornais falavam dele, o povo discutia, os agentes das várias companhias penetravam sempre mais fundo nos vales trentinos e, sobretudo, muita gente, sempre mais gente, tomava a decisão de ir-se embora.

Partir, migrar, sonhar com um futuro promissor foram ações que se difundiram, e “A América era vista como possibilidade de mudança radical e para melhor, da vida dificultosa de todos os dias, uma catarse que teria podido zerar as desgraças quotidianas para recolocar tudo sobre a bitola do otimismo” (Grosselli, 1987, p. 91).

O sonho da América e de melhores condições de vida moveu famílias inteiras.



No caso brasileiro, os imigrantes foram considerados necessários para a substituição da escravidão, a colonização de terras devolutas e o trabalho no comércio e nas nascentes atividades industriais.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu um número considerável de imigrantes, sendo predominantes aqueles saídos da península itálica, especialmente entre os anos de 1875 e 1914. Pesavento (1994, p. 55), analisando a situação gaúcha, afirma que se buscava neutralizar o “poder da oligarquia regional” e que existia “a perspectiva da diversificação da estrutura produtora, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios”.

Desse modo, em 1870, por ato de 24 de maio, o Presidente da Província João Sertório criou as colônias Conde d’Eu e Dona Isabel numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial. Nesse mesmo ano, determinou ao Major Palmeiro a responsabilidade de discriminar, medir e demarcar lotes nas colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Em 1875, foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, posteriormente denominada Caxias. Nos anos seguintes, outros núcleos foram criados pelo Governo Provincial, e, dentre aqueles que receberam imigrantes italianos, podemos mencionar: Silveira Martins (1877), Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1887), Barão do Triunfo (1888), Mariana Pimentel (1888), Jaguari (1889),

Guarani (1889), Ijuí (1890), Marquês do Herval (1891), Guaporé (1892) e diversas outras. Como informa Manfroí (1975), a colonização italiana foi direcionada, inicialmente, para as quatro primeiras colônias: Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins, além daquelas que permaneciam em núcleos urbanos e na capital. Mas as contínuas levas que entraram em solo gaúcho, somadas às elevadas taxas de natalidade dos já estabelecidos, foram promovendo a ocupação nas colônias que se criavam e nos seus entornos, prosseguindo rumo à margem meridional do Planalto, ao Leste e ao Noroeste gaúcho. Mas o Sul também contou com a presença de imigrantes italianos, especialmente Pelotas e Rio Grande, como informou o cônsul Ciapelli (2016).



Travessia de imigrantes em trecho do rio Caí, final do século XIX.

“A despeito da divergência de informações estatísticas, De Boni e Costa (1984, p. 66-68) afirmam que de 1875 a 1914 “entraram no Rio Grande do Sul entre 80 e 100 mil italianos”, constituindo-se no grupo mais numeroso de colonos entrados no Rio Grande do Sul.

O cônsul Ciapelli (2016) informa em seus relatórios que a entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul era proveniente de três movimentos principais: os oriundos da península, os que haviam se estabelecido em outras províncias brasileiras e os que reemigravam vindos da Argentina ou do Uruguai. De outro lado, pontua sobre a dificuldade de acompanhar as trajetórias e os números de imigrados, pois alguns se estabeleciam no Rio Grande do Sul e daqui, sem maiores avisos, saíam em busca de novas oportunidades. Indica Chile e Argentina como destinos prediletos dos que reemigravam do estado. Para acompanharmos os movimentos migratórios no Rio Grande do Sul, observa-se o Quadro 1:

Quadro 1 – Imigrantes italianos entrados no Rio Grande do Sul.

Ano	Nº de imigrantes	Ano	Nº de imigrantes	Ano	Nº de imigrantes
1882	3205	1893	1503	1904	293
1883	3735	1894	424	1905	247
1884	1345	1895	978	1906	449
1885	7600	1896	917	1907	239
1886	2352	1897	690	1908	355
1887	4362	1898	989	1909	397
1888	4241	1899	1070	1910	425
1889	7578	1900	745	1911	657
1890	2765	1901	631	1912	467
1891	9440	1902	359	1913	477
1892	7523	1903	305	1914	230

Fonte: para os anos de 1882 a 1888 e 1906 a 1914, Cenni (2003, p. 174-175); para os anos de 1889 a 1905, Ciapelli (2016).

A entrada de imigrantes italianos, em taxas mais elevadas até 1895, mesmo com a Revolução Federalista, é maior em virtude do pagamento das passagens e das vantagens obtidas pelo tutelamen-

to. Conforme refere Cenni (2003, p. 175), “mesmo não alcançando os setenta mil, os italianos recebidos nos 33 anos que medeiam 1882 e 1914 representaram quase a metade do contingente migratório do Rio Grande do Sul. Faltam elementos correspondentes aos sete primeiros anos, de 1875 a 1881, que fonte alguma registra”. Em poucos anos, as colônias foram elevadas à condição de municípios, alterando o mapa gaúcho.

De acordo com Constantino (1991), Porto Alegre, como capital administrativa e principal centro comercial do estado, sempre exerceu atração para estrangeiros. De igual forma atraiu italianos, cujas evidências de presença podem ser encontradas nos livros paroquiais e, mais do que isso, nos livros de registro de batismo, que permitem concluir relativa fixação, visto que alguns indivíduos batizaram vários filhos, sobretudo a partir da década de 1840. Registra-se que a capital do Rio Grande do Sul teria, em 1893, “cerca de 6.000 habitantes italianos e este número representa aproximadamente 10% da população total da cidade” (Constantino, 1991, p. 59), chegando a 10.000 no início da década de 1910. Esses imigrantes eram prioritariamente meridionais da Província de Cosenza, especialmente do município de Morano Calabro.

Os imigrantes saídos da península itálica que adentraram e ocuparam diferentes espaços em solo gaúcho foram se constituindo como italianos.

Os que habitaram colônias, mas também aqueles que passaram a viver em áreas urbanas, ao se confrontarem com o “outro” – brasileiro ou imigrante de outras nacionalidades –, foram sendo nominados italianos e identificando-se como tal. Em muitos momentos acabaram unindo-se, seja pelas dificuldades cotidianas, pela ausência de serviços e infraestrutura ou pela defesa de seus interesses na condição em que estivessem – como operários, agricultores, comerciantes... Essa formação de comunidades “ita-

lianas”, baseadas em laços étnicos, pode ser exemplificada com a construção de capelas, associações de mútuo socorro e escolas. Muitos, deparando-se com condições geográficas diferenciadas daquelas que estavam habituados, precisaram adaptar-se e enfrentar o desafio de ocupação dos lotes, desmatando e erigindo suas novas habitações.

A ocupação das colônias da Serra, em fins de 1875, ocorreu com a chegada de famílias de imigrantes, casais, jovens, crianças e idosos, a maioria saída do Norte da península itálica. Ao chegar, eram abrigados em um barracão e, em poucos dias, encaminhados para os lotes pelos quais pagariam quase duas décadas depois. Na gleba de terras, cada família, tendo recebido uma pequena ração (porção de alimentos) e algumas ferramentas, abrigava-se provisoriamente e, aos poucos, iniciava o desmatamento de uma área, a construção da casa e o plantio. Muitos desses imigrantes também foram empregados pelas Comissões de Terra na abertura de estradas e, com tal trabalho, receberam um valor que os sustentou nos primeiros tempos.

O desenvolvimento das colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul foi rápido, marcado por uma expectativa de prosperidade. Havia muitas dificuldades, mas também muitas esperanças de transformação. Quando chegaram aos lotes coloniais, por meio de muitos esforços, acreditaram no futuro e, apesar dos obstáculos enfrentados, foram vencedores.

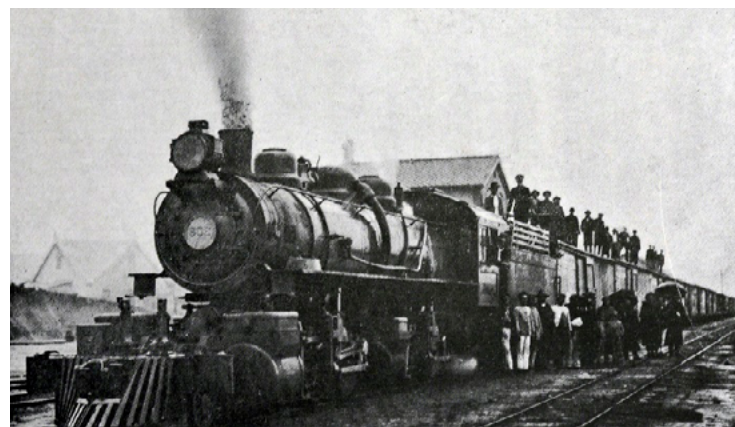
A busca por sustentabilidade foi marcada por distintas ações: o desmatamento e o plantio; a venda dos produtos coloniais; a especialização manual da produção; a fundação de oficinas e pequenos negócios; e a organização da indústria.

Os imigrantes que se instalaram nessa região muito trabalharam e acreditaram no seu resultado. Um dos seus atributos mar-

cantes foi a capacidade de poupar, de valorizar aquilo que tinham e garantir a manutenção e o sustento de sua prole.

A atividade agrícola nos núcleos coloniais foi promotora do desenvolvimento econômico no estado, a partir da Lei de Terras de 1850. Nas áreas rurais desses núcleos, a família teve papel determinante no processo produtivo, marcado pelo acesso à pequena propriedade e pela presença de mão de obra familiar. Dono da terra, o imigrante torna-se “proprietário dos meios de produção – seu lote de terras-, mas suplementa seus rendimentos com fornecimentos periódicos de trabalho acessório” (Pesavento, 1983, p. 26).

A inserção do imigrante na economia rio-grandense se dá por meio das atividades agrícolas e do trabalho de todos os membros da família. Os que chegaram à zona colonial não dispunham de muitos recursos, e o número da prole era elevado. Diz Mem de Sá (1950, p. 90): “Planta e colhe quase tudo de que necessita para a sua subsistência, como se tivesse a preocupação da autossuficiência. Vende os excedentes do consumo doméstico [...]. Vive modestamente, quase sem conforto, mas tem a mesa farta”.



1918 – Carregamento de vinhos para São Paulo na Estação Férrea de Caxias do Sul (inaugurada em 1910).

Em uma carta, Michele Madalosso, emigrante vicentino, escrita em outubro de 1876 para a família, após descrever a colônia, registra:

“Diga à mãe que venha também, pois eu ficaria muito feliz em vê-la aqui comigo, e não há perigo algum na viagem. Tragam com vocês as ferramentas necessárias à cultura da terra e toda a espécie de semente e de videiras” (Stolz, 1997, p. 98).

Madalosso já anunciava o que ocorreria com o plantio das uvas e das vinhas, uma atividade que se tornaria centenária na região.

Outra carta, esta de 1884, que trata do plantio de parreiras é de Paolo Rossato, que escreve à família e confirma o que havia ouvido da fertilidade do solo:

“É verdade, o que diziam, que com poucas videiras fazem muitos barris de vinho, porque não plantam as vinhas pelos campos, como na Itália. Plantam-nas próximo à residência. E vocês nem imaginem como uma vinha cresce, aqui em três anos” (Stolz, 1997, p. 102).

Aos poucos, as atividades diversificaram-se e passaram a multiplicar-se os pequenos artesanatos nas linhas e travessões. Vale destacar que, na sede dos núcleos, instalaram-se funcionários públicos, comerciantes de origem portuguesa e até mesmo fazendeiros dos Campos de Cima da Serra, muitos deles responsáveis pelo impulso dado às atividades comerciais e manufatureiras das colônias. Em poucos anos, era possível obter-se uma variedade de produtos no comércio local. A atividade comercial possibilitou o acúmulo de capitais que, posteriormente, favoreceu a industrialização regional. Os agricultores entregavam seus excedentes agrícolas aos comerciantes da linha ou do travessão onde moravam em troca de outros produtos. Os comerciantes, por sua vez, enviavam os produtos coloniais para as casas de comércio maiores, na cidade, que os transportavam para centros consumidores, como Porto Alegre.

Formaram-se pequenas comunidades. Construíram casas melhores com uso de materiais locais – basalto e araucária –, predominantemente, além das capelas, dos cemitérios, das escolas e das atividades comerciais e manufatureiras que foram emergindo. O dia a dia daquelas famílias de imigrantes ia sendo vivido em meio

a carências e dificuldades, mas também com o sonho de posse da terra como elemento motivador e propulsor de tempos futuros promissores.

É importante salientar que a criação de municípios como Caxias e Bento Gonçalves em 1890 e Garibaldi em 1900, por exemplo, permitiu a intensificação da urbanização e da industrialização bem como promoveu melhorias nas estradas, construção de pontes e pontilhões, aberturas de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização de códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável na vila, recolhimento de lixo e cabungos. Assuntos como higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos encaminhados pelos políticos locais. Com a instalação de agências bancárias, o incremento na publicação de jornais, a fundação de clubes e cinemas e a construção de praças, os espaços urbanos modernizavam-se.

Organizados pelas sociedades recreativo-culturais ou mesmo por grupos de amigos, havia piqueniques, maratonas (inclusive com percursos entre os municípios)⁸, bailes e até carnavais. Apresentações de peças teatrais e de artistas ambulantes que faziam mágicas bem como espetáculos de fantoches eram também frequentes. Ainda como espaços de sociabilidade existente na sede ou nas capelas, havia os cafés, as confeitarias, os cinemas, as livrarias, as praças e os passeios públicos.

Os hábitos que haviam trazido da Itália foram recriados aqui no nosso país. Essa reinvenção nos ajuda a entender o espírito do empreendedorismo, da criatividade e do associativismo presente na cultura italiana.

⁸ O imigrantes Giulio Lorenzoni (1975, p. 230) relata que em 14 de maio de 1911 ocorreu o primeiro “raid” saindo de Bento Gonçalves até Garibaldi, e que em julho daquele mesmo ano a maratona fora de Bento Gonçalves até Caxias.

O caso da vitivinicultura é exemplo dessa afirmação. Os emigrantes transformaram seu produto no mais importante gênero de exportação e se movimentaram para defender a qualidade desse produto por inúmeras iniciativas, em parceria com o Estado e com os produtores.

A obra da colonização foi exitosa, e estiveram presentes na cultura da região princípios básicos de vida e valores, tais como: o respeito ao trabalho, o amor à vida, o amor à família, o sentimento religioso e o culto à propriedade. A formação e a transmissão dos valores que são a base dos comportamentos – que aparecem

na vida da colônia italiana nessa região – provêm da existência de uma série de instituições básicas que foram trazidas na bagagem cultural dos imigrantes e, pela sua importância, mantidas vivas nas estruturas que se originaram na nova terra.

Destacam-se valores como o da família, da religião e do trabalho, que foram fundamentais para a integração na sociedade pelos imigrantes.

Esses valores foram alicerce de consciência coletiva, presente nas práticas culturais dessa região.

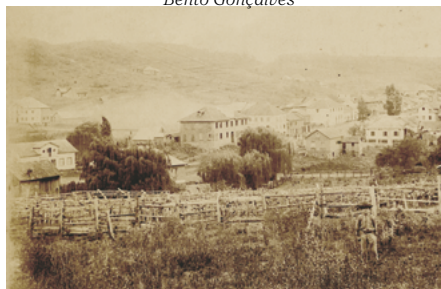
1870

Criada a colônia de Conde D'eu, atual município de Garibaldi



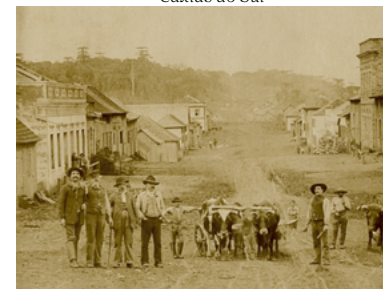
1870

Criada a colônia de Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves



1875

Criada a colônia de Caxias, atual município de Caxias do Sul



1886

São criados novos centros de povoamento como Antônio Prado



1884

São criados novos centros de povoamento como Alfredo Chaves (atual Veranópolis)



1877

Criada a colônia de Silveira Martins, na região central do estado do RS





Propriedade da família de Angelo
Cavinato. Travessão Thompson
Flores, Nona Léguas - Caxias do Sul
(RS), 1918.

A família é, certamente, “uma dessas instituições, que sobreviveu aos períodos históricos e que foi a base da transmissão dos valores humanistas” (Herédia, 2003, p. 61). Esses valores reunidos, cada qual com sua sabedoria, ajudaram os imigrantes a construir sua cultura e sua identidade. Muitos deles não tinham passado anos na escola formal nem conheciam o que os pensadores de sua pátria – e mesmo os pensadores de outras pátrias – diziam sobre o homem e a natureza humana. A forma de pensar, de agir e de sentir desses imigrantes era resultado da sua vida em grupo e do que apreenderam na luta por sobrevivência na sociedade de origem. A experiência de partida impunha a reflexão sobre o que estavam deixando e a recepção que esperavam na nova cultura. Portanto, a família como instituição social foi um dos elementos que contribuiu para a manutenção do sistema social como transmissora da cultura. Por meio da cooperação, essa instituição estabelece regras baseadas no bem comum, voltadas para a conservação de seus membros e a reprodução do grupo.

Na educação de crianças e jovens, a família, as práticas religiosas e a escolarização foram centrais. Os imigrantes e seus descendentes desejavam a escola, valorizando a aprendizagem das noções básicas de ler, escrever e contar.

A abertura de escolas e a preferência por escolas públicas, gratuitas e com ensino de português foram centrais. Além de escolas públicas, coexistiram escolas com marcas étnicas, ditas italianas, além das diversas e importantes escolas confessionais.

A religião foi um dos elementos de identidade cultural cujo desafio da etnia se resolveu pela experiência religiosa e suas tradições. A força da religiosidade, expressa por meio do catolicismo, tem a ver com a presença da Igreja Católica desde a formação dos

núcleos coloniais e com o papel que a religião desempenhou na integração cultural dos grupos imigrantes.

A religião, elemento de construção de identidade cultural, atuou para manter vínculos com a antiga pátria.

Tal prática foi o elemento aglutinador das diferenças culturais trazidas por esses europeus, à medida que mantiveram seus costumes, suas tradições e seus dialetos na nova pátria. A integração se deu em vários locais, principalmente na organização social. A capela foi um polo de convergência social, local de encontro, de fortalecimento de esperanças, de consolo e, principalmente, de integração. Fez parte do processo cultural. A oração, as rezas e as principais devoções fortaleceram o espírito associativo e estimularam a solidariedade entre os grupos. Era também uma forma de reproduzir as tradições e os costumes dos pais e dos avós que permaneceram na Itália.



Em 1879, foi iniciada a tradição da romaria de Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha (RS). Fotografia da década de 1930.

Outro valor fundamental presente na cultura da região foi o trabalho, elemento forte na construção identitária do desenvolvimento da cultura e da região, cuja experiência de transformação da natureza e seu resultado deram condições para a emancipação e a liberdade dos emigrados.

A criação produzida pelo homem os fez reconhecer a capacidade que possuíam, e esse reconhecimento afetou o conjunto da vida em sociedade. Tal condição lhes deu um status social diferenciado dos demais que estavam instalados na colônia e foi um elemento forte na construção do sentimento de pertença e da identidade. Foi também uma forma de integração entre aqueles que se colocavam na mesma situação e, pela coesão social e pela vivência anterior, compreendiam a formação da nova sociedade, utilizando o conhecimento adquirido e reconhecendo o espaço que lhes abriria a experiência.

Os imigrantes sabiam o valor da terra (ser proprietários) e a importância do trabalho na construção da sobrevivência e do patrimônio, porque era a condição da mobilidade. O imigrante italiano passou a ser símbolo do trabalho. Diante de suas condições históricas, precisou enfrentar muitas dificuldades como imigrante desde a saída da terra natal, com as viagens, a perda de familiares, a solidão daqueles que partiram sem família, as humilhações enfrentadas nos alojamentos, a falta de cuidados em saúde e de alimentos e as longas e árduas caminhadas até a “terra prometida”. O valor atribuído ao trabalho mostrava a garra que possuía, e a vontade de ultrapassar os limites que conhecera no passado lhe permitiu vencer a miséria e a fome. Tinha ciência de que o trabalho era a única possibilidade de sobreviver, então enfrentou a terra desconhecida com a força de seus músculos, o que se tornou, inclusive, condições de realizar a epopeia (Zagonel, 1975).

Lembramos novamente o relato do emigrante Paolo Rossato, quando recomenda aos parentes que viriam ao Brasil que trouxessem instrumentos para o trabalho na colônia, como podões, enxadas, cutelos, machados, serras e diversos utensílios de carpintaria rural. Pedia também uma espingarda, sela, brida e arreios. Mal sabia Rossato que, anos depois, os próprios imigrantes fabricariam esses

objetos que beneficiariam o desenvolvimento da colônia. O trabalho de Gigia Bandera, Abramo Eberle, Francisco Rossi e Amadeo Rossi, entre outros, deu condições para os seus conterrâneos disporem desses equipamentos para o trabalho na terra.



Vindima na propriedade de Albino Postali, localizada em São João da 2ª Léguas. Caxias do Sul (RS), 1911.



Trabalho na Metalúrgica Abramo Eberle, 1914.



A História nos mostra que esses pioneiros foram realmente criativos, pois reinventaram as condições conforme suas necessidades, deram sustentabilidade à produção e tornaram-se donos de seus destinos.

Superaram as barreiras e transformaram o imaginário da emigração em vitórias, eles venceram. Na paisagem que hoje persiste, especialmente nas áreas rurais, entrecruzam-se tempos longínquos que nos lembram da colonização e dos tempos sucessivos em que os descendentes de imigrantes e os novos migrantes foram chegando, em meio a negociações e convivência, e constituindo práticas culturais que marcam o cotidiano, a partir também de consensos e conflitos. Uma banda, uma escola, uma capela para os encontros da reza do terço, para acolher o padre na celebração da missa, a proximidade com o cemitério e, logo depois, o salão comunitário. Atividades manufatureiras, como moinho, ferraria e sapataria, ou mesmo comerciais, como casas de pasto e vendas de secos e molhados. Os pequenos negócios cresceram, transformaram-se e, com a chegada de outros imigrantes, mudaram o território.

No trabalho agrícola, e com a criação de animais, famílias inteiras cresceram e multiplicaram-se, e algumas ou parte delas novamente migraram entre o início da década de 1920 e 1930 para o Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. Trabalho, mas também fé e alegria expressas em músicas, festividades e encontros. Legados dos quais, representados pelas mãos de diferentes gerações e seus encontros, emergem os saberes, os conhecimentos e os modos de viver e significar a vida. Com a convivência e a experiência entre gerações, aprendemos e constituímos-nos em nossa humanidade, valorando a ancestralidade.

Referências

- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CIAPPELLI, E. Lo stato di Rio Grande del Sud (Brasile, 1905). Bolletino Dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'Emigrazione. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; ROMANATO, Giovanni (Orgs.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.
- DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST; EDUCS, 1984.
- GROSSELLI, Renzo M. *Vencer ou morrer: camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (Org.). *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.
- LORENZONI, Giulio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, H. D.; LIMA, M. de A. (Orgs.). *Album comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- STOLTZ, Roger. *Cartas de Imigrantes*. Porto Alegre: Est, 1997.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: EST, 1975.

Comércio de Leon Iotti, localizado na rua Alfredo Chaves
quase esquina com rua Sinimbu. Caxias do Sul, 1923.



OS ALEMÃES

Experiência de colonização alemã na Serra Gaúcha: práticas culturais e vivências sociais

Roberto Radünz

A chegada dos imigrantes alemães e a fundação das primeiras colônias na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul abriram espaço para uma nova experiência produtiva baseada na mão de obra familiar e na policultura. Os imigrantes, recebidos na condição de colonos, deveriam voltar seus esforços para produzir alimentos que seriam destinados aos centros urbanos. Antes disso, porém, tiveram que lidar com a própria sobrevivência. Aliás, a sobrevivência era palavra de ordem. Um ditado corrente nas colônias alemãs resume esse sentimento: “ao primeiro a sua morte, ao segundo a sua necessidade, ao terceiro o seu pão”⁹.

A colonização não foi uniforme, nem ocorreu num só momento. Levas de imigrantes chegaram a São Leopoldo a partir de 1824, num fluxo quase contínuo até a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Depois dessa guerra, a política imigrantista retornou com vista à ocupação de terras que o Império considerava devolutas. Duas experiências provinciais vão servir de referência: a fundação da Colônia Santa Cruz (1849), na região dos vales, e a Colônia Provincial de Nova Petrópolis (1858), planejada como “local que deveria servir de ponto intermediário para o comércio entre Porto Alegre e a região dos Campos de Cima da Serra” (Paz, 1998, p. 161).

Com alguma generalidade,

é possível afirmar que a colonização teuto-gaúcha já se mostrava consolidada no último quartel do século XIX, quando as outras leva de imigrantes começam a se instalar em solo gaúcho.

⁹ *Dem ersten sein Tod, dem zweiten seine Not, dem dritten sein Brot.*



Fábrica de carretas, foices, arados e enxadas, em Nova Petrópolis.

Imigrantes, sobretudo vindos das regiões da recém-unificada Itália, vão compor, a partir de 1875, um novo cenário de ocupação territorial na região da Serra Gaúcha.

Figura 1: Mapa da ocupação colonial do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado de IBGE (2003 *apud* Moreira, 2009).

No mapa acima, as áreas em destaque representam, respectivamente, a ocupação alemã e a italiana do Rio Grande do Sul: em vermelho, a região dos Vales; em verde, a da Serra. A aparente homogeneidade que o mapa parece retratar não reflete a condição demográfica atual. Os fluxos migratórios, especialmente os que ocorreram em busca de emprego e de uma vida melhor, fizeram e fazem com que os deslocamentos humanos gerem contatos interétnicos que marcam a pluralidade identitária do Sul do Brasil.

A história da colonização alemã já foi contada a partir de múltiplos olhares. Existem pelo menos duas grandes matrizes metodológicas na produção acadêmica sobre a colonização alemã: a

primeira está centrada no enfoque socioeconômico e demográfico, em que se buscam as contribuições que alemães e seus descendentes deram para a constituição do Rio Grande do Sul; já a segunda está centrada na perspectiva étnico-político-cultural-religiosa e trata de questões de assimilação, integração, influência e relacionamento dentro do próprio grupo étnico (Gertz, 1991). A partir desses referenciais, a colonização tem sido genericamente explicada. Aliada a isso, também é possível observar, nas duas últimas décadas, uma tendência cada vez maior à especificação tanto das temáticas quanto dos focos das análises. Os estudos clássicos cedem lugar a análises mais particulares.

Na esteira das abordagens mais recentes, o imigrante alemão aparece cada vez mais como sujeito histórico – indivíduo político, trabalhador, professor, ser religioso, empreendedor, ou seja, colono com nome e sobrenome – que se movimentou, no século XIX, na busca por melhores condições de vida.

Mesmo em áreas de ocupação majoritária de italianos, como na região de Caxias do Sul, esses teuto-gaúchos se fizeram presentes.

Numa pesquisa pioneira sobre a região da serra, Giron (1977) apresenta alguns dados que remete a esses movimentos. A autora salienta que, entre 1872 e 1874, portanto antes da chegada dos imigrantes italianos, a região de Caxias do Sul recebeu 54 colonos de ascendência boêmia que haviam deixado Nova Petrópolis para procurar novas terras. Entre eles estavam famílias como Lorenz, Klamt, Dreshler, Schoffel, Ulrich, Dietrich, Saischeck, Fisker, Weiss e Hübner.

Muitas são as marcas deixadas por esses imigrantes alemães que se estabeleceram no sul do Brasil. Nova Petrópolis talvez seja a expressão mais bem-acabada desse projeto, em áreas da Serra Gaúcha que foram colonizadas posteriormente por italianos. Este texto ocupa-se em trazer, de forma introdutória, algumas refle-




Retrato das famílias Horn e Schmitt. À frente, a partir da esquerda, vemos as crianças Athos Horn, Zélia e Zayra Schmitt; na segunda fila, Odila e Ielva Horn, Isalina Castilhos, Abrelina Schmitt, Maria Elisa Soares. Na terceira fila, em pé, a partir da direita, vemos José Oldir Moreira e Lauro Schmitt. Caxias do Sul (RS), [1932-1933].



Bazar Bornheim, de propriedade de Hermann Bornheim, instalada no piso inferior da residência da família Scotti, defronte à praça Dante Alighieri, na esquina das ruas Júlio de Castilhos e Marquês do Herval. A partir da esquerda, vê-se: Irmgard Cecília Bornheim, Hermann Bornheim, Helmut Engelbert Bornheim, e Amália Marie Gerda Bornheim. Caxias do Sul (RS), [1937-1938].

xões acerca do que Gertz (1991), referido acima, chama de abordagens centradas na perspectiva étnico-político-cultural-religiosa. Propondo mais uma redução de escala, uma vez que o tema é muito amplo, o horizonte deste texto trabalha com alguns elementos da tradição societária e religiosa.

......

Os colonos alemães desenvolveram um profundo sentimento associativo. A organização em torno das cooperativas, das comunidades religiosas, das escolas e das sociedades culturais e esportivas demonstra determinadas necessidades que foram enfrentadas por esses imigrantes.


Em torno do *ethos* do trabalho, organizaram cooperativas para aperfeiçoarem sua produção. Desassistidos em termos de escola e religião, eles buscaram suprir essa lacuna na organização das comunidades. Carregando uma tradição associativa, também dispuseram de esforços para criarem as sociedades culturais com motivações distintas. Esse trinômio formado por escola, comunidade religiosa e sociedade também identifica o colono alemão na Serra (Paz, 1998).

As escolas paroquiais

A maioria dos estudos que tratam da questão educacional nas colônias alemãs atesta que a instrução escolar ficou, em grande parte, sob responsabilidade dos próprios imigrantes, surgindo, assim, as escolas paroquiais. O governo imperial não dispensou grandes esforços em integrar os colonos por meio do processo educativo. Seyfert (1990, p. 28) reforça essa tese, lembrando que tais escolas não surgiram apenas por motivos étnicos, “mas sobretudo porque o governo brasileiro não deu maior atenção a questão do ensino e, o que é mais grave, ao ensino primário, nas regiões povoadas com imigrantes”.

As expectativas de “aprender a ler e escrever” traziam subjacentes algumas necessidades imediatas. Aprendiam a ler para receber a instrução da confirmação ou primeira comunhão, a fim de lerem a Bíblia. Além dos espirituais, a escola tinha um significado prático, no sentido de desenvolver habilidade de saber fazer contas, lidar com juros e realizar negócios. O depoimento de Spier –

nascida em Nova Petrópolis em 1896 – traduz essa dinâmica: “nas segundas feiras, tínhamos cálculos, nas terças-feiras canto, nas quartas tradução [...] em alemão e português [...], na sexta-feira, religião e nos sábados novamente cálculos [...]. Toda a tarde sempre uma coisa [...] tudo em alemão” (Deppe, 1988, p. 141). Com relação à questão da língua portuguesa, Spier continua: “Quando as crianças diziam: – Nós queremos aprender um pouco do português! Oh não! – disse o professor – quando vocês chegarem em casa, não poderão mais falar com seus pais” (Deppe, 1988, p. 141).

......

As escolas rurais, principalmente as que ensinavam em língua materna, desempenharam um papel no enfrentamento ao analfabetismo em muitas das comunidades alemãs, ao ensinarem escrita, leitura, operações matemáticas, moral e ensino religioso.

Esse modelo tinha limitações: era ministrado em alemão, o que afastava a possibilidade de uma maior integração à realidade nacional. Segundo Paz (1998, p. 78), havia interesse na aprendizagem em língua nacional, mas a “maioria dos professores estava despreparada para ensiná-la”. Outro problema eram as constantes faltas dos alunos às aulas, ocasionadas, na maioria das vezes, pela necessidade de ajudarem no trabalho agrícola, pelas chuvas e/ou pelas longas caminhadas necessárias para se chegar à escola.

A aproximação entre a escola rural e a comunidade religiosa era marca registrada nesse momento histórico. Em muitos casos, como referido anteriormente, o próprio pastor desempenhava a função de professor. Ao professor também cabia a responsabilidade de ensinar a religião, que tinha como conteúdo histórias bíblicas das quais se retiravam os exemplos a serem seguidos. Valores como religiosidade, respeito, trabalho, vocação, honestidade e poupança foram recriados sob a tutela de uma tradição cultural.

Além desses valores, a escola sinalizou aos colonos aquilo que lhes era necessário para a vida.

As comunidades religiosas

Católicos e protestantes dividiram o mesmo solo no mundo colonial. Nos primeiros momentos, caracterizados como de grandes dificuldades, os colonos se uniram na construção de uma nova vida. Os antagonismos confessionais apareceram de forma mais explícita a partir do momento em que a vida material experimentou uma relativa organização. Tal lógica vale também para explicar as preocupações educacionais, associativas e culturais.

O Sul do Brasil experimentou dois tipos de colonização: a provincial, como é o caso de Nova Petrópolis, e a particular. Em ambos estiveram presentes católicos e protestantes. É preciso considerar que a Constituição Imperial claramente definia como religião oficial o catolicismo, pelo que recebeu algum respaldo estatal. Essa ajuda oficial, associada aos esforços na colônia, permitiu que o catolicismo pudesse, num período relativamente curto de tempo, atender de forma emergencial seus fiéis com missas. Além disso, foi fundamental para o reconhecimento civil pelos registros eclesiásticos e as atividades sociorreligiosas: batismo, primeira comunhão, casamento e enterro.

O protestantismo inicial deparou-se com a dificuldade de não receber ajuda externa. Existiam, ainda, certas restrições constitucionais que limitavam a atuação eclesiástica que nem sempre foram observadas, especialmente naquelas comunidades mais afastadas e com uma preponderância de colonos de confissão luterana. Aos luteranos era permitido apenas o culto doméstico, mas houveram muitas igrejas que contavam com torre e sino e afrontaram as determinações legais relativas aos acatólicos no período imperial.

As comunidades católicas e protestantes se justificavam na razão direta das necessidades espirituais de seus membros.



Alunos e professor da Escola Comunitária da Linha Faria Lemos, em Santa Lúcia do Piaí – Caxias do Sul (RS). 1º de janeiro de 1927. Identificadas as alunas Leopoldina Griep Witt, Frida Rouch Witt, Anna Schumann e Rosa Braum Witt. O professor é Balduino Schmäedecheer.

Professor Roberto Küster e seus alunos, 1937. O professor lecionou por 48 anos (de 1919 a 1977) nessa escola, localizada em Nova Petrópolis (RS).



Com algumas exceções, os colonos eram profundamente religiosos; explicavam sua vida a partir dos desígnios divinos, quer na sorte de dias bons, quer nas mazelas que o mundo lhes impunha.

A mensagem que o púlpito lhes trazia os reconfortava para seguirem adiante, num cotidiano marcado por grandes esforços. Além dessa necessidade espiritual, as comunidades cumpriam um papel importante de dar reconhecimento civil por batismo, casamento e óbito.

O batismo, prática recorrente entre católicos e protestantes, integrava a criança a essa microssociedade. Ela recebia oficialmente um nome e era aceita como parte do grupo, como família de Deus. Nesse sentido, o “fazer parte” era ratificado por um simbolismo que ultrapassava os limites do puramente social, era legitimado espiritualmente. O batismo, dentro do contexto cerimonial, incluía algumas pessoas chamadas de “padrinhos” que, por sua vez, tornavam-se “compadres” dos pais da criança batizada, reforçando as redes de relacionamento. Essa tradição unia as pessoas da comunidade e, por via de consequência, fechava o grupo religioso cada vez mais em si mesmo. Para assumir tal “tarefa”, era necessário ser parte do próprio grupo religioso.

A primeira comunhão ou confirmação marcava o segundo momento da pessoa dentro dos ritos de passagem eclesiais. Esse rito, por não ser “ordenado divinamente”, pelo menos na tradição luterana, gerou na história das comunidades uma série de discussões a respeito de detalhes a serem fixados nesse sacramento, como idade, duração da instrução, tipo de ensino, entre outros.

No rito de confirmação protestante havia a preocupação em imprimir as verdades evangélicas contidas no Catecismo Menor de Martinho Lutero. Nesse sentido, as crianças eram induzidas a decorarem os Dez Mandamentos, a explicação dos Três Artigos do



Pastor Paulo Remecke durante culto realizado na Igreja Evangélica Luterana do Brasil. O templo ficava localizado na Av. Júlio de Castilhos. Caxias do Sul, 1950.

Credo Apostólico, as petições do Pai Nosso bem como as explicações contidas no catecismo sobre batismo e Santa Ceia. Nesse ato de repetição enfática, eram comprometidas com as crenças confessionais que permaneciam, em muitos casos, até o leito de morte.

Também nesse rito, além do espiritual, havia um profundo caráter social. A primeira comunhão marcava, enquanto rito de iniciação, a transição para uma nova fase, ou seja, a do relacionamento social oficializado. “Já pode dançar”¹⁰ expressava que a criança

¹⁰ *Kann schon danse*: expressão que era muito utilizada entre os colonos alemães apresentando a criança à sociedade. O depoimento de Martha W. Kirschner reforça isso: “Depois da comunhão é que podiam ir ao baile, senão não ganhavam comunhão” (Deppe, 1988, p. 177).

estava apta a um relacionamento social enquanto indivíduo e, dessa forma, era aceita socialmente. Nesse contexto, poder dançar ia além do simples ato: representava um novo estágio da vida social e, também, da religiosa.

O comungar ampliava o vínculo de participação da pessoa na comunidade, no entanto a relação ainda era profundamente espiritual. É apenas no casamento que a participação da pessoa, na condição de membro (*Mietglieder*) na comunidade, passa a ser vista sobre o prisma de ter direitos. O casamento significava um novo momento social, principalmente no que se refere ao fato de se considerar, a partir do casamento, a maioridade, o que representava a possibilidade da participação dos direitos e, conseqüentemente, dos deveres na comunidade religiosa. A maioridade também era aceita socialmente após o casamento.

Outro elemento que precisa ser considerado sobre o casamento diz respeito aos matrimônios mistos. Para alguns eram uma desonra, já que eram considerados uma negação da confissão de fé e da própria origem. Se a regra eram os casamentos dentro do próprio grupo étnico-religioso, no Sul do Brasil e na Serra Gaúcha não foram raros os casamentos entre católicos e protestantes, entre alemães e luso-brasileiros.

O último estágio da vida do membro da comunidade esbarrava na morte, com a necessidade de todo um cerimonial aceito socialmente. Era inconcebível um enterro sem acompanhamento religioso. Diante do absurdo da morte, havia a necessidade de uma palavra de consolo e conforto que de alguma forma viesse a amai-nar o profundo pesar que a perda de uma pessoa querida causava. O pastor, padre ou, ainda, outro representante assumia, nos atos fúnebres, as funções de mestre de cerimônias, dando ordenamento ao cortejo. Nesse momento também se faziam representar as sociedades, com suas homenagens póstumas, ressaltando aspectos positivos da vida daquele que estava partindo. Nesse sentido, Jorge Hansen recorda: “Eles só tocavam músicas fúnebres [...] para aquele que pertencia à Sociedade de Atiradores. Eles usavam roupas especiais: espadas e uniformes [...]. Então iam a cavalo para o enterro e sob comando” (Deppe, 1988, p. 195).

Além dessas atividades sociorreligiosas, as comunidades religiosas também se caracterizaram por um profundo sentimento comunitário, do qual o *Kerb* é uma das grandes manifestações. O *Kirchenweifest* (festa da inauguração da igreja) teve inicialmente um caráter religioso. O desenvolvimento da colônia reordenou o *Kerb* segundo novas necessidades de sociabilização (Paz, 1998). Esse momento especial começava com o culto ou a missa, depois uma “bandinha” iniciava o cortejo que se dirigia ao salão onde, acompanhado por alimentos e bebida, começavam, de fato, as festividades. Com detalhes, Albino Kopper narra: “*Kerb* então os músicos tinham que ficar na frente da igreja, terminava o culto, os músicos tinham que tocar [...]. Normalmente o salão de baile ficava perto da igreja [...]. Então tocavam e depois havia o almoço [...]. De tarde, às 13:30, começava o baile” (Deppe, 1988, p. 173).

Outros costumes religiosos, trazidos da Europa, continuaram nas áreas coloniais. A preparação para o Advento e o Natal constitui um momento especial que, diferentemente do *Kerb*, não sofreu uma influência secular tão evidente. Outro momento especial na ordem religiosa era o período da Páscoa, precedido por uma profunda reflexão da Paixão de Cristo. Sexta-Feira Santa era dia de se vestir condignamente para participar da Ceia do Senhor. O traje das mulheres e dos homens era preto, num sinal claro de respeito ante o altar da igreja. Além disso, as mulheres cobriam o rosto com véu, numa profunda resignação.

As sociedades recreativas, desportivas e culturais

O espírito de sociabilidade fez parte do acervo de tradições trazidas pelos imigrantes da pátria de origem que, na nova terra, encontraram um espaço de expansão. Os estudos que tratam da questão comungam da importância de tais espaços no mundo colonial. Diante de um cotidiano marcado pelo trabalho duro na colônia, os imigrantes encontraram, nesses espaços associativos, a possibilidade de comungarem com seus pares algo mais do que as lidas diárias.

As formas de sociabilização assumiram especificidades próprias, no entanto entre elas é possível detectar alguns traços comuns, como a vontade de congregar, associar e trocar experiências.

Entre os principais motivos, estavam: atiradores (*Schützenverein*), lanceiros (*Stechklub*), cavaleiros (*Kavalleriev*), sociedade de ginástica (*Turnvereine*), bolão (*Kegelklub*), damas (*Damenverein*) e canto e leitura (*Gesangverein/Lesenverein*).

Esses motivos exerciam uma atração muito especial sobre os colonos que encontravam, no interregno do trabalho, a possibilidade de se habilitarem numa atividade esportiva ou cultural de reconhecimento social dentro dessas microssociedades.



Retrato de mulheres, integrantes de um coral da zona alemã do Rio Grande do Sul. Localidade não identificada, [entre as décadas de 1920 e 1930].

sociedades a possibilidade de transformar colonos em soldados, caso fosse necessário. Em 1895 foi criada a *Deutsch Uniformierter Schützenverein von Nova Petrópolis* (Sociedade de Atiradores Alemã Uniformizada de Nova Petrópolis) (Paz, 1998). A fundação dessa força paramilitar precisa ser pensada no contexto da instabilidade política gerada pela Revolução Federalista de 1893. Além disso, no plano local, as sociedades de atiradores gozavam de um grande prestígio que era reforçado em ocasiões festivas e solenes.

Os lanceiros e cavaleiros surgiram no mesmo corpo motivacional, compartilhando com os atiradores praticamente a mesma lógica recreativa. Festas eram realizadas com a participação de membros de ambos os grupos, assim como a indumentária que os identificava contava com chapéu, paletó cinza com gola verde e calças brancas. Essas datas de competição eram encerradas com um baile, que marcou outra constante nas várias manifestações recreativas.

As sociedades de ginástica também se inserem nessa lógica recreativa-esportiva. Elas tiveram maior expressão em núcleos mais densamente povoados, como, por exemplo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e São Sebastião do Caí. Paz (1998) refere-se ao surgimento, em 1898, do *Deutscher Turnverein* com seu grupo de ginastas em São Sebastião do Caí, quando ainda Nova Petrópolis era 3º Distrito desse município. Essa modalidade esportiva “cultivava uma espécie de filosofia de vida, ou ética esportiva, representada nos símbolos da sociedade, pelos quatro *efes*: *Frisch* (lépido), *Fromm* (devotado), *Froh* (alegre) e *Frei* (livre)” (Paz, 1998, p. 72).

O bolão e o futebol também lograram adeptos e continuam ainda como atividades de grande prestígio. Diferem, em parte, da lógica das sociedades descritas anteriormente, uma vez que o futebol e o bolão eram práticas mais constantes e populares, via de regra, não tão glamourizadas socialmente como os eventos acima referidos.

As mulheres construíram seus espaços de manifestação cultural. As sociedades de damas floresceram em praticamente toda a colônia, tendo como diversão principal a prática do bolão de mesa.

Gesangverein Brudenbund, 1920. Hoje,
Sociedade Irmandade da Vila Olinda, uma
das mais antigas sociedades de canto de
Nova Petrópolis (RS).



As mulheres organizavam festas num princípio muito semelhante às atividades masculinas. Além do bolão, elas chegaram a fundar sociedades de tiro ao alvo. No que se refere às Sociedades de Dama, a forma como elas se nominavam é muito interessante: Sociedade de Damas “Amizade”, “Concórdia”, “Sempre Alegre”, “Vitória”. Essas denominações são representativas naquilo que unia as mulheres no mundo colonial. Demonstram um caráter positivo como elemento congregativo no qual deveriam cultivar a amizade, a concórdia, a alegria, a vitória entre as mulheres.

Num campo diferente das competições, as sociedades de canto e leitura se inserem numa lógica recreativa. O apreço pela música e pela leitura também marcou o teuto-gaúcho. Ele cantava para lembrar a pátria-mãe, cantava para buscar força para enfrentar um cotidiano muitas vezes adverso, cantava para agradecer a Deus por suas bênçãos, cantava seus amores, cantava para acalantar sua alma. Padre Schmitz (1975, p. 69), referindo-se a Nova Petrópolis, afirma que “as sociedades de cantores espalhavam-se por toda a parte. Podia uma localidade não ter igreja ou escola, nunca, porém faltava a sociedade. O objetivo principal da sociedade de cantores era abrilhantar a vida da comunidade, particularmente em ocasiões especiais”.



Entre os alemães, a música desempenhou um papel de suma importância também em termos da definição axiológica.

O canto, com as suas mais variadas temáticas, deu uma resposta circunstancial às necessidades dos imigrantes. Nesse sentido, o conteúdo musical serviu para estabelecer um equilíbrio entre os valores tradicionais da antiga pátria e os elementos novos da terra adotiva.

As sociedades de canto fundadas pelos pioneiros colaboraram efetivamente para enfrentar o problema da própria identidade do colono alemão no Brasil. Continuavam, sobretudo, sendo alemães,

reproduzindo, por meio do canto, uma visão de mundo típica da germanidade. Além da tradição germânica, cantada com grande orgulho, no canto conservava-se um profundo sentimento de religiosidade e submissão à vontade de Deus, seja a esperança, a gratidão, as angústias dos momentos difíceis, o amor, as alegrias ou o desespero.

Cantar era uma prática que transpunha os limites do seu próprio ato.

Com a música, o colono tinha a possibilidade de se reunir com seus pares para combater o isolamento sociocultural, fortalecendo seu espírito gregário, convivendo com pessoas que viam o mundo sobre um prisma muito semelhante, realimentando-se espiritualmente e reforçando o padrão de comportamento aceito socialmente.

Por essa razão, tanto a melodia quanto a letra tinham sentido para os cantores. A melodia, trazida da Alemanha, os mantinha ligados nostalgicamente à antiga pátria. Por sua vez, a letra os ensinava a se portarem, carregada de um profundo sentido axiológico. Na mesma esteira estavam outras sociedades culturais – como a de leitura, por exemplo – que mantiveram tradições e ampliaram horizontes nas regiões coloniais.



Essas práticas culturais que envolveram escolas, comunidades religiosas e experiências associativas marcaram a experiência da colonização alemã no Sul do Brasil. Na Serra Gaúcha não foi diferente, o espírito associativo se difundiu de várias formas e, em boa medida, foi uma resposta para a ausência de medidas governamentais de integração da população à vida nacional. O isolamento permitiu a reconstrução de práticas culturais inspiradas nas memórias das localidades do país de origem.

As áreas de colonização dos séculos XIX e XX já não apresentam mais características de quisto étnico, mas são regiões de diversidade populacional, fruto de deslocamentos internos em busca de melhores condições de vida. As práticas culturais de outrora já não têm mais a mesma expressão, pois foram moldadas pelo tempo e,

hoje, povoam a memória coletiva. Essas lembranças encontram ressonância em festividades que procuram cultivar o passado valorizando suas práticas culturais. Nova Petrópolis é uma expressão disso.

Referências

DEPPE, Gessy (org.). *Contribuição para a História de Nova Petrópolis*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

GERTZ, Rene E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GIRON, Loraine S. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1977.

MOREIRA, Igor. *Geografia do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2009

PAZ, Ivoni N. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia (1858-1837)*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.

SEYFERT, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SCHMITZ, Pe. Arsênio José. *Uma nova imagem para Nova Petrópolis*. São Leopoldo: [s.e.], 1975.

Associação Cultural Germânica de Caxias do Sul – *Alles Gut*

Lucas Thimmig Diel

Uma das características marcantes dos alemães, além do cultivo de flores/jardins, do estudo da Filosofia, do Direto, da Engenharia e das Artes, notadamente a música, é o culto a tudo o que é comum (*Gemein*, pronuncia-se “guemáin”).

A preservação do que é público (de uso comum) é notório dessa etnia. Não é à toa que nas cidades de origem alemã floresceram as *Gemeinschafts* (comunidades), sendo fácil encontrar grupos que se reúnem em praças, associações de todos os tipos (caça, pesca, tiro), cooperativas (laticínios, agricultores, crédito), além, é claro, das bandinhas e dos corais.

No ano de 2004 foi organizada por um grupo de admiradores e descendentes de imigrantes alemães a Primeira Festa da Cultura Alemã em Caxias do Sul, ano alusivo aos 180 anos da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.

A festa teve como sede o Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho e foi um sucesso, sendo resgatados vários aspectos da cultura trazida pelos imigrantes alemães, contando com a presença de autoridades, inclusive o Cônsul da Alemanha, e gerando um sentimento de que poderia ser criada uma associação para encontros dos descendentes e admiradores da etnia alemã.

Na Festa da Uva do Ano de 2006, que teve como tema “A Alegria de Estarmos Juntos” e contemplou todas as etnias que formam Caxias do Sul, aquele mesmo grupo participou dos desfiles e, logo após o encerramento da Festa, começou a se reunir com o intuito de formar definitivamente uma associação. As primeiras reuniões ocorreriam no Salão da Igreja Luterana Concórdia, no bairro Panazzolo.

A associação foi fundada em 25 de maio de 2006, tendo como sua primeira presidente a Sra. Edi Nonnemacher, e iniciou sua difusão, congregando membros de todas as partes da cidade e levando ao público geral, por meio da música e da dança folclórica alemã, incentivo à preservação e ao resgate da cultura trazida pelos imigrantes germânicos iniciada em 25 de julho de 1824, em São Leopoldo.

Essa data (25 de julho) é tão importante que é feriado em muitos municípios gaúchos, sendo considerado o “Dia do Colono”, alusivo aos colonos alemães que aqui chegaram. É muito comum também encontrarmos em diversas cidades clubes germânicos com o nome de “Vinte e Cinco de Julho”.

Após a chegada dos alemães¹ no Vale dos Sinos em 1824, notadamente em São Leopoldo, eles espalharam-se para o Vale do Taquari, na região das Missões, e chegaram à Serra Gaúcha, estabelecendo-se em Nova Petrópolis e Gramado, sendo que algumas famílias também ocuparam a região do distrito de Santa Lúcia do Piaí e Fazenda Souza. Com o passar do tempo ocuparam a localidade de Sebastopol e Vila Cristina.

Caxias do Sul, ao longo dos anos, acolheu diversos processos migratórios, sendo que muitos migrantes de origem alemã vieram aqui residir. Muitos vieram da região de Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Estrela, Novo Hamburgo, entre outras cidades, para aqui trabalhar na indústria, no comércio e nos serviços.

A cidade de Caxias, que teve predominantemente a imigração italiana iniciada em 1875, convive com muitos nomes germânicos (alemães/austriacos), como Bornheim, Schmidt, Becker, Braun, Feldmann, Ruschel, Diel, Ledur, Gremelmeier, Raimann, Heinen, Hoffmann, Heinrich, Kirst, Brugger, Rauch, Schaefer, Schüller, Klaus, Motter, Laner, Fenner, Mossmann, Nonnemacher, Webber, Wisintainer, Witt, Winkler, Neukamp, Spier, Schumacher, Zimmermann, entre muitos outros, o que denota um grande número de cidadãos de origem germânica, estimando-se que 10% da população caxiense é composta dessa etnia, que se concentrou ini-

cialmente em grande número no bairro Panazzolo, sendo que uma das localidades do bairro já foi denominada “Vila Berlim”.

Estima-se que 1/3 da população do Rio Grande do Sul é de origem alemã, a qual em muito ajudou a desenvolver nosso estado e país, quer na educação, na indústria, no comércio ou nos serviços.

A associação, que também é conhecida pelo nome *Alles Gut* (saudação que significa “tudo bem” em alemão), mostra que o nosso município foi formado pela miscigenação de raças e descendentes de diversas partes do mundo, que muito contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento dessa cidade, mostrando ao mundo que Caxias do Sul é uma cidade acolhedora, movida pela força de muitos povos que aqui procuraram um lugar para viver, construindo suas famílias e deixando raízes culturais importantes.

A *Alles Gut* conta com um grupo de canto e danças e um coral (Quinteto *Alles Gut*), que iniciou em 2005 com um pequeno grupo de pessoas que se reuniu e começou a cantar canções folclóricas alemãs. Os primeiros ensaios aconteciam na casa da Sra. Ilse Löwen Schroeber, uma das componentes do pequeno coral que se formava. Um ano depois o grupo já havia aumentado e, sentindo a necessidade de conhecimento do idioma alemão, na postura de coral (voz/afinação), convidou o regente Martinho Rennecke para dirigir os ensaios que aconteciam semanalmente. O grupo passou a se apresentar em aniversários, igrejas católicas e luteranas, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), na Câmara Municipal e no Natal e em encontro de coros.

A partir de 2007 o grupo de canto se incorporou à Associação Cultural Germânica, sendo que os primeiros ensaios ocorriam no Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho.

O Grupo de Canto da Associação Cultural Germânica de Caxias do Sul, inicialmente de composição mista, chegou a ter mais de 20 componentes, mas com o passar do tempo passou à formação de “quinteto masculino”, cantando à capela e a 4 vozes, nos naipes tenor, 2º tenor, baixo e 2º baixo, hinos e canções folclóricas e natalinas de língua alemã. Tem como finalidade aperfeiçoar, desenvol-

ver e difundir, perante a população caxiense e região, a cultura e o folclore germânicos expressos pela *música típica* dessa etnia, no intuito de desenvolver o entretenimento dos associados e do público em geral admirador dessa arte bem como, ao mesmo tempo, resgatar características importantes da cultura alemã trazida pelos imigrantes.

Outras expressões culturais também são resgatadas pela Associação Germânica, como a culinária típica e as apresentações artísticas com trajes típicos, missa/culto germânicos, teatro, além do já tradicional “Baile de Kerb”, realizado anualmente no mês de julho, no salão da Comunidade de São Romédio, alusivo à imigração alemã, no qual é servida a tradicional “cuca com linguiça” e o chucrute, regado a muita cerveja e animado pelas bandinhas que fazem a maior festa, sempre iniciando o baile com a tradicional “Dança da Polonesa”. É diversão garantida!



Descendentes de imigrantes alemães no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul.

Atualmente a Associação Germânica faz parte do Programa Pontos de Cultura, no qual estão também presentes as etnias polonesa, italiana e suíça na “Casa das Etnias”, que tem espaço ao lado do Centro de Cultura Ordovás (antigo Albergue Municipal).

Outro aspecto que consideramos importante é que a religiosidade, tão presente na cultura germânica (católicos e luteranos), não é motivo de segregação e sim de união entre seus membros, que convivem celebrando o ecumenismo em seus eventos. Participantes, quer a missa católica ou do culto evangélico luterano, celebram com muito respeito a cultura desse povo.

Em 2024, orgulhosamente, comemoramos o Bicentenário da Imigração Alemã¹¹!

Antes disso, eram cidades livres, cidades-estados, principados, remanescentes do império Austro-húngaro. Portanto, os que aqui chegaram em 1824, muito antes da unificação alemã, eram povos germânicos, da região do Hunsrück, da Saxônia, boêmios, bávaros, pomeranos, etc., motivo pelo qual optamos por nomear a nossa associação como “germânica”, a fim de reverenciar e enaltecer a tradição, os costumes e a cultura trazida pelos nossos imigrantes.



Alles Gut Tanz Show.

¹¹ Comumente dizemos “imigração alemã no Brasil” (*Deutsche einwanderung in Brasilien*) ou chegada dos “alemães”, contudo é importante fazer uma ressalva de que a Alemanha, na sua configuração atual, teve início em 1870, quando da sua unificação.

OS POLONESES



Pisanki – ovos em madeira pintados. Artesã: Kariane Golembieski.

Poloneses na Serra Gaúcha: Formação de comunidades e estruturação do ensino étnico

Adriano Malikoski

A presença da imigração polonesa se faz sentir nas cidades da Serra Gaúcha desde a fundação das primeiras colônias na região.

O berço da imigração polonesa no Rio Grande do Sul foi a Linha Azevedo Castro, na Colônia Conde D'Eu, atual cidade de Carlos Barbosa, no ano de 1875.

Com a ocupação total dos lotes da colônia Conde D'Eu e D. Isabel, os imigrantes poloneses começaram a ser deslocados também para a Colônia Alfredo Chaves. De acordo com Kozowski (2003, p. 13), os núcleos da Linha Azevedo Castro, da Linha José Júlio e da Terceira Secção do Rio das Antas foram as três primeiras localidades que receberam imigrantes poloneses na Serra Gaúcha.

A fundação de sociedades ou instituições étnico-culturais deixaram importantes indícios da História dos imigrantes poloneses em diferentes localidades na Serra Gaúcha, bem como em outras regiões do Rio Grande do Sul. Os estatutos dessas sociedades objetivavam a organização de escolas entre os poloneses, deixando muitos indícios e elementos para a análise historiográfica desse processo. Este texto tem por objetivo destacar a organização das comunidades e o processo de ensino étnico dos imigrantes poloneses na Serra Gaúcha.



Família do casal Pedro Kaczalla e Leopoldina Wons com os filhos Bárbara, Dorilde, Filomena, Fabiano, Anastazia e Verônica. Veranópolis, década de 1950.

Conforme relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa de Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1878, na colônia Campo dos Bugres (Caxias) haviam se estabelecido – além de 2.315 italianos, 1.007 tirolezes, 206 brasileiros, 202 alemães – 49 polacos. Assim como um pequeno número de franceses, espanhóis, suíços e ingleses.¹² No Relatório de Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos¹³ é citada a presença de imigrantes “polacos” dentre 1.564 imigrantes que haviam chegado em 1886, inaugurando a Colônia de Alfredo Chaves, a qual se desenvolveu consideravelmente coincidindo com a ampliação da vinda de imigrantes.

¹² BRASIL. Relatório de 27 de dezembro de 1878 apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima sétima legislatura, pelo ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1879.

¹³ Relatório de Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos de 1887. Inspetor Geral da Inspetoria Geral das Terras e Colonização, na página 22.



Casamento de Angela e Pedro Petrikowski.

Data desse período a formação de núcleos mais homogêneos com maiores contingentes de imigrantes poloneses na Serra Gaúcha.

Geralmente os poloneses ficavam com os locais mais longínquos e de difícil acesso em diferentes colônias na região.

Inicialmente foram estabelecidos nas sobras das terras às margens do Rio das Antas, do Rio São Marcos, do Rio Carreiro e do Rio Jaboticaba, locais de difícil acesso e distantes das sedes das colônias.

De acordo com Gardolinski (1958, p. 21), os imigrantes poloneses foram instalados nas seguintes localidades da Serra Gaúcha entre 1875 e 1913, conjuntamente com outros imigrantes: “Santa

Barbara e Santa Tereza – (Bento Gonçalves). Veranópolis, Nova Virgínia, Nova Bassano, Monte Vêneto, Nova Roma do Sul, Nova Prata, Antônio Prado, São Marcos, Casca e Guaporé”.

No início era comum, após o contato com a colônia, o abandono dos lotes em busca de terras melhores e, inclusive, o retorno para Porto Alegre em busca de repatriação. Dentre as causas do abandono das colônias estavam as condições dos lotes aos quais eram destinados, que ficavam aquém das expectativas formadas pela propaganda imigracionista na Europa. Ao longo das três primeiras décadas de colonização da Serra Gaúcha foram frequentes as migrações em busca de melhores terras e a constituição de comunidades mais homogêneas, principalmente para a Região Norte do Rio Grande do Sul. Essa situação é exemplificada pela colônia de São Marcos, que no período de 1890 a 1907 tinha aproximadamente 600 famílias assentadas inicialmente, porém poucas conservaram-se nos lotes iniciais.

Em termos de números, os núcleos imigracionais poloneses no Rio Grande do Sul representavam o segundo maior contingente dessa etnia no Brasil.

Gardolinski (1958), citando as estimativas oficiais, afirma terem vindo ao Rio Grande do Sul em torno 23,7 mil imigrantes, dos quais muitos foram assentados em terras da Serra Gaúcha. Porém esse número pode ter sido maior, diante da questão das partições da Polônia, que resulta em uma quantidade significativa de imigrantes russos, prussianos e austríacos não estar registrada nessas estimativas.

Antes mesmo de serem deslocados para os lotes de terra, muitos ficavam em barracões ou hospedarias improvisadas, aguardando a demarcação dos lotes ou a destinação que teriam. Essa espera poderia durar semanas e até meses, estando sujeitos a epidemias de doenças e privações de alimentos em acomodações insalubres.

De acordo com Marin (2014),

“no final de 1890 e início de 1891, num período de 70 dias, teriam morrido 144 crianças, 7 jovens e 4 adultos entre os imigrantes poloneses que aguardavam em um barracão localizado em Caxias do Sul.

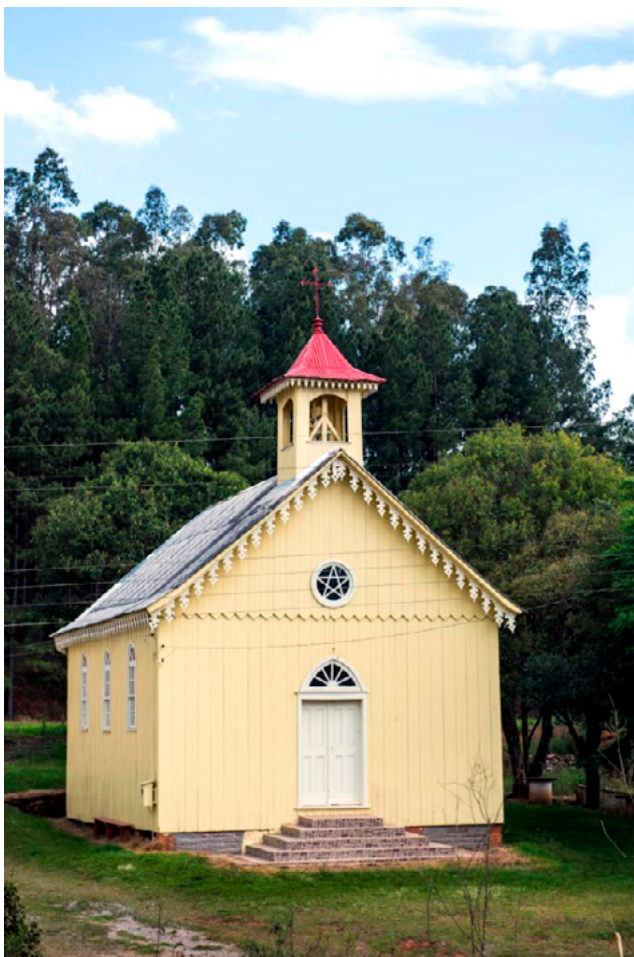
Os nomes dos falecidos constam no Livro de Óbitos nº 1 da Catedral Santa Teresa. Conforme a anotação, a maioria era de imigrantes poloneses que aguardavam a demarcação dos lotes nas colônias de São Marcos e Antônio Prado.

Após serem instalados nas colônias, a vida comunitária era intensa em grande parte dos núcleos de imigração polonesa. Organizações comunitárias como capelas e escolas eram o centro de convívio social desde os primeiros anos da imigração. Muitos dos espaços destinados às orações e ao convívio, com o tempo, eram destinados para a organização de escolas. Essas iniciativas estavam associadas à liderança de algum colono mais esclarecido que se dedicava ao ensino.

Conforme Klobukowski (1898), já a partir de 1896 temos a fundação das primeiras sociedades com estatutos que versavam sobre a organização de escolas e da sua importância para a coletividade polonesa. As atividades dessas sociedades e escolas, nas diferentes localidades, não estavam necessariamente ligadas a iniciativas mais amplas de organização. Somente a partir do início do século XX houve uma preocupação maior com processos mais amplos, como a fundação de associações, iniciadas por lideranças que atuavam em Curitiba, no estado do Paraná.

Os imigrantes poloneses sempre buscaram organizar espaços de ensino com o intuito de melhorar a condição de vida.

Klobukowski (1898, p. 159), na sua passagem pela Colônia São Marcos, em 1896, relata ter encontrado um prédio construído que servia, ao mesmo tempo, como capela e escola, com o intuito de promover o ensino entre as crianças: “Nesse espaço não se ouviam missa ou cânticos religiosos, mas crianças aprendendo e ensinando”. Conforme o autor, não existia um professor dito “profissional”, mas crianças mais velhas ensinando as mais novas.



Igreja de Santo Estanislau, em comunidade de descendentes de imigrantes poloneses, em Nova Prata.

Assim, a partir de 1896 começam a se constituir as primeiras escolas propriamente ditas da comunidade étnica polonesa. De acordo com Gluchowski (2005), em 1900 temos três escolas em funcionamento: uma em Porto Alegre, outra em Rio Grande e uma terceira na localidade da Serra Gaúcha, em Santa Tereza, nas pro-

ximidades de Bento Gonçalves. Depois desse período, constata-se a formação de diversas sociedades com o objetivo de fundação de escolas, não só no Rio Grande do Sul como também nos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Em registros de atas de algumas capelas, constam os custos da manutenção das escolas junto ao orçamento da capela. Essa conjuntura se justifica pela preocupação que os colonos possuíam em relação às questões religiosas e escolares. Conforme escreve Frei Wonsowski (1976), filho de imigrante que nasceu e conviveu na comunidade da IX Secção em Veranópolis, antiga Colônia Alfredo Chaves, uma das primeiras preocupações dos imigrantes poloneses foi a construção da capela. Logo que terminaram a construção do espaço religioso, iniciaram o processo de construção de um prédio escolar nas proximidades, tendo inicialmente uma frequência média de 40 a 50 alunos. Nos primeiros anos de fundação da escola, o ensino era ministrado exclusivamente em língua polonesa e somente anos depois passou a ser bilíngue.

Quadro 1 – Primeiras escolas organizadas na Serra Gaúcha.

Município	Sociedade/localidade	Fundação
São Marcos	Sede	1897
Guaporé	Linha Ernesto Alves	1897
Vista Alegre do Prata	Linha 7 – Vista Alegre	1889
Veranópolis	9ª secção – Linha Tiradentes	1899
Santa Teresa	Jan III Sobieski	1901
São Marcos	Linha Rosita	1902
São Marcos	Linha Edith	1902
Vista Alegre do Prata	Linha VI – Vista Alegre	1902
Nova Prata	Linha IV – Escola Média	1902
Casca	Linha Geral Velha	1904
Veranópolis	8ª Secção – Linha 4 de julho	1905

Fonte: Quadro organizado pelo autor.

De acordo com D'Apremont e Gillonay (1976), na chegada dos padres capuchinhos no Rio Grande do Sul, o atendimento religioso aos imigrantes poloneses era prestado pelo padre italiano Josué Bardin, o qual, por meio do contato com os imigrantes poloneses de Santa Tereza e Bento Gonçalves, aprendeu a língua polonesa e obteve autorização do bispo diocesano de Porto Alegre, à época Dom Ponce de Leão, para se dedicar exclusivamente aos imigrantes poloneses.

Em carta enviada ao provincial dos Capuchinhos, em Saboia na França¹⁴, havia insistentes pedidos pela vinda de sacerdotes poloneses para atender os núcleos instalados no estado. Por meio desses esforços foi designado para tal tarefa frei Honorato Jedlinski, que chegou em Garibaldi no dia 22 de março de 1901 e permaneceu na região até o ano de 1906, trabalhando com os imigrantes poloneses. Percorreu, no período de cinco anos, os núcleos mais homogêneos, organizando comunidades e incentivando a abertura de escolas. Na função de líder espiritual, promoveu a fundação e a organização do ensino em muitos núcleos desses imigrantes, fundando escolas e incentivando a organização comunitária e social. Por seus esforços, foi organizada uma escola média na Linha IV, na Colônia de Alfredo Chaves, em regime de internato, com o propósito de formar professores para atuarem nas escolas étnicas polonesas.

“ De acordo com os relatórios do frei, apresentados por D'Apremont e Gillonay (1976), havia no Rio Grande do Sul aproximadamente 3.450 famílias de imigrantes poloneses. Foi significativa sua participação na organização e apoio à fundação de escolas.

Por seu intermédio, teriam sido fundadas 25 escolas. Em anotação no Livro Administrativo da comunidade, no dia 18 de novembro de 1904¹⁵, frei Honorato discute com as lideranças da Linha 4 de Julho, 8ª Secção de Veranópolis, a criação de uma escola e a disponibilidade de caixa. Constam também no Livro Administrativo da capela, em agosto de 1901, as receitas e as despesas a respeito

do ensino. Em nova visita à região, na localidade da 9ª Secção de Alfredo Chaves, entre os dias 27 de março a 14 de abril de 1903, foi discutida com os colonos a criação de uma escola de nível secundário na Linha IV de Vista Alegre, por ser um local mais central e de mais fácil acesso. A direção da escola foi incumbida ao professor Gabriel Muszynski e posteriormente ao professor Estanislau Szablowski. Ainda a respeito da existência dessa escola, Gluchowski (2005, p. 170) pontua que em 1902 havia duas escolas em Alfredo Chaves, incluindo a Escola Média na Linha IV, dirigida por Muszynski. Para Gardolinski (1977), essa escola funcionou como internato entre os anos de 1903 e 1914, quando teria sido fechada por falta de professores. No primeiro ano de funcionamento, conforme D'apremont e Gillonay (1976), haviam sido matriculados 24 alunos e no segundo 32, sendo que no ano de 1909 o internato estava em pleno funcionamento.

A escola localizada na Linha IV de Vista Alegre foi a primeira iniciativa de ensino secundário organizada pela imigração polonesa, com o intuito de melhorar o nível de Educação das colônias por meio da formação de professores que possuíssem um ensino além do elementar. Somente em 1911 é fundada, em Marechal Mallet, no Paraná, a Escola Nicolau Copérnico, que, em seguida, foi transformada em Escola Média.

Com o ressurgimento da Polônia como Estado Autônomo, em 1918, o rumo da escolarização étnica polonesa, no Rio Grande do Sul, terá algumas transformações em seu processo. Muitas das configurações sociais que ocorreram na Europa, ao final da década de 1920, irão provocar uma nova fase da Educação étnica entre os imigrantes poloneses. Data desse tempo a organização de novas escolas em localidades da Serra Gaúcha, como Guaporé e Casca. O quadro a seguir lista algumas escolas organizadas nesse período.

¹⁴ Carta ao Superior dos Capuchinhos, 11 de outubro de 1899. Arquivo dos Freis Capuchinhos, MUSCAP, Documentação avulsa.

¹⁵ Documentação avulsa, Acervo Gardolinski – Núcleo de Pesquisas Históricas, UFRGS.



Família de Alexandre Pedrokoski.

Quadro 2 – Escolas em diferentes comunidades da Serra Gaúcha em 1920.

Casca	Linha XV de novembro	Józef Cichocki
Guaporé – Prata	Guabirotuba	Józef Cichocki
Guaporé – Prata	Linha XXII	Piotr Skoneczny
Guaporé – Prata	Linha XXIV fevereiro	Piotr Skoneczny
Santo A. do Palma	Linha XXIII, Karpatos	Kazimierz Kozłowski
Nova Prata	Linha VII, Sen. Otaviano	Konstanty Redini
Nova Prata	Linha VI, Gal. Ozório	Ignacy Rabkiewicz
Vista Alegre do Prata	Linha VII, Vista Alegre	Genowefa Karpinska

Fonte: Organização do autor.

Em fins do século XIX e início do XX, novas regiões coloniais foram formadas também com imigrantes poloneses. Em números totais havia, no Rio Grande do Sul, 128 escolas com ensino em polonês e polonês/português, algumas subvencionadas pelo Estado e outras mantidas exclusivamente pelos colonos.

Enfim, com o processo de nacionalização do ensino, em 1938, temos o término do ensino étnico particular no Brasil. O resultado disso foi que muitas escolas não foram adequadamente substituídas por instituições públicas, ou simplesmente fecharam suas portas, deixando um contingente bastante expressivo de crianças sem ensino, o que aumentou ainda mais o número de analfabetos, principalmente nas comunidades rurais polonesas do Rio Grande do Sul. Os decretos de Getúlio Vargas puseram fim à intensa vida organizacional dos imigrantes poloneses. Naquele tempo, além da organização institucional de associações e sociedades escolares, estavam em funcionamento diferentes iniciativas que mobilizavam a vida organizacional étnica, tais como círculos de cultura e leitura, associações de círculos agrícolas, associações para a juventude como a *Junak* e a *Sokół*, associação de estudantes, além de uma organizada imprensa polonesa, com diferentes jornais e revistas. O ensino em língua polonesa foi eliminado dessas comunidades e a escola foi declarada municipal, passando o professor a ser pago exclusivamente com recursos públicos.

Referências

- D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul; Porto Alegre: UCS/EST, 1976.
- GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul; Porto Alegre: UCS/EST, 1977.
- GARDOLINSKI, Edmundo. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Regional, 1958.
- GŁĄBIŃSKI, Stanisław. *Emigracja i jej rola w gospodarstwie narodowym*. Przegląd Emigracyjny: Warszawa, t. III i IV, 1930.
- GŁUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.
- KŁOBUKOWSKI, Stanisław. *Wspomnienia z podróży po Brazylii, Argentynie, Paragwaju, Patagonii i ziemi ognistej*. Lwów: Gazety Handlowo-Geograficznej, 1898.
- KOZOWSKI, Vitor Inácio. *Estes também na Serra Gaúcha – Nomes e existência – Imigração polonesa na Serra Gaúcha*. Bento Gonçalves: Ed. do autor, 2012.
- KOZOWSKI, Vitor Inácio. *Estes imigrantes entre outros: imigração polonesa na serra gaúcha*. Bento Gonçalves: Do Autor, 2003.
- KULA, Marcin. Brazylijski żetulizm jako ustrój autorytarny. *Dzieje Najnowsze*, n. 1, p. 117-129, 1978.
- MALIKOSKI, Adriano. *Escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.
- MARIN, Iraci José. *Imigrantes Poloneses afundados num mar italiano*. Caxias do Sul: Maneco, 2014.
- STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST, 1999.
- WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas: núcleo de imigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves (1890)*. Caxias do Sul; Porto Alegre: UCS/EST, 1976.
- ZARYCHTA, Apoloniusz. *Emigracja polska 1918-1931 i jej znaczenie dla państwa*. Warszawa: Liga Morska i Kolonialna, 1933.

Contribuição cultural da etnia polonesa

Iraci Marin

É diversa a contribuição cultural da etnia polonesa. Proponho-me a apresentar elementos culturais que a caracterizam, abordando, algumas vezes, a imigração e extrapolando, outras vezes, a região da Serra Gaúcha.

Aponto, por primeiro, algo marcante na vida dos imigrantes poloneses: a construção de escolas. Após se instalarem em seus lotes e construírem uma capela, eles levantavam uma escola. Havia poucos professores, então o ensino era feito por aqueles que, na comunidade, sabiam mais. Habitaram todos os municípios da região. Hoje, os seus descendentes estão em maior número em Nova Prata, Bento Gonçalves e Vista Alegre do Prata.

Algumas construções têm uma arquitetura peculiar: é o “Estilo Zakopane”. A denominação tem a ver com o tipo de construção que existe nesta cidade do Sul da Polônia. Há exemplos de pórticos e casas nesse estilo em Nova Prata. A Casa Polonesa é um atrativo turístico na cidade. No acesso à Linha 14 de Julho, em Cotiporã, foi erguido um pórtico no estilo zakopaneano. Há também duas capelas com o mesmo estilo: uma na Linha 14 de Julho, em Cotiporã, e outra na localidade de Montes Cárpatos, em Santo Antônio do Palma. Foi construído, em Vista Alegre do Prata, um monumento no estilo zakopaneano em homenagem ao Centenário da Imigração Polonesa, em 1991.

Um elemento cultural de forte presença entre os poloneses e seus descendentes é a religiosidade. Há inúmeras referências, que mencionamos: cruz (com placa em homenagem à imigração polonesa) e réplica da torre da igreja da cidade de Łąq (Polônia), com os sinos doados por poloneses, na 2ª Seção da Linha Azevedo Castro, em Carlos Barbosa, onde chegaram, no ano de 1875; monumento a São João Paulo II, em Nova Roma do Sul, construído no es-

tilo Zakopane; quadro de Nossa Senhora de *Częstochowa*, na Matriz de Nova Prata; capela de Santo Estanislau-Mártir, na Linha Sexta, pertencente ao município de Vista Alegre do Prata; capitel com a Nossa Senhora de *Częstochowa*, no Bairro Glória (caminho para o Vale dos Vinhedos), em Bento Gonçalves; capela da Natividade, em Bento Gonçalves; capela de Santo Estanislau e Nossa Senhora do Carmo, em São Marcos; capela de Nossa Senhora da Glória, em Veranópolis; capela de Santo Estanislau Kostka, na Linha José Júlio, em Santa Teresa (ela foi arrasada pela enchente de setembro de 2023); capela de São Casemiro, na Linha 14 de Julho, em Cotiporã, no estilo Zakopane; capela na localidade de Montes Cárpatos, em Santo Antônio do Palma, dedicada a Nossa Senhora de *Częstochowa*, com um quadro de São João Paulo II, no mesmo estilo.

Na linha da religiosidade, é importante ainda salientar que os poloneses trouxeram consigo simbologias únicas, que os descendentes da região, em maior ou menor escala, cultivam: a Bênção dos Alimentos, no Sábado Santo, e o *Oplatek*, no período do Natal. As festas religiosas têm e sempre tiveram caráter familiar.

Os imigrantes poloneses eram trabalhadores do campo. Eles implementaram, onde foi possível, o cultivo do trigo sarraceno, da cevada, do centeio e da batata-inglesa. Mas é preciso destacar que o trabalho agrícola, na região, era prejudicado pelas condições do relevo. Por essa razão, principalmente, migraram para outras regiões do estado, onde também se dedicaram à produção agrícola. É importante mencionar que o cultivo da soja foi introduzido, no Rio Grande do Sul, pelo polonês Czesław Marian *Bieżanko* (Kielce, Polônia, 1895 – Pelotas, Brasil, 1986), que incentivou a sua produção em Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul.

A cultura polonesa se manifesta também por meio do artesanato, que é produzido por artesãs de Nova Prata e Santo Antônio do Palma, fazendo com qualidade, bom gosto e autenticidade. O destaque do artesanato polonês é o *pisanki*. Os elementos artesanais típicos se estendem aos salões em que são realizados encontros festivos. A gastronomia polonesa possui iguarias, como o *pierogi*, que são apreciadas por todos. Grandes eventos gastronômicos são realizados nas diversas cidades da região, também com presen-



Descendentes de imigrantes poloneses no desfile da Festa da Uva.



Apresentação com dança artística da Braspol.

ça da dança e da música polonesa, bem como dos trajes típicos. Nessas ocasiões, os convidados são recebidos com pão e sal – uma tradição milenar que se mantém.

A polonidade vem sendo recuperada e fortalecida na região, nas últimas décadas, graças à Braspol (Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa do Brasil), cujos membros se empenham no resgate e na preservação da cultura polonesa. A Braspol foi fundada em Curitiba, no dia 27 de janeiro de 1990. Inúmeros Núcleos foram criados em todo o país e na região. No ano de 1990 foi fundado o Núcleo de Nova Prata, no ano de 1993 o de Bento Gonçalves, no ano de 1999 o de Caxias do Sul, no ano de

2005 o de Cotiporã, no ano de 2008 o de Nova Roma do Sul e no ano de 2009 o de Veranópolis.

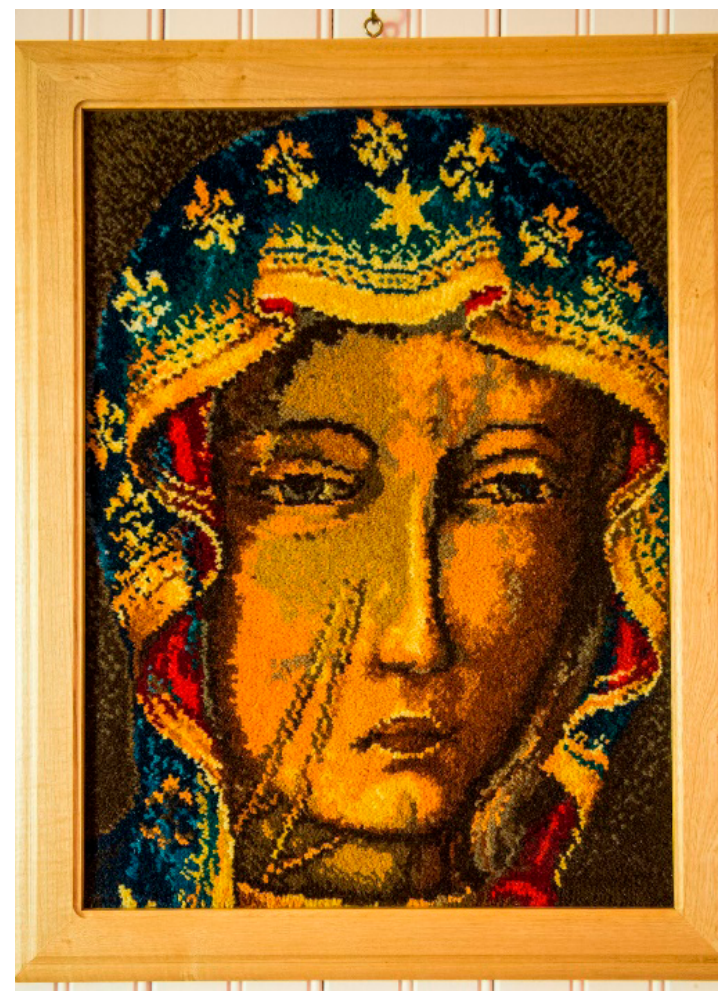
Em outubro de 2003 surgiu, na Braspol de Bento Gonçalves, o Grupo Vocal Pamiątki. O Grupo Vocal se constituiu e se firmou com o objetivo de resgatar canções populares polonesas, colhidas junto às famílias, principalmente aquelas que habitavam as barrancas do Rio das Antas. O Pamiątki se apresentou em diversas ocasiões e gravou um CD, em outubro de 2008. Hoje, o grupo se faz presente nas celebrações religiosas.

Em 1989 começou a nascer um grupo de danças polonesas numa escola municipal da Linha Sexta (hoje município de Nova Prata), que depois tornou-se o Grupo Kalina da Braspol de Nova Prata. Usando trajes típicos e músicas típicas, apresentam variado número de danças do folclore polonês. O Kalina se apresenta em inúmeras promoções, encontros e festivais, constituindo-se em expressiva manifestação da cultura polonesa. Participou de um Festival Internacional de Danças na cidade de Rzeszów (Polônia), no ano de 2005.



Pisanki – ovos em madeira pintados. Artesã: Kariane Golembieski.

A existência de inúmeros núcleos da Braspol na região deve-se principalmente à iniciativa de pessoas de origem polonesa, clamantes pela sua identidade étnica no imenso Brasil, multicolorido pelas diferentes correntes imigratórias.



Quadro com a imagem de Nossa Senhora de Częstochowa.

OS SUÍÇOS-VALESANOS

Imigração suíço-valesana na Serra Gaúcha

Adonis V. Fauth

A Colônia de Santa Maria da Soledade é o melhor ponto de partida para o estudo da colonização da Serra Gaúcha e a integração das diversas etnias que compuseram o Rio Grande do Sul no século XIX.

Com efeito, aproveitando a nova linha de ação proposta pelo governo central, originada na Lei Geral nº 514/1848, de aproveitamento das terras ditas devolutas e privatização da colonização, o conde Felice de Montravel, vice-cônsul da França em Porto Alegre, uniu-se a três capitalistas para formar a Sociedade Montravel Silveiro & Cia. A finalidade do empreendimento era “estabelecer uma colônia agrícola e religiosa e em que a mais severa moral se mantenha”¹⁶. Entre as exigências da companhia, a concessão de 100 léguas quadradas sobre o rio Cahy, a aproximadamente 20 léguas de Porto Alegre¹⁷, leis, finanças e exército próprio na colônia. Ou seja, Montravel queria um pequeno Estado, com 18 mil habitantes, dentro do Império. E, para o agrado da corte imperial:

A colônia que desejo estabelecer será de acordo com o nobre coração de Vossa Majestade, isto é: será composta unicamente de suíços católicos, escolhidos cuidadosamente pelo meu cunhado, o Conde Henrique de Diesbach, ela formará, na província do Rio Grande do Sul, o núcleo de uma população religiosa, fiel e laboriosa, dedicada se tal se tornasse necessário, e é esse o objetivo a que me proponho, tanto quanto ao de garantir o futuro de meus filhos (Carta de Referência 3).

Atendido naquilo que a lei geral permitia (sem exército próprio, é claro...), o contrato foi assinado em 6 de fevereiro de 1855. Montravel foi autorizado a comprar 4 léguas de terras devolutas

¹⁶ Carta de 4 de março de 1854 de Montravel ao Governo Central (Museu Imperial).

¹⁷ Carta de 26 de agosto de 1854 de Montravel à rainha Teresa Cristina (Museu Imperial).



Família do casal João Reschke (de origem polonesa) e Carolina Führer (de origem suíço-valesana). Veranópolis (RS), 1922.

(17.424 ha). A área foi então dividida em quatro distritos denominados “Montravel”, “Barcellos”, “Silveiro” e “Coelho”, nomes dos sócios, e demarcados os 360 lotes de 48 ha (4 mil m²). A empresa teria que abrir via de acesso ao rio Caí, trazer 576 famílias e pagar as terras em cinco anos.

Nessa época as novas colônias começavam a ocupar os últimos espaços do Vale do Rio Caí e a subir a Serra. “As antigas colônias alemãs foram estabelecidas, nos vales do pé da Serra, ordinariamente com cotas inferiores a 300 metros” (Roche, 1969, p. 111). Esse processo de colonização regional, cronologicamente, começara em 1845 com a criação da Colônia Imperial de Feliz (subindo a Serra em Alto Feliz), seguida de várias novas colônias particulares, quase todas na margem direita do rio Caí¹⁸. A maior parte do Vale do Caí teve luso-brasileiros como primeiros colonizadores, seguidos por colonos alemães.

A Colônia de Santa Maria da Soledade também iniciava no pé da Serra, na altura do que hoje é Bom Princípio. Os lotes dos distritos Coelho e Montravel foram localizados na subida do arroio Forromeco, um pouco acima de São Vendelino (sede da Colônia), em quase sua totalidade no atual município de Carlos Barbosa, em localidades hoje denominadas Santo Antônio e São José do Forromeco, Zona Dalcin, Santa Luiza (no distrito Coelho), Santa Clara, Torino e São José (no distrito Montravel), chegando até a atual cidade de Carlos Barbosa, que se formou somente em 1910, com a criação da Estação Ferroviária.

Os primeiros suíços trazidos por Montravel chegaram a Porto Alegre em 10 de novembro de 1855. Apenas 32, oriundos dos cantões de Vaud, Friburgo e Berna, das famílias Carrard, Chassot, Chapuis, entre outras¹⁹, foram alojados nos primeiros lotes nas proximidades da atual cidade de Bom Princípio, originando o chamado “Vale Suíço”.

Porém, Montravel encontrou grande dificuldade para trazer colonos suíços. A Constituição de 1853 da Argentina abriu o mercado para emigrantes europeus oferecendo uma série de vantagens, inclusive a cidadania imediata. Os suíço-valesanos, por exemplo, a partir de 1857, colonizaram boa parte da Província de Santa Fé, subindo o rio Paraná, através de diversas colônias autônomas de línguas francesa e alemã. Somente na província de Santa Fé, em 1886, existiam 98 colônias consolidadas e mais 12 em formação.

Em meados de 1857, desenhado o fracasso da colonização proposta e não atendidas as quotas anuais de 1.440 colonos suíço-católicos, Montravel tentou a migração interna, a partir das colônias de São Leopoldo e do Vale do Caí, e conseguiu trazer mais algumas pequenas levas de colonos germânicos chegados em navios oriundos de Hamburg e Antuérpia entre 1858 e 1860. Também chegaram holandeses, belgas e mais alguns suíços. Em resumo, em 31 de agosto de 1859, a colônia de Santa Maria da Soledade, ao invés de 18 mil suíço-católicos, era composta de apenas 1.240 colonos, metade católica (622) e metade protestante (618), de diversas origens: 904 alemães, 201 holandeses, 81 brasileiros, 40 suíços, 13 belgas e 1 francês. Outros 217 haviam abandonado a região devido ao ataque dos bugres em março daquele ano, com dois colonos mortos.

No aspecto econômico, a colônia não ia mal: produzia milho, batata, feijão, trigo e fumo. Os excedentes passaram a ser vendidos a partir de 1859, mas a exportação era dispendiosa pela falta de comunicações com outras áreas, porque Montravel não providenciara a estrada que deveria unir aquela região serrana com o Vale do Caí, via natural de escoamento para Porto Alegre. A solução foi a criação de porcos para consumir o milho, produzindo a banha e a carne para uso próprio.

A partir de 1860 os colonos passaram a organizar os primeiros pomares e a plantar, em pequena escala, a cana-de-açúcar, o aipim e os legumes. Em 1862 aparecem nos relatórios provinciais menções à pecuária. Na colônia havia 389 cavalos, 139 vacas, 367 cabras, 4.280 porcos e 5.979 aves domésticas.

¹⁸ A base dessas informações são as pesquisas de Jean Roche com o complemento de Renato Klein no blog *Histórias do Vale do Caí*.

¹⁹ As listagens completas, por navios, estão disponíveis no AHRS – *Colonização*, pastas de 1858 a 1860, maço 35, lata 289, Montravel, Agente de Colonização.

A colônia demonstrava evolução econômica, mas mesmo assim o contrato com a Sociedade Montravel Silveiro & Cia foi desfeito. O Governo Imperial indenizou a empresa com pouco mais de 309 contos de réis e assumiu a Colônia.

Santa Maria de Montravel teria, logo após, grande influência nas imigrações que se seguiram, de várias origens, como os suíços do Cantão de Valais (chamados valesanos), que chegaram a partir de 1874, pois foi justamente ali que se localizaram, mais os poloneses e os italianos, estes em massa a partir do ano de 1875.

Os parâmetros da colonização já tinham sido estabelecidos, então. Começavam pela exploração da policultura em pequenas propriedades, alongando-se pela diversificação étnica e de nacionalidades dos colonos, beneficiada agora pela liberdade religiosa com a presença marcante de protestantes, ao contrário da intenção inicial. Entretanto, restou bem saliente a dificuldade de comunicações. O problema viera do início da Colônia de Montravel²⁰, mas o isolamento somente foi vencido quando, finalmente, foram colocados os trilhos da sonhada ferrovia, mesmo que prometida em Genebra aos colonos suíço-valesanos, em 1874, mais de 30 anos antes²¹.

Condições na década de 1870

Depois de indenizar Montravel e assumir sua Colônia, o Império a repassou à Província, interessada em reiniciar a corrente imigratória que marcara profundamente o Rio Grande do Sul a partir de 1824, com o sucesso da Colônia Alemã de São Leopoldo. Mas o custo se tornara altíssimo, pois as terras devolutas repassadas pelo Império não eram gratuitas, e foi necessária a abertura de novas colônias com a demarcação dos lotes, no caso, a de Conde

d'Eu (continuação de Santa Maria da Soledade) e de Princesa Isabel (hoje Bento Gonçalves). Em 1870, a Província não tinha como atender o compromisso de introduzir 40 mil colonos para povoá-las. Para trazer os imigrantes, tinha que pagar a diferença da passagem em relação aos que pretendiam imigrar para os Estados Unidos, além de outras despesas de incentivo. O resultado não poderia ser diferente: a Província não conseguiu trazer os colonos e teve que devolver as colônias para o Governo Geral, em 1875.

A partir daí, as condições oferecidas aos novos emigrantes não eram as mesmas da colonização da década de 1820. Os lotes diminuíram de tamanho, baixaram para 160 mil e depois para 125 mil braças quadradas (60 ha). Na Conde d'Eu cada lote tinha 48 ha. Sem o benefício da doação das terras, a Província criou um mecanismo de compra a prazo (dez anos), com acréscimos de 20% de juros. Em verdade, o colono recebia um pequeno rancho coberto de sapé, sem assoalho. E, como destaca o jesuíta Balduino Rambo, no primeiro volume da *Enciclopédia Rio-grandense* de Klaus Becker (1956, p. 133), “já não era gratuita a concessão da terra e a construção da casa, o auxílio em animais desaparecera, o em ferramentas e sementes minguara, não havia subsídios, mas rações que, como aqueles, eram debitadas”. Em 1884 começou a cobrança, como é bem detalhado no “Mappa Estatístico” com os débitos à Fazenda Nacional²².

Não sem razão, as dificuldades eram comuns aos imigrantes de todas as origens. Como a mata virgem, densa e impenetrável, senão a facção, como refere Jean Roche (1969, p. 41) ao classificá-la com “floresta subtropical”. Mais o relevo acidentado e o inaccessível pelas águas dos rios. O governo tinha que construir estradas e não possuía recursos para tal. Os novos colonos, por consequência, teriam enormes dificuldades de trazer as mercadorias de que necessitassem e remeter a sua produção agrícola, atrasando sensivelmente o desenvolvimento da região. O sistema de comunicação nas colônias era o de abertura de picadas, que somente podiam ser atingidas por animais de carga, por se tratar de região muito acidentada.

²⁰ Madame van Langendonck, belga amiga de D. Pedro II, uma das primeiras moradoras da Colônia, no livro *Uma Colônia no Brasil*, que publicou na Bélgica em 1862 (a tradução foi publicada no Brasil em 2002, pela EDUNISC), já alertava que era necessário “construir rotas que coloquem a colônia Santa Maria da Soledade em comunicação fácil com centros de população”, senão os colonos “permanecerão miseráveis” (Langendonck, 2002, p. 90).

²¹ Cartas de Joseph Antoine Sauthier ao seu irmão Frédéric Sauthier, entre 1883 e 1886, conservadas nos arquivos da municipalidade de Charrat, Cantão de Valais, hoje integrando o acervo da Família de Clemente Sauthier.

²² AHRS – C-312

Nesse clima de isolamento, seria desnecessário dizer que a integração entre os colonos era de flagrante necessidade, independentemente de sua origem, nacionalidade ou etnia. Outra solução, aliás adotada pelos franceses²⁴ e pelos poloneses, era abandonar aquelas inóspitas colônias.



Família de Maurice Leopold Gedoz, imigrante suíço-valésano em Carlos Barbosa.

Os suíços do Valais

Os colonos suíços começaram a chegar na Serra Gaúcha em 1874, em pequenas levadas.

Parte era da Suíça alemã, vários de religião protestante, que foram alojados no atual distrito de Santa Luiza, em Carlos Barbosa, e se ligaram à comunidade luterana de Desvio Blauth. Mas a maioria viera do Cantão de Valais, este com características próprias dentro da Confederação Suíça que afetavam diretamente seus moradores. Uma delas provocada pelo isolamento geográfico do Cantão durante séculos, tanto que o Valais se integrou à Confederação Suíça somente em 1815, após a derrota de Napoleão, que tornara o Valais um departamento da França, afetando diretamente a liberdade política de sua população. Outra particularidade é a existência de duas línguas oficiais, alemã no Alto Valais e francesa no Baixo Valais²⁴.

O Valais é o terceiro em área (12% do país), mas, na época das emigrações, tinha apenas 80 mil habitantes espalhados em pequenas vilas e aldeias pelo Vale do Rio Ródano e subindo as montanhas, pois o Cantão está situado no coração dos maciços alpinos, coroado por mais de 50 cumes de 4 mil metros. As áreas agricultáveis eram mínimas, a várzea do rio Ródano era inundada pelas águas dos degelos das montanhas, as encostas permaneciam áridas e pedregosas, as más colheitas significavam morte e fome para milhares de pessoas. Além disso, o Alto Valais se angustiava pelos terremotos e pelas avalanches que se tornaram frequentes justamente entre 1870 e 1876, anos de emigração.

Em contrapartida, os moradores aprenderam a arte do vinho e dos queijos. Usavam as encostas para o plantio das videiras e a *alpage* nos meses de verão, tornando as suas vacas produtoras de leite de alta qualidade e queijos diferenciados. Sem esquecer que

²³ Os franceses foram os primeiros a chegar à Colônia Dona Isabel, em agosto de 1875. Mas, em pouco tempo, após instalação precária, os 48 pioneiros teriam levantado acampamento... É o registro de Walter Spalding no quinto volume da *Enciclopédia Rio-grandense* de Klaus Becker (1956, p. 198).

²⁴ Para a Serra Gaúcha vieram famílias do Alto Valais, falando alemão, e do Baixo Valais, falando francês.

a origem do raclete e do *fondue*, hoje espalhados pelo mundo, está justamente entre os moradores daquelas montanhas.

Diante de tantas circunstâncias negativas, os pobres aldeões desenvolveram o sonho de emigrar, junto com avançada espiritualidade, fé e senso de responsabilidade e vocação para o trabalho para o sustento de suas famílias. Além disso, sabiam da importância do pensamento coletivo, da ajuda e cooperação mútuas²⁵, da instrução e do conhecimento por meio das escolas bem como das comunicações que enfrentavam o isolamento²⁶, pois tinham um grande senso de integração étnica, sendo a Confederação Suíça um país de quatro línguas oficiais.

Na sua bagagem, os valesanos traziam a bíblia familiar, as ideias e os ideais que tinham cultivado há séculos no Valais para uma vida digna e honrada, ainda que empobrecida.

Chegada na Serra Gaúcha

A partir de 1874 os valesanos chegaram e foram alojados em lotes do antigo Distrito Montravel e Coelho, onde formaram duas comunidades, hoje conhecidas como Santa Clara Baixa e Santa Luiza, separadas pelo vale do Arroio Santa Luiza, pelo qual atualmente sobe a rodovia de São Vendelino a Carlos Barbosa (RS 446).



Os primeiros valesanos haviam partido do Valais em 20 de abril de 1874, iniciando, por volta de julho daquele ano, a formação da comunidade hoje conhecida como Santa Clara Baixa, por isso considerada o berço da imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul.

Os valesanos são também tidos como pioneiros das imigrações em Carlos Barbosa e nas Colônias de Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias, antecedendo os italianos na Serra Gaúcha, conforme destaque do historiador Aldo Francisco Migot (2008).

A precedência dos valesanos se deve à chegada de três famílias (duas Roduit e uma Gedoz), precursoras dos grupos que se formaram no Valais para virem para o Rio Grande do Sul “para reconhecimento dos locais e as condições de acolhida no Sul do Brasil” conforme Carron (1990, p. 263). Essa preocupação se devia à dramática imigração suíça de 1819 para Nova Friburgo/RJ e à tragédia que os valesanos da geração anterior tinham vivido na Argélia em 1851²⁷.

Com a notícia favorável dos emissários, os valesanos começaram a chegar em Santa Clara Baixa, o primeiro grupo em 9 de julho de 1875. Com a chegada de novas levas, os lotes traçados pela antiga Colônia de Santa Maria da Soledade foram sendo ocupados também por suíços-alemães, italianos e franceses.

Em Santa Luiza, os valesanos passaram a vizinhar com suíços de cantões alemães, alguns de religião luterana²⁸. Também vizinharam com imigrantes boêmios (Comunidade de São Luiz). Para algumas famílias valesanas foram destinados lotes mais distantes, em meio à floresta virgem, motivo pelo qual não permaneceram nessa parte da colônia.

²⁵ Em 1881 criaram o Estatuto da Capela de Santa Clara, estabelecendo as regras de convivência dos *colonos suíço-franceses*, como se denominaram, em sistema cooperativo.

²⁶ No Valais, a ferrovia chegou em Brigue em 1878 e as mudanças na agricultura, com a Escola Agrícola, em 1892.

²⁷ Convidados pela França, os valesanos aceitaram participar da colonização da Argélia, sendo colocados em região inóspita onde se morria por tifo, malária, cólera e febres de verão. As famílias Bruchez, Bondan, Denicol e Roduit conseguiram retornar ao Valais e, em 1875, vieram para o Rio Grande do Sul.

²⁸ Esses suíços-alemães se ligaram posteriormente à comunidade luterana de Desvio Blauth.

Desde logo, os imigrantes suíços puderam desdobrar um dos seus princípios básicos de convivência, a interação étnica, entendendo-se a interação como o processo de ação mútua entre os seus colonos e a integração como o seu resultado.

A Confederação Helvética formara-se pela união de Cantões que tinham muitas diferenças, como a língua, a religião, os costumes, a economia... Durante séculos, desde 1291, o suíço foi se adaptando às realidades diferentes e aprendendo a conviver com elas. Talvez essa seja a maior contribuição dos imigrantes helvéticos no desenvolvimento da Serra Gaúcha.

As circunstâncias vividas na época pelas diversas etnias seguramente facilitavam também essa interação, pois as dificuldades eram comuns e exigiam união de esforços para vencê-las. Ao chegarem à Serra Gaúcha, independentemente da sua origem – alemães, italianos, suíços, franceses, boêmios, holandeses, belgas, poloneses, luso-brasileiros... –, isolados, tiveram que lutar bravamente pela própria sobrevivência em meio à floresta subtropical quase invencível. Desde o início foram iludidos pelo mito, criado objetivamente para induzi-los a ocupá-la, de que *terra boa é a de mato...* Eram terras pouco aproveitáveis pelo relevo imensamente acidentado, longe das benesses das terras planas e das várzeas dos rios ocupadas, gerações antes, pelos lusos que aproveitaram as benesses dos governos e pelos imigrantes germânicos que os antecederam em duas gerações.

Enquanto isso, os governos – tanto o do Império como o da Província – só faziam o que lhes interessava, como, por exemplo, cobrar o preço que fixaram para as terras e as toscas ferramentas que entregaram na chegada. O levantamento estatístico das colônias²⁹ realizado em 1884 nessa região apresenta como o governo tratara aqueles colonos, exigindo o pagamento *pelos adiantamentos* até de coisas rudimentares, para autorizar a escritura *provisória*, pois a definitiva demoraria 20 anos para ser entregue... Pelo



Família de François Louis Gedoz, imigrante suíço-valesano em Carlos Barbosa.

menos não tiveram a petulância de mencionar a *choça* com as quais recebiam os pobres imigrantes, a título de moradia.

A interação étnica é que fez surgirem os primeiros resultados objetivos na ocupação da Serra Gaúcha.

²⁹ “Mappa Estatístico” com os débitos à Fazenda Nacional – AHRS – Códice 312.

A Lei das Estradas, proposta em 1882, partiu de dois deputados de origem alemã, Haensel e Bartholomay, as estradas de São Sebastião do Caí para Caxias (Estrada Rio Branco) e de São João do Montenegro para Conde D'Eu e Dona Isabel (Estrada Buarque de Macedo), a partir de 1884, foram produto da pressão dos novos imigrantes italianos, por meio dos contratos de imigração, embora o interior ainda permanecesse desguarnecido. Até então o isolamento era o fator básico do precário crescimento econômico.

A falta de estradas obrigara a região a utilizar o transporte das colheitas no lombo de burros até os portos fluviais no Vale do Caí, encarecendo o produto no mercado consumidor de Porto Alegre e arredores. A solução prática encontrada até então fora o desenvolvimento da suinocultura, utilizando-se os excessos de produção de milho na criação de porcos com destacado aproveitamento dos seus subprodutos, carne, banha, etc.

Nos primeiros tempos, o colono conseguia tirar da terra apenas o necessário para comer, mesmo porque tiveram que se adaptar à realidade da floresta: desmatar o que fosse possível, plantar o que desse resultado imediato e adaptar-se ao sistema alimentar local. Essas circunstâncias já haviam sido descritas em 1862 pela Madame van Langendonck, senhora de hábitos refinados, mas que teve que se habituar ao feijão e à farinha de milho³⁰, destacando que “a primeira plantação consiste invariavelmente em milho e em feijão preto”. Mais adiante refere a “segunda safra de batatas congelada em apenas uma noite”.

A alimentação constitui-se, então, um fator de integração, adaptação e trocas. Todos comiam os produtos nativos, como o pinhão, o aipim e a batata-doce.

Aprenderam entre si a utilizar os subprodutos do porco (carnes, banha, morcilhas, linguiças etc.) em um sistema de trocas interfamiliares. Os italianos e os suíços da Serra foram buscar as vinhas dos alemães no Vale do Caí. Mutuamente adotaram a polen-

ta italiana, a *schmier* e a *kässchimier* dos alemães, os queijos suíços, os bolos de frutas e as *merveilles* dos valesanos, semelhantes aos *grostolis* italianos ou às *calças viradas* alemãs. Tornaram-se comuns os pães *italiano*, *francês* e *suíço*. O uso do mate nativo e do chimarrão cresceu indistintamente.

Ações valesanas



No momento em que os valesanos sentiram a melhora na situação econômica, vencido o período de pura sobrevivência, trataram de organizar as suas vidas conforme os princípios que aprenderam na Suíça, principalmente em relação à espiritualidade e à vida comunitária.

Sentiam a necessidade de construir capelas, uma vez que até então eram atendidos de forma precária pelos padres missionários com missas em casas particulares. Outra preocupação, desde logo, era a educação de suas crianças em escolas comunitárias.

O melhor exemplo disso é a elaboração, em 1º de setembro de 1881, do notável Estatuto da Capela de Santa Clara (Baixa), que não apenas regulamenta a construção de uma capela como também detalha a vida comunitária de ajuda mútua nos momentos de dificuldades das famílias associadas, inclusive no momento de falecimentos, fornecimento de ataúdes³¹ e acompanhamento no sepultamento de todos os valesanos em cemitério organizado junto à capela. A escola funcionaria na própria capela, com potreiro próximo para as crianças deixarem seus cavalos. A participação de cada família incluía o trabalho em mutirão e a contribuição financeira por meio de mensalidades e multas eventuais. Orgulhosamente, o Estatuto iniciava destacando a procedência das famílias: “Nós colonos suíço-franceses, abaixo-assinados, querendo fundar uma

³⁰ Madame van Langendonck (2002, p. 36-37) descreve na chegada: “Os barqueiros comiam feijões pretos que eu me recusava até mesmo a experimentar. Depois eu os comi diariamente durante dois anos e terminei por gostar muito deles”.

³¹ Os ataúdes tinham que ser preparados previamente pela necessidade de tábuas e depositados junto à capela.

capela para salvaguardar a honra nacional e continuar de observar a religião de nosso país”³².

Relevo especial nesse Estatuto é a criação de um pioneiro sistema cooperativo de crédito, o qual se acentuou no começo do século XX graças ao jesuíta Theodor Amstad, também suíço, que o propagou pelos vales do Rio Pardo e Alto Taquari, chegando à Serra, em Nova Petrópolis, em 1912³³. Anos antes do trabalho de Amstad, os valesanos criaram esse sistema com as contribuições financeiras dos associados, cobrando juros sobre os empréstimos, uma vez que não havia bancos na região. Ao longo do século XX, várias famílias valesanas se dedicaram à atividade cooperativista desenvolvida na região, tendo como principal exemplo a Cooperativa Santa Clara, fundada em 1912, hoje poderosa empresa centenária, com vários descendentes de valesanos fazendo parte do conselho de administração e da presidência.

Em Santa Luiza os colonos inicialmente prepararam um cemitério nas terras da família Delavy, valesana, e em 1882 fundaram uma sociedade para construir um edifício religioso, criar uma escola e organizar o socorro mútuo. A capela é terminada em 1887, de construção mista, com madeira e tijolos. A escola teve um funcionamento destacado, e nela atuou por muitos anos o Prof. Clemente Bohn, de origem alemã, mas que ensinava em português, alemão, italiano e francês, conforme a necessidade das mais de 80 crianças.

A preocupação com a escolarização era tão marcante que, em locais em que estava mais isolado dos demais, o valesano cedia a sua casa ou anexo para instruir as crianças da região, independentemente da etnia, além de hospedar o professor durante anos.

Há dois exemplos marcantes nesse aspecto, o de Camille Gabriel Sauthier, valesano de Saxon, morador próximo da atual cidade de Barão, e o de José Bondan, no Desvio Blauth³⁴.

A busca por cultura gerou grandes líderes comunitários, com destaque especial para Clemente Raymundo Sauthier (1898-1993), que falava cinco línguas e se tornou o representante-mor dos princípios trazidos pelos imigrantes do Valais.

Os valesanos se preocupavam também com o desenvolvimento da agricultura.

Em carta de 1886, Joseph Antoine Sauthier pedia para seu irmão na Suíça: “Peço a bondade de me fazeres um pacote de sementes de flores, de vinha Arvine e Moscato, ameixas, jardinagem, peras e maçãs”³⁵.

José Felix Gedoz (1894-1978) era conhecido pelo apelido de *Ministro da Agricultura* pelas pesquisas e pelos ensinamentos de técnicas que transmitia aos agricultores da região, melhorando o solo, desenvolvendo a ensilagem, introduzindo o gado Jersey para a maior produção de leite, entre outras atividades, como a de incentivar a cooperativa que seu pai ajudara a fundar em 1912.

O isolamento nos primeiros 30 anos impedia o crescimento econômico das famílias. Dessa forma, os filhos dos imigrantes pioneiros buscaram atividades paralelas para suprir as necessidades complementares das próprias colônias. Os suíços tornaram-se referência em várias atividades, como a marcenaria e a tanoaria, em meio aos italianos dos vinhos, Destaque para os valesanos dos moinhos, das *vendas* ou *bodegas*, dos carreteiros, dos carpinteiros e pedreiros, das nobres parteiras na ausência de médicos...

O número de filhos das famílias pioneiras exigia também a busca por novas terras, gerando um intenso movimento migratório.

³² Estatuto da Capela de Santa Clara, arquivo da Sociedade da Capela. O texto completo e parte do original manuscrito em francês estão em *A Imigração Suíço-Valesana no Rio Grande do Sul* (Fauth, 2000, pp. 143-145; 248-250).

³³ A extraordinária atuação do padre Amstad junto aos imigrantes dos vales referidos e da Serra Gaúcha, nas necessidades espirituais, educacionais, culturais, de assistência social e de formação de associações e cooperativas de crédito (*Volksverein*), está detalhada em *Imigrantes Suíços: Rio Grande do Sul – Século 19* (Fauth, 2017, pp. 171-172).

³⁴ Os detalhes constam no segundo volume de *A Imigração Suíço-Valesana no Rio Grande do Sul* (Fauth, 2005a, pp. 56-57). Sauthier foi homenageado nos nomes de Linha Camillo e da escola, da qual tornou-se patrono.

³⁵ Cartas – acervo da família Clemente Sauthier.

...
As famílias valesanas, em geral, acompanharam os italianos e se espalharam inicialmente pelo Rio Grande do Sul, depois por Santa Catarina e Paraná, sem esquecer os princípios e ideais de vida trazidos por seus avós suíços: acentuada convicção religiosa, dedicação ao trabalho, senso de coletividade e preocupação com a educação dos filhos.

Visando especialmente à preservação dos seus costumes, os descendentes dos imigrantes fundaram, em 7 de junho de 1992, em Carlos Barbosa, a Associação Suíço-Valesana do Brasil (ASVB). Inicia-se, então, o processo de recuperação histórico-cultural dessa imigração e das histórias das famílias, resultando em encontros e publicação de vários livros, incentivo ao estudo da língua francesa para intercâmbios, criação de um coral para difusão das músicas cantadas pelos imigrantes, renovação dos trajes valesanos da época e participação nas festas comunitárias e de interesse público na Serra Gaúcha. Foram criados monumentos e praças destacando o Cantão de Valais, e a Lei Estadual instituiu o Dia da Imigração Suíça, 10 de novembro. Com a Suíça e a Argentina, acentuou-se o intercâmbio de experiências e visitas mútuas e encontros, culminando na realização de um Seminário Internacional sobre a Imigração Valesana na América Latina, em Caxias do Sul, em novembro de 2000, com palestrantes da Suíça, da Argentina e do Brasil e publicação no livro *Os Suíço-Valesanos no Rio Grande do Sul – 125 Anos*.

Referências

- BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-grandense*. Porto Alegre: Regional, 1956a. v. 1.
- BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-grandense*. Porto Alegre: Regional, 1956b. v. 5.
- CARRON, Alexandre. *Nos Cousins d'Amérique*. Tradução de Clemente e Ademar Agostinho Sauthier. Sierre: Monographic, 1990. Tomo II. p. 263.
- FAUTH, Adonis V. *A Imigração Suíço-Valesana no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2000. v. 1.
- FAUTH, Adonis V. *A Imigração Suíço-Valesana no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2005a. v. 2.
- FAUTH, Adonis V. (org.). *Os Suíço-Valesanos no Rio Grande do Sul – 125 Anos*. Santa Cruz do Sul: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2005b.
- FAUTH, Adonis V. *Imigrantes Suíços: Rio Grande do Sul – Século 19*. Santa Cruz do Sul: Edição da Associação Valesana do Brasil, 2017.
- LANGENDONCK, Madame Van. *Uma colônia no Brasil*. Tradução de Paula Berinson. Florianópolis: Editora Mulheres; EDUNISC, 2002.
- MIGOT, Aldo. *Carlos Barbosa: Presente, Primórdios e Pioneiros*. Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2008. p. 215
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1.



Estandarte da Associação Suíço-Valesana do Brasil.

Imigrantes suíços e descendentes comemoram os 50 anos
de imigração em Santa Clara Baixa - Carlos Barbosa (RS),
em 1º de agosto de 1925.



OS BRITÂNICOS E OS FRANCESES

Presença de britânicos e franceses na Serra Gaúcha

Vicente M. Dalla Chiesa

Uma breve introdução

A intensificação do povoamento e da ocupação humana da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 70 do século XIX, corresponde ao mesmo período temporal em que o Reino Unido e a República Francesa expandem seu domínio formal por várias partes do globo, formando impérios coloniais.

Essa expansão de poder administrativo, financeiro e militar britânico e francês se traduziu no Brasil do século XIX de várias formas, em especial pela influência francesa nos setores cultural e militar e britânica nos aspectos econômico e financeiro.

No Rio Grande do Sul, essa influência cultural e econômica também se fez sentir pela organização do ensino técnico e superior nos moldes franceses, pela difusão do ensino da língua francesa e pela presença técnica e de financiamento britânicos em obras de infraestrutura, em especial na ampliação do porto de Rio Grande e na construção da ferrovia mais antiga do estado, que ligava Porto Alegre ao Vale do Rio dos Sinos. No que tange ao povoamento, contudo, a presença britânica e francesa é discreta, se comparada aos contingentes de imigrantes oriundos de países recém-constituídos como estados-nação (Itália e Alemanha), e mesmo de outros povos que, durante o século XIX, nem estavam organizados na forma de estados nacionais, como os poloneses.

Houve presença significativa de imigrantes franceses em cidades da Campanha Gaúcha, como Uruguaiana e Pelotas, além de uma colônia rural francesa, chamada Santo Antônio, situada



Freis capuchinhos no primeiro convento de Garibaldi, 1908.

nesse último município, fundada em 1880. Também as cidades de Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre tiveram franceses entre seus habitantes, a maioria deles ligada à prestação de serviços e ao comércio. Em Porto Alegre existia inclusive uma Sociedade Francesa de Beneficência, já atuante na década de 1870 (Beux, 1975).

A presença britânica é mais difusa, sendo encontrados alguns deles ligados a famílias luso-brasileiras da área da Campanha, como os sobrenomes Abbott e Landell. Nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre havia pequenas comunidades de britânicos desde meados do século XIX (Macedo, 1975). Essa presença, ao contrário da francesa, parece estar diretamente ligada a um fator econômico, ou seja, à atuação de empresas ligadas ao capital britânico.

Na área do Nordeste gaúcho, que será marcada pela presença do imigrante de língua italiana, os britânicos e franceses, enquanto colonos, têm uma presença ainda mais discreta.

Há, contudo, muitos franceses entre os membros das ordens religiosas católicas que passam a atuar na região a partir do final do século XIX (capuchinhos, irmãos de São José, maristas, lassalistas), bem como técnicos franceses ligados à produção de vinhos e espumantes, em particular na cidade de Garibaldi (Lemieszek; Buaes, 2018).

Os imigrantes de língua francesa estabelecidos na região como colonos eram quase todos de nacionalidade suíça, como deixaram registrados os padres capuchinhos que os atenderam, sendo poucos os nascidos na França.

Em relação aos de língua inglesa, o número é ainda menor. O objetivo do presente trabalho é fazer uma breve menção a essa presença de ambos os grupos como ocupantes da terra, com maior foco em um personagem (no caso dos franceses) e em uma famí-

lia (no caso dos britânicos) sobre os quais foi possível reunir uma quantidade maior de informações.



Frei Raymundo de Vovray-en-Bornes, frei capuchinho atuante na região da Serra Gaúcha.

Chegada do frei capuchinho Bruno de Gillonnay no Rio
Grande do Sul, em 1895.



Frei capuchinho Efrem de Bellevaux nas primeiras
incursões na região de Vacaria (RS), década de 1900



Entre os concessionários de terras estabelecidos nas colônias da Serra Gaúcha, é possível encontrar alguns franceses, a maior parte deles solteiros, vindos de diferentes áreas da França e estabelecidos no período inicial da imigração italiana agrícola.

Aleixo Giraud, nascido em 1840 em L'Argentière, localidade próxima da fronteira com a Itália, estabeleceu-se em Conde d'Eu em 1875 e casou-se em 1880 com Rosa Baccin, nascida na província de Treviso (Costa *et al.*, 2016). Luiz Leduc, nascido no ano de 1867 em Aniche, no norte da França, professor, chegou solteiro aos 24 anos de idade em Alfredo Chaves, tendo lecionado em Fagundes Varela, Bento Gonçalves e Vista Alegre do Prata, onde residiu com a esposa Rosália, polonesa (COSTA *et al.*, 2020).

Sobre Bento Gonçalves, há ainda fato mencionado em algumas fontes mais antigas, no sentido de que os primeiros povoadores da antiga Colônia Dona Isabel teriam sido 48 “franceses”. Tal fato, contraditado inclusive nas clássicas memórias de Júlio Lorenzoni, encontra explicação nos mapas estatísticos da Colônia Conde D'Eu, que tinha administração comum com Dona Isabel. Os ditos franceses eram, em sua maioria, colonos suíços de língua francesa, a quem foram destinados lotes na Colônia Conde D'Eu. Entre os concessionários de terras de Dona Isabel havia somente um francês, Antoine Servat, nascido em Biert, nas proximidades de Andorra, também imigrado solteiro em 1879, casado sucessivamente com duas moças da família Fronza, irmãs, após o falecimento da primeira (COSTA *et al.*, 2016, p. 269).



A grande concentração de colonos de língua francesa ocorreu na Linha Santa Clara e adjacências, áreas que foram anexadas à colônia Conde d'Eu, mas que eram originalmente parte da Colônia Santa Maria da Soledade, particular.

Entre os suíços, estabeleceram-se três famílias originárias da França: Cousseau e Audibert, estabelecidas na localidade de Linha Santa Clara Baixa, e Guiot, que se estabeleceu em terras da atual comunidade de Torino (Migot, 1989). Na mesma obra, há registro da presença, na localidade de Ponte Seca da Linha 12, de mais duas famílias francesas, o casal Paul de Buffards e Valéria Dufau, com um filho nascido na Argentina, e a viúva Virgília Bernard, com cinco filhos. Sobre esses, não há registro de que tenham permanecido na colônia.

Em relação à Colônia Caxias, há uma listagem de franceses compilada por Mário Gardelin com um número substancial de nomes, extraídos de registros dos imigrantes entrados entre 1875 e 1879: Jacob Saint Martin, Jean Roy, Jean Baptiste Farant, Antoine Bascon, Barthelémy Champion, Jean Baptiste Fortuné, René Coulon, Jean Lanot, Pierre Bru, Gustav Monard, Abel Jeremie Baumont, Antoine Rainaud, Johannes Menoyeur, Henri Bonnet, Benito Valaret, Joseph Garrain, Basile Langlois, Joseph Didier, Mario Bec e Celestino Pley (Gardelin; Costa, 1993). De imediato, chama atenção a quantidade de solteiros, 13 entre 20 nomes, o que pode ser indicativo de um grau maior de êxodo da colônia – fato não incomum entre homens solteiros de qualquer nacionalidade. Entre os sete homens que vieram com a família, três chegaram em 1875 e se fixaram na 1ª Légua: Jean Roy, Henri Bonnet e René Coulon. É a esse último que dedico o final deste espaço.

René Honoré Coulon, nascido em Saint-Ouen-des-Toits, município de Mayenne, oeste da França, em 03 de outubro de 1829, chega à Colônia Caxias com aproximadamente 45 anos de idade, casado com Clarisse, de 41 anos, e com um filho, Paulo, de 11 anos de idade.

Clarice faleceu em 1888 e ele se casou em segundas núpcias com Lourença Victorina Nery. Estabelecido em metade do lote nº 15 da Travessão Milanês, na 1ª Légua, tornou-se conhecido em fins do século XIX pelo cultivo de uma flor (piretro, da família dos crisântemos), com o qual elaborava um potente pó inseticida, utiliza-

Propaganda do pó inseticida de René Coulon na edição de 15 de fevereiro de 1905 do jornal metodista *O Testemunho*, publicado em Porto Alegre. Acervo do autor.

do no controle de diversas pragas agrícolas – inclusive a vinha – e no uso doméstico.

O sucesso da fábrica de pó inseticida foi tanto que René Coulon se tornou um dos homens mais ricos de Caxias, conforme dados extraídos do inventário realizado por ocasião de seu falecimento em 1910, compilados por Márcia Stormowski (2005) em sua dissertação de Mestrado.

René Coulon, como dono de indústria, foi uma exceção entre os demais franceses estabelecidos na Serra Gaúcha, que, em geral, se dedicavam exclusiva ou predominantemente às lides agrícolas.

Os britânicos

A presença britânica na colonização da Serra Gaúcha é ainda mais difícil de detectar que a francesa. No censo de Bento Gonçalves de 1903 consta um inglês como residente, sem especificações (Costa *et al.*, 2016).

“É somente em Caxias que vai haver registro de uma presença maior, de quatro núcleos familiares identificados como ingleses: William Johnston e a esposa Elidia Anna, com dois filhos, e Elijah Fulcher e a esposa Sarah, com seis filhos, chegados à colônia em 4 de setembro de 1876; e William Waltz e a esposa Emma, com dois filhos, e John Frered, com um filho, chegados em 13 de junho de 1878 (Gardelin; Costa, 1993).

Como se vê, ao contrário da maioria dos franceses, os ingleses não chegaram sozinhos, mas com família.

Para esta pesquisa, não foi possível localizar mais dados sobre as famílias Johnston, Waltz e Frered. No entanto, foi possível encontrar outra família originária da Inglaterra estabelecida na Colônia Caxias que não consta da lista acima, os Webster, chegados à colônia em 12 de agosto de 1878: o casal Alfredo e Bárbara, com os filhos Carolina, Carlos, João, Elisabeth, Guilherme e Felipina.

ESCOLA DOMINICAL

Junho, 11.
TEMA. — A mensagem de christo ás Egre-
 jas. Apoc. 1: 10 — 20.
TEXTO AUREO. — «E o que vivo e fui morto,
 e eis aqui vivo para todo o sempre» Apoc. 1:18.
CATECHISMO. — Cap. 23.
DECORAR. — Va. 17, 18.
DESENHO NA PEDRA. — Um envelope.
ESBOÇO DA LICÇÃO
 I. A hora escura.
 II. A visão do rei.
 III. As mensagens ás sete igrejas.
NOTAS.
 Para melhor comprehendermos o livro da
 Revelação é preciso saber a condição dos
 christos d'aquella Época. Elle foi escripto co-
 mo mensagem á Egreja, e suas horas mais
 desoladoras. Os principes desta terra combina-
 ram removel-a e do lado humano não havia possi-
 bilidade de evitar a catastrophe. E' necessario
 lê-lo na luz das fogueiras que consumiram os
 martyres. E' preciso senti-lo como um crente que
 viu Christo crucificado, a Paulo degolado, os
 se- amãos despedaçados no amphitheatro, ou
 accer- illuminando as ruas de Roma.
 E' preciso comprehendê-lo ouvindo os terre-
 mo- apreciando diluvios, incendios, e terri-
 veis m-rtandades.
 Os sete candeleros symbolizavam as Egre-
 jas como luzes, irradiando os raios que sal-
 vam, embellezam, confortam, e que dão vida e
 saude. Symbolizavam tambem a unidade, um
 castiçal mas sete luzes. Mas ainda elles re-
 presentam os crentes, como ouro puro, pu-
 rificado pelo fogo, assim tornando-se mais pre-
 ciosos e lindos.
Notas que —
 1. — As sete mensagens mostram os sete
 attributos da Egreja Universal.
 2. — As boas qualidades e virtudes das
 Egrejas.
 3. — As faltas e perigos das mesmas.
 4. — O galardão que espera o vencedor.
Junho 18.
TEMA. — O lar celestial. Apoc. 22:1-11.
TEXTO AUREO. — «Ao que vencer lhe conco-
 derá que se assente comigo no meu throno.»
 Apoc. 3: 21.
CATECHISMO. — Cap. 24.
DECORAR. — Va. 3 — 5.
DESENHO NA PEDRA. — Um throno.
ESBOÇO DA LICÇÃO
 I. O Conflito entre Deus e o mal.
 II. A consumação.
 III. A visão cumprida.
NOTAS.
 Os conflitos de hoje não são como os de-
 lineados na lição do domingo p. p. porém
 são igualmente reaes. Os nossos são conflitos
 de principios, de idéas, da verdade contra o
 erro, com duvidas e desanimo. São estas as
 batalhas do individuo de hoje.
 A Biblia é o livro de esperança. Depois do
 trovão do propheta vem a pureza, depois da
 noite, dia, depois de lamentações vem o triumpho.
 Começa com o peccado de Adão e Eva
 e acaba com uma visão gloriosa dos ceus.
 Esta promessa, esta certeza do resultado fi-
 nal, traz coragem e esperança, zelo e segura-
 rança.
 A visão gloriosa duma terra purificada, dum
 ceo que desceu perto dos homens, deve forte-
 mente o christão nas suas luctas contra os
 inimigos invisíveis da escuridão.
 Decorar os hymnos de triumpho espalhados
 pelo livro dos livros, para que na vossa hora
 de agonia possais cantar como Paulo e Si-
 las, ou como os anjos no nascimento de christo
 e as horas escuras do Imperio Romano.

Liga Epworth

Junho 11.
TEMA. — Promessas preciosas. João 14: 1-31.
HYMNOS 93 — 273 — 241.
REFERENCIAS — Heb. 6:20 — 1 Thim. 2:5 —
 Math. 21:21.
PONTOS PARA OS GUIAS
 I — A promessa d'um céu para nós. Va. 1, 2.
 II — O modo da nossa traslação v. 3.
 III — A vida o gozo do lar celestial v. 24-26.
Junho, 18.
TEMA. — O cumprimento das promessas.
 Actos 2: 1-13.
HYMNOS — 503 — 398 — 235.
REFERENCIAS — Ex. 23:16 — Actos 2:46 —
 2 Pedro. 1:21 — Mat. 27:35.
PONTOS PARA OS GUIAS
 1 — O espirito prometido.
 2 — A necessidade de esperar.
 3 — O cenaculo.
 4 — O dia de Pentecostes.
 5 — O modo de receber o Espirito.
 6 — A transformação effectuada.
 7 — Os effectos universaes.
Sessão solemne
 Em Cruz Alta, a Liga Epworth, festejando
 o 3º anniversario da sua fundação, realison a
 13 de Maio p. p. uma sessão solemne, da qual
 foi orador official nosso irmão Rev. João Ruiz.
 A respeito da mesma, lemos no *Echo da*
Serra, bem cuidada folha que se publica em
 dita cidade, o seguinte:
 «EGREJA METHODISTA.
 Em commemoracão ao dia 13 de Maio, a
 grande data da abolição da escravidão no Bra-
 zil, foi realisada pelo Irm. sr. João J. Ruiz,
 digno pastor da Igreja Methodista desta cida-
 de, uma sessão solemne que teve lugar ás 7
 horas da noite na respectiva casa.
 Ao acto compareceram exmas. familias, as-
 sociações e imprensa, fazendo uso da palavra
 o sr. Ruiz e outros cavalheiros.
 Obrigados pelo convite.»
Pensamentos para a hora tranquilla
 Junho 16 — Estamos sepultados com elle Rom. 6:4
 » 17 — Teu Deus que te guia. Esa. 48:17.
 » 18 — Tua força será como teus dias. Deut.
 33:25.
 » 19 — Não durmamos. 1 Thess. 5:6.
 » 20 — Baptizados em Christo. Gal. 3:27.
 » 21 — Cruz e corôa. Heb. 12:2.
 » 22 — Bemfio em perseguição. Math. 5:11.
 » 23 — Christo é resuscitado. 1 Cor. 15:20.
 » 24 — A Resurreição verdadeira. Lucas 24:34
 » 25 — Guarda teu coração. Prov. 4:23.
 » 26 — Escondido em Deus, 1 Reis 17:3.
 » 27 — Christo nossa força. Phil. 4:13.
 » 28 — Rogoziaes em tentações. Thiago 1:2.
 » 29 — Deus conhece meu caminho. Job 23:10
 » 30 — Apartado para a obra de Deus.
 Actos 13:2.
A Biblia como um Templo
 Um joven americano, imaginou a Biblia um
 formoso templo e os diferentes livros camaras
 deste templo. Antes de converter-se parecia-
 lhe um livro frio e sem vida como si estives-
 se deshabitado; porém um dia foi elle desper-
 tado pela voz do Rei, que occupava o templo
 e resolveu explorar seu conteúdo. Com o Es-
 pírito Santo por guia, entrou pelo portico do
 Genesis, passou adiante pela galeria de arte
 dos livros historicos do Velho Testamento; che-
 gando ao quarto da musica nos Psalmos e á
 officina de negocios nos Proverbios; logo so-
 guiu e entrou na Capella do Ecclesiastes e no
 invernaculo dos Cantares de Salomão.
 No observatorio dos livros propheticos es-
 tavam os telescopios, alguns dirigidos á esti-
 las longinquoas e outros á estrellas mais prox-
 mas; porém todos foram logo dirigidos á Es-
 trella da Alva, que em breve ia apparecer.
 Passando ao Novo Testamento, entrou na
 sala de audiencia do Rei e o ouvir o viu desde
 quatro diferentes pontos de vista nos quatro
 Evangelhos.
 Logo passou á sala executiva dos Actos e
 d'alli á sala do correpondente das Epistolas

Pharmacia Allemã

DA

Drogaria Martel

Pharmaceutico I. Heredia

Serviço nocturno permanente

Em nosso consultorio medico dão
consultas diariamente:

Dr. F. Figueiredo, das 8 ás 10.
 Dr. C. E. Hardegger, das 10 ás 11.
 Dr. G. Carneiro, das 11 ás 1.
 Dr. Oliveira, da 1 ás 2.
 Dr. Octavio Souza, das 2 ás 3.
 Dr. Serapião Mariante, das 2 ás 3.
 Dr. Nogueira Flores, das 3 ás 4.

Rua Marechal Floriano, 91 e 93

O melhor insecticida

é o insecticida

René Coulon

Agente geral:

Waldemar I. de Barcellos

Porto Alegre

DEPOSITO

DE

Biblias, Testamentos, Evangelhos,
 Hymnarios e tratados religiosos.

Rua Duque de Caxias 317

Porto Alegre

LIVRARIA DO GLOBO

DE

L. P. Barcellos & C.

Rua dos Andradas 272, Porto Alegre

CASA FILIAL EM SANTA MARIA, RUA DO
 COMMERCO N. 32

Officinas a vapor de typ-
 ographia, encadernação, carto-
 nagem e fabrica de livros em
 branco

Premiada com a medalha de ouro na
 Exposição Estadual em 1901 e de
 prata na Exposição de S. Luiz (Amé-
 rica do Norte) 1904.

Trabalhos typographicos e
 de encadernação deve-se sem-
 pre dar preferéncia a Livra-
 ria do Globo, onde executa-se
 qualquer trabalho com perfei-
 ção a preços modicos.

“ Tanto os Webster como os Fulcher eram originários da Inglaterra, protestantes, e se estabeleceram na Forqueta Baixa, 17ª Léguas, em lotes adjacentes, os de número 1-G e 1-J do Travessão Pedro Guedes (Gardelin; Costa, 2002).

Bárbara Webster faleceu poucos anos depois da sua chegada à colônia, em 3 de dezembro de 1890, tendo deixado, conforme o registro de óbito, mais dois filhos além daqueles que chegaram com o casal à colônia, José e Albina. Entre os inventários selecionados e analisados por Márcia Stormowski (2005), o de Bárbara Webster está entre os 10% mais pobres da amostra, o que indica a condição modesta da família. Embora protestante, a família não se tornou membro daquela que seria a opção mais óbvia em termos de comunidade religiosa, a igreja metodista constituída na Forqueta Baixa em dezembro de 1891. Em uma anotação do ano de 1894, somente Alfredo e Elisabeth constam como “aderentes”, mas não com o *status* de membros. A última referência a eles na documentação metodista é relativa a uma participação de Alfredo na Junta de Ecônomos da comunidade, datada do ano de 1901. Depois disso, ele aparentemente deixou a região. Esse fato, longe de constituir uma exceção ou anomalia, demonstra o alto grau de mobilidade dos colonos estabelecidos na Serra Gaúcha, independentemente de etnia.

Em relação aos Fulcher, a consulta a um site especializado (UK Heritage) permitiu que obtivessem-se informações mais detalhadas. Elijah (Elias) Fulcher nasceu em 1842 em King’s Lynn, no condado de Norfolk, leste da Inglaterra. Em 1863, na cidade de Birmingham, região mineira do centro daquele país, casou-se com Sarah Ann Clitheroe, nascida também em 1842. Nos anos seguintes a família residiu em localidades próximas a Birmingham, sendo encontrada na cidade de Aston no censo de 1871. A trajetória de vida de Elijah é semelhante à de diversos italianos que, antes de vir para a América, fizeram uma primeira migração, deslocando-se para cidades maiores ou regiões economicamente mais dinâmicas do que as de onde eram originários.

Há divergências nas fontes referentes à chegada dos Fulcher à Colônia Caxias, sendo indicadas duas datas: 4 de setembro de 1876



Elijah e Sarah Fulcher.

e 1º de janeiro de 1881. Levando em conta o ano em que foram concedidos os lotes no Travessão Pedro Guedes aos demais colonos, a data mais provável é a primeira. Com o casal, imigraram cinco filhos: Guilherme, Ada Mary, Arthur, Ernesto, Louise e Emily. Outras duas filhas, Madalena e Laura, nasceram no Brasil. É curioso que uma grande família inglesa como os Fulcher tenha se radicado no sul do Brasil, em uma área de colonização italiana, e não em uma colônia britânica ou nos Estados Unidos.

Contudo, é certo que eram originalmente membros da Igreja Anglicana, o que, doutrinariamente, não os deixaria longe dos metodistas. Isso certamente contribuiu para que eles se integrassem desde cedo à Igreja Metodista que foi fundada na Forqueta Baixa em dezembro de 1891, juntamente com outras duas famílias de sobrenome valdense (Dalla Chiesa, 2023).

Apesar da diversidade linguística, os Fulcher foram muito ativos na vida comunitária dessa Igreja Evangélica que, em sua ata de fundação, se identificava como “de língua italiana”.

Entre todos os membros da comunidade metodista da Forqueta Baixa, eram a única família integralmente evangélica: todos os filhos do casal Elijah e Sarah casaram-se com cônjuges metodistas de origem italiana ou luteranos de origem alemã. Conforme relatos dos missionários metodistas, esses filhos dominavam bem a língua inglesa, tendo dois dos descendentes imediatos do casal (o filho Guilherme e o neto Frederico Peyrot, filho de Ada) sido candidatos ao pastado. Os Fulcher também se caracterizaram pela vinculação à atividade agrícola. Alguns de seus descendentes ainda permanecem na comunidade de Forqueta Baixa.

A família Fulcher também constitui uma exceção dentro do seu grupo étnico. Ao contrário da grande maioria dos britânicos, que se estabeleciam no Rio Grande do Sul devido a alguma vinculação com empreendimentos financiados pelo capital do seu país de origem, os membros desse numeroso grupo familiar fixaram-se definitivamente no estado como agricultores em uma área da periferia da colônia italiana.

Referências

- BEUX, Armindo. *Franceses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- COSTA, Rovilio *et al.* *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D’Eu*. Porto Alegre: EST Edições, 2016.
- COSTA, Rovilio *et al.* *Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 2020.
- DALLA CHIESA, Vicente. A Igreja Metodista nas Colônias Italianas. In: TESSARI, Anthony Beux; RECH, Gelson (orgs.). *Cansioniero Popolar*. Caxias do Sul: EDUCS, 2023. v. 3.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST Edições, 1993.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- LEMIESZEK, Marta; BUAES, Anna Maria Greff. Uma francesa presidente de uma fábrica de champanhe no Brasil: sua trajetória. In: DE RUGGIERO, Antonio (org.). *A voz do imigrante*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Ingleses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- MIGOT, Aldo. *História de Carlos Barbosa*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1989.
- STORMOWSKI, Márcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. 2005. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4410/000501169.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 set. 2023.

OS ESPANHÓIS

Espanhóis entre os morros da Serra Gaúcha

Cristiane Bondan Rampazzo

Introdução

Os espanhóis se fizeram presentes no Brasil há vários séculos. No caso do Rio Grande do Sul, organizaram as missões jesuíticas, no início do século XVII. O estado sulino foi povoado tardiamente, se comparado com outras regiões brasileiras, e sempre foi área de disputa de terras entre portugueses e espanhóis que, mesmo assinando diversos tratados, nunca respeitaram as fronteiras estipuladas, uma vez que a única barreira física na região é o rio Uruguai, o qual não cobre toda a área em questão.

Foram diversas as razões que levaram milhares de espanhóis – assim como o fizeram migrantes de outras etnias – a deixarem sua terra natal e cruzarem o Atlântico, em uma viagem cujas acomodações, higiene, alimentação eram precárias.

Foi o atraso econômico de seus países, envoltos em crises políticas e econômicas, que tornou inviável a permanência das camadas mais debilitadas e empobrecidas da sociedade europeia, que viram, na transferência para outro país, uma oportunidade de uma vida melhor.

Neste estudo, o tema central são os imigrantes espanhóis na Serra Gaúcha no período da Primeira República do Brasil. Apesar do fluxo migratório contínuo, os que chegaram em anos posteriores



Retrato de Francisco Sanches Filho (à esquerda) e amigo.

ao período estudado, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, encontraram outro momento econômico e político no Brasil, e não mais procuravam terras para cultivar; buscavam, outrossim, colocação nas áreas urbanas.

Espanhóis no Rio Grande do Sul

Ao consultar publicações sobre a imigração espanhola, percebe-se um consenso entre os autores (Brum, 2013; Torres, 2013; Uebel, 2014; Weber, 2010) sobre a dificuldade de encontrar subsídios para pesquisas. As fontes são esparsas ou inexistentes, e na Região Sul existe um agravante: a dificuldade de identificar o imigrante espanhol dos imigrantes hispano-americanos oriundos dos países vizinhos que, entre outros, possuem o mesmo idioma.

Assim como ocorreu em São Paulo, no Rio Grande do Sul a grande maioria dos espanhóis se estabeleceu nas cidades maiores, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, entre outras. Logo, pode-se inferir que não houve uma grande concentração desses imigrantes em um mesmo local, ou seja, não foram formados núcleos homogêneos de espanhóis, prática comum em outras etnias. Conforme Uebel (2014, p. 6), “ao contrário do que ocorrera em especial com os italianos e alemães, não houve bairros tipicamente espanhóis ou dominância em vilas ou colônias”.

Foram poucos os hispânicos que se dirigiram para a região da Serra Gaúcha, e, entre esses, a maioria constituía-se de famílias, pois trabalhavam essencialmente na agricultura e utilizavam a mão de obra familiar. Em outras áreas do estado houve uma expressiva quantidade de indivíduos que chegavam sozinhos para, além da agricultura, exercer outros ofícios.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul publicou, no ano de 1993, a transcrição do Códice C-197 “Mapa Estatístico dos Imigrantes Entrados no Estado do Rio Grande do Sul – 1891/1892”, no qual foram registrados todos os imigrantes – de todas as nacionalidades – que chegaram ao estado nesses dois anos. Analisando seu conteúdo no que se refere aos espanhóis, é possível fazer algumas observações.

Contando apenas o imigrante que encabeça o grupo familiar, foram relacionadas 211 pessoas, sendo que grande parte aparece como solteira, o que sugere que: eram realmente sozinhos e vinham tentar a sorte em um outro país; já tinham parentes vindos anteriormente e se juntariam a eles; ou eram indivíduos que se declaravam solteiros, vinham só e, posteriormente, se fossem bem-sucedidos, trariam seus familiares.

Tabela 1: Imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1891 e 1892, estado civil.

Estado Civil	Quantidade	Percentual
Solteiro/a	144	68,50
Casado/a	59	27,55
Viúvo/a	7	3,50
Não informado	1	0,45
Total	211	100

Fonte: Elaborado a partir do livro *Gênesis – Etnias no RGS – 1891/1892* (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1993).

Em complemento ao supradescrito sobre a dificuldade de encontrar fontes, e ratificando o desembarque de muitos solteiros, Arroyo (1958, p. 240) descreve que:

Mesmo os que vinham diretamente da Península [Ibérica], pelo porto do Rio Grande, penetravam sem maiores exigências, **quase não deixando traços documentais da chegada** [grifo da autora]. Tanto pelas fronteiras secas como pela marítima, coavam-se de indivíduo em indivíduo: era o espanhol radicado no Rio Grande que após trabalhar e prosperar, mandava vir, por carta, um irmão mais moço ou um sobrinho; ou era aquele que, rico, voltava à terra natal em visita, e, a rogo de parentes ou vizinhos, consentia em trazer para o Brasil um ou mais adolescentes do lugar.

Espanhóis na Serra Gaúcha

A quantidade de imigrantes espanhóis que buscou fixar moradia na Serra Gaúcha foi muito pequena, se comparada com outras regiões do estado. Na obra supracitada, houve o registro de apenas dois imigrantes espanhóis, em 1891 e 1892, sendo um com destino a Bento Gonçalves e outro Veranópolis.

Um exemplo desse reduzido número de imigrantes é proveniente dos dados apresentados sobre a população da Colônia Caxias, hoje município de Caxias do Sul, no ano de 1885. De acordo com Gardelin e Costa (1992, p. 18), eram somente cinco os imigrantes espanhóis: “10.591 pessoas, sendo que, quanto à naturalidade estavam assim distribuídas: italianos, 7.237; austríacos [...], 1.045; alemães, 416; franceses, 12; espanhóis, 5 e brasileiros, 1.876”, o que corresponde a menos que 0,5% da população.

No município de Bento Gonçalves os dados disponíveis demonstram, além de poucos imigrantes espanhóis, que, em um período de vinte anos, mesmo considerando as altas taxas de natalidade da época, houve um decréscimo da população de origem hispânica, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Percentual de espanhóis no município de Bento Gonçalves, 1905-1925.

Ano	População total	Espanhóis	Percentual
1905	18.461	57	0,31
1910	18.744	44	0,24
1925	21.465	48	0,22

Fonte: Elaborado a partir de Caprara e Luchese (2005).

Ao pesquisar a Coleção Impostos e Contribuintes no Arquivo Histórico do Município de Bento Gonçalves, observou-se que, com o passar dos anos, a presença de famílias de origem hispânica no município decresceu. Tomando por exemplo o 4º Distrito, na 5ª seção do Rio das Antas, no ano de 1895, existiam nove famílias oriundas da Espanha ocupando dez lotes coloniais.

No ano de 1905, alguns desses lotes já constam como pertencentes a outras famílias. No ano de 1923, apenas duas famílias



Sede da Colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves. Data: [1885-1897].

– Sanches (dois lotes) e Beltram (três lotes) – permaneciam na localidade; os demais lotes já constam em nome de outros moradores, de outras etnias, principalmente a italiana.

As pesquisas em registros civis e paroquiais demonstraram que poucos permaneceram na região, pois alguns anos mais tarde já não constavam mais como proprietários de lotes coloniais; tampouco há registros de sua presença efetiva na área urbana da região serrana.

Esses dados demonstram a não permanência dos hispânicos.

São três as razões mais plausíveis para o êxodo: 1) busca por novas terras para o plantio em locais mais acessíveis, em virtude do relevo acidentado da região; 2) mudança para outras regiões onde residiam parentes ou conhecidos; e/ou, 3) no caso das mulheres, ocorrência dos casamentos mistos, sendo que elas assumiam o sobrenome do marido, favorecendo o processo de desaparecimento das raízes hispânicas na localidade.

Os casamentos mistos eram comuns – fato verificado por mim em algumas lápides e nos registros de casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompeia, no município de Pinto Bandeira (RS), nas diversas visitas feitas na região –, e exemplos deles são a união entre Sanches (espanhol) e Marini (italiano), Gonzales (espanhol) e Rizzi (italiano), Galves (espanhol) e Arcari (italiano), entre outros.

Os grupos sociais tendem a ter como padrão suas próprias crenças e valores bem como a rejeitar os costumes de outros que sejam diferentes dos seus, mas, quando inseridos num mesmo meio e submetidos às mesmas dificuldades, apesar das diferenças, o julgamento da cultura do outro fica em segundo plano e passa-se a auxiliar uns aos outros nos enfrentamentos aos problemas comuns, num sentimento de união e solidariedade mútua. Tal fato também pode ser verificado a seguir, na trajetória de vida de Paco e sua família.

Francisco Sanches Filho – Paco

O modo como viveu o descendente de imigrantes espanhóis Francisco Sanches Filho – conhecido como Paco, nascido no interior de Bento Gonçalves no ano de 1889 e falecido em uma emboscada no município de Veranópolis em 1931 – continua despertando interesse da comunidade acadêmica, nos meios de comunicação, nos escritores e na comunidade em geral. Passados mais de noventa anos de sua trágica morte, Paco permanece vivo na memória regional.

Esse fato é significativo no que diz respeito ao estudo da presença de imigrantes espanhóis na região da Serra da Gaúcha, uma vez que as pesquisas acerca da trajetória de Paco podem conduzir à descoberta de outros dados sobre a imigração espanhola na região, além de expor conflitos existentes na zona colonial.

Mesmo sendo católico, religião predominante na época na Serra Gaúcha, Paco infringiu regras de conduta preestabelecidas social e legalmente – como a monogamia, visto que, casado, se relacionava e tinha filhos com outra companheira concomitante-



Progenitores de Paco: Francisco Sanches e Antonia Buenacella Foan.

mente, além de manter outros relacionamentos esporádicos. Essa conduta certamente lhe valeu inimizades, visto muitos moradores da região, independentemente da etnia, considerarem-na uma afronta à moral e aos bons costumes.

Sanches também atuou – fazendo uso da intimidação – como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense (PRR), o que reflete suas relações com o poder regional e denota sua aptidão em se comunicar em língua portuguesa, além do espanhol e do dialeto italiano, o que não era comum entre os imigrantes e foi um facilitador no que concerne à sua integração com as diversas etnias ali existentes e as autoridades oficiais.

Ademais, apreciava as festas e os jogos – mora, baralho, bocha, jogo da tampinha – e participou de alguns furtos em estabelecimentos comerciais, sempre com respaldo de autoridades políticas/policiais da região. Foi acusado de matar oficialmente três pessoas

– o comandante da Guarda Municipal, um desafeto e um delegado –, passando de aliado a procurado pela justiça. A sua conduta, além de dividir opiniões até hoje, corroborou a perpetuação de sua memória.

Se, de acordo com Brum (2013, p. 12), os estudos migratórios “estão sempre inclinados sobre a reconstrução das trajetórias de vida dos migrantes na sociedade de recepção”, estudar a trajetória de Paco serve também para “o conhecimento da História Local, nos âmbitos econômico, religioso, político e social, incluindo o processo de colonização da região e as relações entre indivíduos de diferentes etnias” (Rampazzo, 2023, p. 9).

A História Oral, que faz uso da arte de lembrar, que é a memória, é muito importante nesse contexto, pois revela informações até então omitidas na escrita considerada oficial. Vários colaboradores orais descreveram Paco e suas redes de relações, modo de vida em família, vestimentas, idioma, religiosidade, trabalho, política etc.

As falas dão conta, por exemplo, de que Paco quase não pôde estudar, apenas desenhava o nome, pois, para ajudar a família, começou cedo nos trabalhos na roça – característica comum a imigrantes de outras etnias e imprescindível para o sustento e o progresso familiar.

Percebe-se, por meio da oralidade, que o modo de vestir da família se constituía em um diferencial, pois há relatos de que sua mãe usava vestidos rodados, cheios de babados, tudo muito diverso do usado pelas demais mulheres da região. Da mesma forma, foi possível observar que Paco estava sempre bem-trajado: “ele sempre tinha dinheiro, sempre enfiado, [...] sempre alinhado como se fosse dia santo” (Londero, 1997, p. 98). Assim, o modo de vestir dos Sanches pode ter gerado controvérsias e até – por que não? – inveja por parte dos demais moradores da localidade. De qualquer modo, tratava-se de um hábito cultural oriundo de seu país de origem que permite a delimitação da presença de espanhóis na região.

Verifica-se, outrossim, que outro elemento divergente entre espanhóis e italianos era o modo de criação dos filhos.



Retrato de Francisco Sanches Filho - “Paco”.

Pois, de acordo com o depoimento de Lauro F., um dos entrevistados do estudo de Márcia Londero (1997, *apud* Rampazzo, 2023, p. 111), Paco “levava uma vida desde moço muito livre, assim, porque o pai, espanhol, ele dava muita liberdade aos filhos, não era como colono italiano”. Não há indícios, porém, de que as demais famílias de descendência espanhola na região agissem ou não da mesma maneira.

No que se refere às leis e à justiça, eram as mesmas para todos os imigrantes, independentemente de origem. Devido à ilegalidade de alguns atos, Paco desagradava a muitas pessoas, que se sentiam lesadas; outras, que ele ajudava com o resultado dos furtos cometidos, ficavam em débito com ele, formando uma relação de favorecimento mútuo que ele acessava nas horas em que, acusado de cometer roubos e assassinatos, precisava se esconder – em grutas, na mata, na casa de amigos – das autoridades policiais.

Na historiografia, devido à sua fama era acusado de delitos que não cometia, sendo uma espécie de mito de herói ou bandido, alguém capaz de atos mirabolantes, cujas atitudes demonstram a forja de sua imagem na valentia, na coragem de enfrentar o poder instituído e no descaso com alguns costumes morais vigentes à época.

Considerações

Existem estudos, em várias áreas – Antropologia, História, Sociologia –, em que há o entendimento de que o imigrante, além de influenciar a sociedade de recepção, também é influenciado por ela, em maior ou menor grau. É comum, em sociedades onde convivem indivíduos de diversas etnias, uma integração, influência recíproca, com a formação de uma sociedade plural, mas nem sempre esse processo transcorre pacificamente.

No caso dos imigrantes espanhóis radicados na Serra Gaúcha, pode-se afirmar que houve estranhamentos, mas não exclusão. Apesar de rodeados por descendentes de italianos, possuíam um forte fator que agregava ambas as etnias: a religião comum, o catolicismo. Assim, reuniam-se em torno da capela, que era o local

de socialização, e era no seu entorno que aconteciam as rezas, os encontros, os jogos dominicais, as festas etc.

Acredita-se, no entanto, que a família Sanches foi, sim, estigmatizada, não pelas diferenças no modo de vestir ou se comunicar – que podiam causar certo grau de estranhamento – ou mesmo pela origem espanhola, mas pelas atitudes polêmicas de Paco, cujos atos ilícitos deram margem a uma situação de preconceito que perpassa gerações.

Francisco Sanches Filho, que transitava entre comunidades etnicamente diferentes, teve forte relação com a política gaúcha na Primeira República, exerceu vários ofícios e manteve relacionamentos amorosos com várias mulheres ao mesmo tempo, foi comparado a heróis e bandidos. Trata-se de uma figura dúbia que suscita curiosidade e divide opiniões, mas é incontestável sua presença e atuação questionando princípios e atitudes numa época em que poucos tinham coragem para tal.



Cultura espanhola representada no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul.

Se como Robin Hood ou Lampião, figuras às quais pode ser comparado, o importante, de acordo com o objetivo aqui desenhado, é que a presença de Francisco Sanches Filho é uma marca indelével da presença de espanhóis entre os morros da Serra Gaúcha em fins do século XIX e primeiras três décadas do século XX, os quais também contribuíram para a formação e o desenvolvimento da região e do estado gaúcho.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES. *Coleção Impostos e Contribuintes*, 4º Distrito – Pinto Bandeira, anos 1895, 1905, 1923. Bento Gonçalves/RS.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Gênesis, etnias no Rio Grande do Sul*: Registro dos imigrantes entrados no Estado do Rio Grande do Sul, 1891-1892. Porto Alegre: EST, 1993.
- ARROYO, Angel Antônio Gómez del. Os espanhóis na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1958, cap. 4, p. 207-252.
- BRUM, Rosemary Fritsch. *Tempos narrados: os espanhóis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Animal, 2013.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves, 1875-1930*. Bento Gonçalves: Visograf; Porto Alegre: Corag, 2005.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Os Povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST, 1992.
- LONDERO, Márcia. *Paco: Sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido social no Rio Grande do Sul*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- RAMPAZZO, Cristiane B. *Francisco Sanches Filho – Paco: memória coletiva da região na Serra Gaúcha, RS - 1889-1931*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2023.
- TORRES, Nara S. *Mosaico Étnico: panorama contextual da cultura espanhola em Santa Maria*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- UEBEL, Roberto Rodolfo G. *Os impactos da imigração espanhola no desenvolvimento econômico e territorial do Estado do Rio Grande do Sul (RS) no século XX..* Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2014. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- WEBER, Regina. Galegos no Sul do Brasil: alternativas na América. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, 2010.

OS SÍRIOS E OS LIBANESES



Abdallah (Antonio) Manssur Elias, imigrante libanês.

Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes na Serra Gaúcha e no Norte do Rio Grande do Sul

Julio Bittencourt-Francisco

A imigração árabe entre 1880 e 1914

Quando ainda não existiam as Repúblicas do Líbano e da Síria, os imigrantes árabes eram chamados simplesmente de sírios e, ainda que não os agradasse, “turcos”. Eles eram súditos do Império Otomano, que historicamente dominava as províncias da Grande Síria, no sudeste do Mediterrâneo. O governo dessas províncias árabes gozava de alguma autonomia, especialmente a região do Monte Líbano, de maioria cristã, não muito longe do litoral do atual Líbano e do porto de Beirute. Foi desse cais que a diáspora sírio-libanesa se espalhou pelo “novo mundo” entre 1880 e 1914.

Viajando na terceira classe de barcos menores, eles chegavam a Marselha, na França, ou a Gênova, na Itália, em posse de um bilhete de ida para algum porto nas Américas. Embarcavam nos porões apertados e insalubres dos grandes transatlânticos, parte de uma importante indústria de transporte de cargas e pessoas na época. Foram mais de dez milhões de passageiros que, como imigrantes, desencravaram-se de um lado do Atlântico para se fixar no outro, nas Américas.

Estima-se que cerca de 400 mil pessoas, entre sírios e libaneses, homens, mulheres e crianças, cruzaram o oceano Atlântico naquela época. Na sua maioria, rapazes solteiros e semianalfabetos, de origem cristã, cuja chegada só aumentava à medida que a Primeira Guerra Mundial se aproximava. Estados Unidos, Canadá, México, Argentina e Brasil receberam grandes contingentes desses imigrantes no início do século XX. Calcula-se que o Brasil tenha

recebido 100 mil desses imigrantes e que hoje exista cerca de 8 milhões de descendentes.

Alguns fugiam do recrutamento obrigatório nos pelotões de frente do exército turco, outros não encontravam oportunidades no mercado de trabalho, ou porque o mundo muçulmano não os absorvia na Administração Pública, ou porque os governantes e comissários, indicados pelos turcos, os viam com desconfiança “por não estarem na ‘ponta de lança’ do Islã contra o ocidente”. O próprio avanço do capitalismo, no início do século XX, desestruturou a pequena propriedade no Oriente Médio, tanto pela concorrência da seda sintética japonesa, inviabilizando a criação do bicho da seda por muitas famílias libanesas, quanto pelo esgotamento do modelo desmonetizado do escambo e do pastoreio, comum nas pequenas propriedades da Síria.

Com a derrota dos turcos na Primeira Grande Guerra, uma nova fase se abre para os sírios e libaneses, cujos territórios se tornaram “protetorados” – na verdade, colônias – da França entre as décadas de 1920 e 1940. A última leva de imigrantes sírio-libaneses chegou ao Brasil antes do declínio da imigração, a partir da década de 1930. Dessa vez observa-se maior número de famílias e comerciantes que já dispunham de indicação de trabalho e lugar certo para se instalar, muitos com algum capital.

A imigração árabe no Rio Grande do Sul

A presença de sírios e libaneses em grande parte do Rio Grande do Sul segue o padrão de distribuição desses imigrantes em escala nacional, ou seja, presença distribuída por meio das tradicionais rotas de transporte, as estradas já existentes, e de ferrovias recentemente construídas.

Os caminhos abertos foram de grande importância para a distribuição desses imigrantes pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul, cuja malha ferroviária já era importante em 1898, antes de ser conectada ao resto do país.

Apesar das imprecisões do censo, o Rio Grande do Sul foi o quarto estado brasileiro em número de ingressos oficiais de sírios e libaneses, contabilizando 4.468 pessoas até 1940.

Figura 1: O soldado errante da civilização.



Fonte: Bastani, capa, 1949.

Giaretta (2008, p. 11) chama a atenção para o fato de que “a ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização transportando os imigrantes expulsos de seus locais de origem até as matas do rio Uruguai, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção; portanto, teve o papel de animar a vida econômica e de proteger a fronteira”.

Repetindo o mesmo padrão de outros lugares, a atividade escolhida em peso pelos imigrantes foi a da mascateação. Quase todos começaram a vida fazendo negócios de porta em porta, com uma pesada mala cheia de mercadorias nas costas trazendo notícias da capital e levando novidades ao interior. Eles não ingressaram na

agricultura pelo alto preço das terras ou pela ausência de capital para iniciar as atividades, mas, sobretudo, pela falta de familiaridade com a agricultura praticada no Brasil.

Ao optar pelo “comércio por conta própria”, escapavam do desemprego e só dependiam de suas próprias habilidades para fazer a vida. Com a atividade da mascateação, eles estavam formando uma rede de cooperação que se projetava acima de qualquer diferença econômica, pertencimento étnico, colocação social ou convicções políticas. A atividade dinamizou muito a prática comercial no Brasil, trazendo mercadorias novas da capital ao interior. Os comerciantes árabes ajudaram a quebrar o monopólio dos maiores comerciante da região sobre o povo mais humilde.

A historiografia da imigração síria e libanesa no Rio Grande do Sul conta com um verbete no quinto volume da *Enciclopédia Rio-grandense* (1958) cujo organizador, Klaus Becker, destaca algumas famílias árabes que se estabeleceram no Sul do Rio Grande em fins do século XIX, especialmente em Rio Grande, Pelotas e Bagé.

Essas informações encontram apoio no trabalho de Cecília Kemel (2000), que indica que a entrada desses primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul deu-se pelo porto de Rio Grande, por via terrestre a partir do porto de Santos e, não raras vezes, da Argentina e do Uruguai.

Em Passo Fundo, a maioria concentrou suas atividades em duas quadras, na parte mais central. Eles eram denominados “turcos”. Alguns nomes desses imigrantes em Passo Fundo são: Abelim, Buaes, Baril, Cafruni, Calixto, Dipp, Dib, Daniel, Estacia, Elias, Khoury, Kalil, Nemen, Peres, Salomão, Simão, Toufic e Zachia.

Nas minhas pesquisas, observei sempre a grande mobilidade desses imigrantes. São muitas as histórias de vida que se entrelaçam, se afastam e se unem em matrimônio e laços de amizade (Francisco, 2022).

Essa cooperação formou o binômio sírios e libaneses, ou o termo hifenizado sírio-libanês. Por exemplo: a família Bobaida, que chegou a Laguna, Santa Catarina, e foi para Alegrete, na fronteira oeste; os Buchabiqui, que, com o fim do ciclo da borracha, em

Rondônia, vieram para a capital gaúcha; a família João (Hanna), que, fugindo da gripe espanhola, veio do Rio de Janeiro; assim como as famílias Bahli e Saada, que chegaram a Porto Alegre vindos do interior de São Paulo.

Com acesso aos quatro cantos do estado, não é estranho, portanto, que os sírios e os libaneses se encontrem disseminados por todo o Rio Grande do Sul, embora algumas localidades tenham se tornado grandes redutos desses imigrantes – entre elas, Pelotas, Alegrete, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Bagé, Passo Fundo, Rio Grande, Caxias do Sul, Erechim, São Gabriel e São Borja, além de Porto Alegre.

Outros imigrantes, quase todos muçulmanos, vindos de locais de fala e cultura árabe, como egípcios, iraquianos e jordanianos, com características semelhantes aos sírios e aos libaneses, chegaram ao Rio Grande do Sul no início da década de 1920 e exerceram a mascateação ou tornaram-se proprietários de pequenos comércios, principalmente nas maiores cidades.

Anotações sobre a pauta matrimonial desses imigrantes

Em muitos desses rincões, na impossibilidade de voltar à terra natal para casarem, como muitos fizeram, sem opção de se unir a uma mulher árabe, muitos casavam-se com brasileiras, descendentes de colonos italianos ou alemães, como mostraremos a seguir. Foram poucos os casos encontrados de mulheres sírias casando-se com homens de fora da etnia, mas, de qualquer forma, é importante ressaltar que aqui nos referimos a dados empíricos, apenas alguns exemplos que estão longe de se esgotarem com o quadro, mas também não são parâmetro de comparação da preferência de união desses árabes com uma ou outra etnia, tampouco em relação à própria colônia árabe.

Mostra, no entanto, que a maioria dos municípios ou lugares listados era, na época da amostragem, isolada e sem presença de uma comunidade árabe significativa. Alguns poucos exemplos dos muitos que encontramos no Arquivo Público do Estado (arquivo on-line do APERS) podem ser vistos no quadro abaixo, que mostra

rapazes, imigrantes sírios, desposando noivas de outras origens étnicas, com representantes de várias regiões do estado.

Quadro 1 – Habilitação de casamentos entre imigrantes árabes e membros de outras etnias.

Noivo (todos árabes)	Noiva	Ano	Município	Fonte
José Abibe Bichara	Eduarda Pinto	1898	Santo Ângelo	APERS
Jorge Elias Nicolau	Maria T. de Chaves	1902	Lagoa Vermelha	APERS
Elias Jorge	Felina A. da Cunha	1904	Pedras Brancas (POA)	APERS
Miguel A. Abdalá	Adelina Fernandes	1905	Jaguarão	APERS
Jorge Audi	Emília Binato	1907	Cruz Alta	APERS
José Manzur	Joanna Saldanha	1909	Santana do Livramento	APERS
José Jacob Nácul	Maria Luiza Moojen	1910	Lagoa Vermelha	APERS
José Elias Nedeff	Thereza Tarasconi	1911	Veranópolis/ Antônio Prado	APERS
Camila Abud*	João Romão de Souza	1911	Bagé	APERS
Abdo Jorge	Olívia Clara Hoffman	1913	São Leopoldo	APERS
Antônio A. Aude	Mercedes R. da Silva	1915	Cachoeira do Sul	APERS

Fonte: o autor, com dados do APERS ([2---]).

*única mulher entre os nubentes.

Nas pesquisas, localizamos alguns jovens sírios que vieram solteiros para as áreas de colonização italianas da Serra Gaúcha e nelas contraíram matrimônio com moças de origem italiana, como foi o caso de José Elias Nedeff, que se casou com Teresa Tarasconi na Villa de Alfredo Chaves em 1911. “Ele, 25 anos, natural da “Sirie, Turquia”, filho de Elias Simão Nedeff e Faum Abech, esta residente na Síria e aquele já falecido; e ela de 21 anos, natural de Garibaldi, filha de Jacob Tarasconi e Adélia Muzi, ambos residentes em Garibaldi” (APERS, 1911).

Atualmente, na quinta geração em linha direta desde os primeiros imigrantes, o que foi uma comunidade étnica síria e/ou libanesa

fechada no início da imigração é uma vasta mescla de pessoas de diversas procedências e costumes, que têm suas fronteiras étnicas árabes bastante fluidas e flexíveis entre gaúchos e brasileiros de diversas origens.

Sírios e libaneses na literatura do Norte e da Serra Gaúcha

Em algumas regiões do estado, notadamente na metade norte, desenvolveu-se um tipo peculiar de comunidade camponesa que, desde o século XIX, baseia-se na pequena propriedade. O objetivo maior com as áreas de colonização rural era a produção de alimentos, e para isso era necessário redimensionar o uso da terra. No Rio Grande do Sul, a imigração era necessária para a revitalização da agricultura, com ênfase na cultura do trigo, abandonada desde 1820. Com o tempo os núcleos coloniais mais antigos foram se transformando em municípios pequenos e médios, nos quais a atividade econômica mais importante tornou-se a indústria. A formação desses núcleos urbanos, onde se desenvolveu um processo de diversificação econômica, foi de fundamental importância para a adaptação de muitos imigrantes europeus.

Foi justamente nesse cenário das últimas décadas do século XIX que começaram a chegar as primeiras levadas de imigrantes sírios, libaneses e palestinos ao Rio Grande do Sul.

Verificamos que a maior parte deles, depois de certo tempo comerciando de maneira ambulante, concentrou-se nas maiores cidades, com loja de tecidos e aviamentos.

A chegada de sírios e libaneses coincidiu com uma boa fase da indústria saladeira no Sul, com o desenvolvimento comercial e industrial da capital e com a instalação das chamadas “colônias novas”, os novos núcleos de colonização, públicos ou particulares, implantados em áreas não exploradas ao norte e noroeste do estado.

Na Serra Gaúcha, essas famílias expandiram-se da região em que ficavam as colônias antigas para novas áreas de colonização nos Campos de Cima da Serra e na região de Passo Fundo, onde também tomamos conhecimento da figura ítalo-libanesa do co-

mendador Thadeu Annoni Nedeff, representante diretivo da indústria madeireira da região.

Algumas famílias que estavam em Veranópolis e Nova Prata espalharam-se por outros municípios, como Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves.

O ex-governador e ex-senador Pedro Simon, que entrevistamos, disse que sua família chegou do Norte do Líbano diretamente para Caxias do Sul no início da década de 1920 e que as famílias de seus primos – os Davi e os Sehbe – já estavam lá. Pedro Jorge Simon nasceu em Caxias do Sul no dia 31 de janeiro de 1930, filho de Jorge Simon e de Jalila Simon. Seu pai, libanês, foi mascate, tendo emigrado para o Brasil em 1922.

Em relação aos livros que contam a história dos municípios gaúchos, algumas fontes mostraram-se especialmente importantes para acessarmos a presença de imigrantes sírio-libaneses no Norte do estado. Foi o caso de *História do município de Lagoa Vermelha*, escrita pelo padre Fidelis Dalcin Barbosa (1981). A publicação indica a presença desses imigrantes no município, como mostra a seguinte passagem: “Na década de 1920 trabalhava aqui o médico José Gabriel Nicolau Merib, tronco da numerosa família Merib” (Barbosa, 1981, p. 208).

No livro verificamos também os nomes dos irmãos Miguel Jacob e José Jacob Nácúl, ambos radicados em Lagoa Vermelha com uma casa de comércio desde o fim do século XIX. Barbosa (1981, p.) ainda menciona dois membros da família Tigre: “João Moisés e seu filho Gabriel Moisés Tigre, este nascido em Vacaria em 1896”. O autor relata que Gabriel foi vice-intendente e prefeito de Lagoa Vermelha nas primeiras décadas do século XX. Assim, verificamos uma primeira geração de filhos de imigrantes árabes nascida no Brasil ainda no século XIX.

Clemente e Ungaretti (1993, p.), em *História de Garibaldi: 1870-1993*, dizem o seguinte: “Os sírios, que chegaram nas primeiras

décadas de 1900, desenvolveram um papel importante na vida comercial e social de Garibaldi. As famílias mais notáveis foram as de Moysés Mereb, André e Antônio Koff, Nehme e Lahude”.

Ainda segundo os dois autores, os membros dessas famílias eram pedreiros, seleiros, sapateiros e ferreiros que viviam o tempo entre a agricultura e a modesta profissão, quase todos da região de Tartus (Síria). Moysés Mereb veio para o Brasil em 1900, em companhia dos primos André e Antônio Koff. Nos primeiros anos levaram a vida de mascate, percorrendo toda a região, com baú às costas, depois, no dorso de jumento e numa carreta, até se fixarem com uma casa de comércio.



Figura 2: O mascate.



Fonte: Museu Diretor Pestana (Ijuí/RS).



Outra fonte que localizamos na internet foi uma matéria do jornal *Pioneiro* contendo informações sobre a trajetória do imigrante libanês Kalil Sehbe, de Caxias do Sul. A reportagem destaca a sua importância para a história industrial da cidade, “o imigrante que desafiou limitações e guiou-se por um determinismo implacável”, fundando em 1927 “uma promissora fábrica de confecções que resultaria na poderosa Organizações Alfred”. A matéria mencio-

na ainda a entrada do grupo empresarial de Kalil Sehbe no ramo hoteleiro.

O declínio dessa gigantesca organização familiar, no fim da década de 1970, esteve ligada às mudanças na economia do país e, quem sabe, ao esgotamento do modelo empresarial familiar, que envelheceu e não se dinamizou depois da doença e da morte de seu fundador. A matéria resume assim o legado que a organização criada por Sehbe deixou:

As Organizações Alfred, reconhecida pelos produtos de qualidade, marcou época num Brasil inclinado pelo desenvolvimento exportador. O parque fabril da Organização Alfred tinha como ferramenta principal a máquina de costura. A expansão dos negócios se deve ao zelo com seus colaboradores. Trabalhar na Kalil era como viver num segundo lar. Na evolução do tempo, as unidades fabris aumentavam. [...] Na década de 1970, uma filial produtiva foi inaugurada na Bahia, demonstrando a competência da indústria caxiense. A presença na Fenit, acima de tudo, era a contribuição libanesa orgulhando o produto gaúcho e caxiense em São Paulo.

De São Francisco de Paula, encontramos no obituário do jornal *Zero Hora*, em 1º de agosto de 2016, o nome de José Asmuz. As informações contidas na nota dão conta de que era filho de imigrantes sírios nascido em 1927 naquela cidade. E continua a matéria: ele foi um piloto de automobilismo e dirigente esportivo brasileiro, bem como presidente do Sport Club Internacional por seis anos em duas oportunidades, em 1980-1981 e 1990-1993. Emprestou seu nome para batizar uma parte do Jardim Dona Leopoldina, bairro de Porto Alegre.

Novamente no jornal *Zero Hora*, este do dia 1º de julho de 2016, encontramos o nome de Nagib Stella Elias, falecido em 29 de junho de 2016, aos 87 anos. Consta que esse filho de imigrante sírio-libanês (a mãe, provavelmente, era de origem italiana) destacou-se como radialista em Nova Prata, tendo sido também vereador e prefeito da cidade, além de primeiro presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Famurs), instituição de muito prestígio no estado.

Conclusão

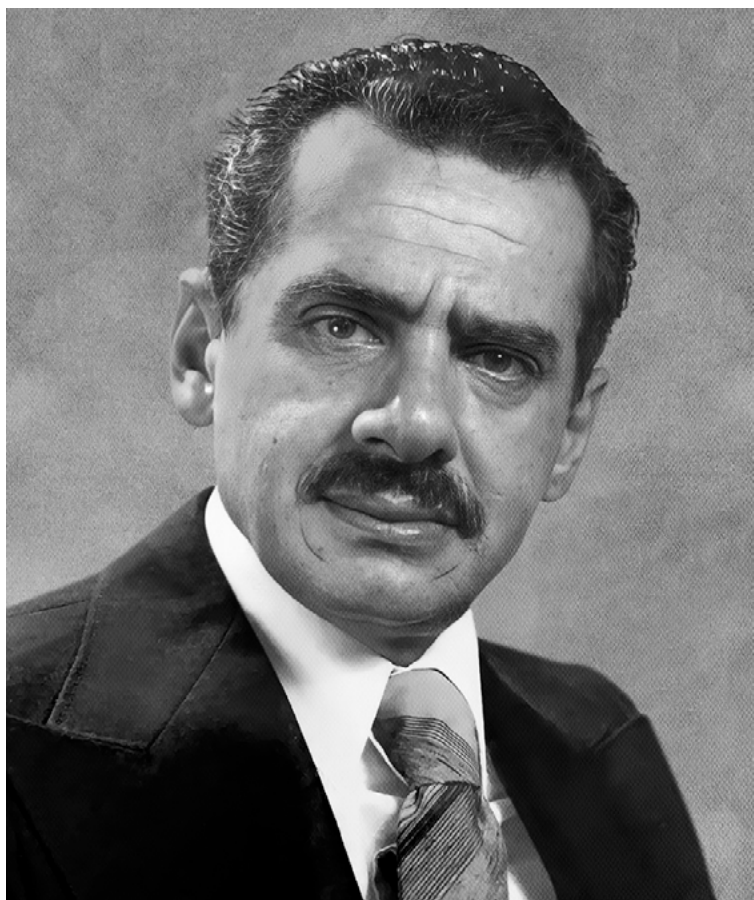
A história dos imigrantes árabes na Serra Gaúcha não difere muito da sua trajetória em outros lugares do Brasil. É muito prová-

vel que tenha ocorrido a chamada “imigração em corrente”, com elos ligando cidades no Líbano e na Síria ligadas com as da Serra Gaúcha, como Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves: vizinhos, amigos e parentes sendo puxados pela corrente de lá para cá. A integração com as diversas etnias que encontraram na Serra foi total. Ajudaram a fundar pequenas novas cidades junto aos luso-brasileiros e descendentes e imigrantes italianos, entre muitas outras etnias e grupos culturais.

Apesar da passagem de mais de 130 anos da imigração dos sírios e dos libaneses no Norte do Rio Grande do Sul, sua marca permanece nos descendentes, que lograram imprimi-la na cultura e na política das cidades da Serra Gaúcha, haja vista a importância que alguns cidadãos descendentes dos primeiros imigrantes alcançaram na vida pública. Para citar apenas dois casos: o primeiro, de Caxias do Sul, é o senador e ex-governador do estado Pedro Simon; o outro, de Bento Gonçalves, é a família de André Koff, ex-presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ambos filhos da Serra Gaúcha.

Referências

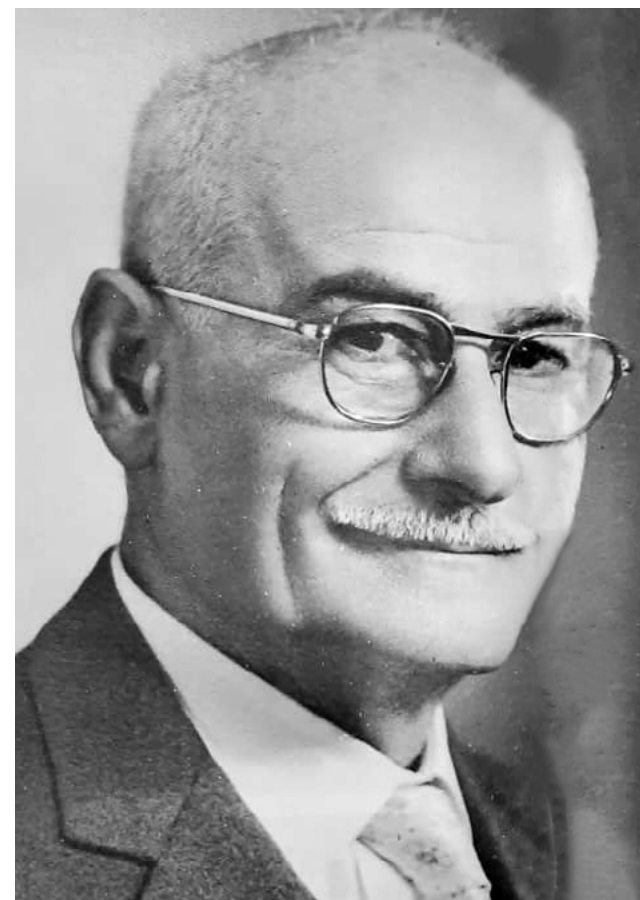
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Página inicial. [2---]. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: out. 2023.
- BARBOSA, Fidelis. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: Est, 1981.
- BASTANI, Tanus Jorge. *Memórias de um mascate: o soldado errante da civilização* Editora Briguier: Rio de Janeiro, 1949.
- BECKER, Klaus. Sírios e outros imigrantes árabes. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Editora Regional, 1958. v. 5.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *A história de Garibaldi*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FRANCISCO, Júlio Bittencourt. *Imigrantes, Mascates e doutores: Memórias e História Oral de Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro*. São Paulo: Giostri, 2022.
- GIARETTA, Jane Goreti Seminotti. *O Grande e Velho Erechin: Ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.
- KEMEL, Cecília. *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.



Pedro Simon, descendente de
imigrantes libaneses



Nagib Stella Elias, filho de Antonio
Manssur Elias.



Kalil Sehbe, imigrante libanês.

OS HÚNGAROS

Imre Herlinger e Lenke Josipovits: vivências de imigrantes judeus húngaros

Bernardo Luchini Bisatto

O presente texto busca apresentar aspectos das trajetórias do casal de imigrantes Imre Herlinger e Lenke Josipovits, judeus húngaros que estabeleceram residência no município de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis, em 1933. Partindo das memórias escritas pela filha do casal Ana Vera Herlinger Boff, busca-se caracterizar as formações familiares de Imre Herlinger e Lenke Josipovits, os espaços, os itinerários e os deslocamentos até a chegada a Veranópolis, as possíveis motivações para migrar, os elementos das culturas húngara e judaica que foram trazidos e transmitidos nas vivências familiares bem como as relações culturais com a população local, majoritariamente composta por imigrantes italianos e seus descendentes, professantes da fé católica.

Assim, ao iniciar esta narrativa de história familiar, considero necessária uma breve análise dos fluxos migratórios de húngaros para o Brasil, que iniciaram em fins do século XIX e se estenderam até a metade do século XX. Conforme Simone Lucena (2008), podem ser demarcados três principais momentos para a emigração de húngaros ao Brasil: em fins do século XIX, dada a crise política e socioeconômica enfrentada pela monarquia austro-húngara, somada aos incentivos oferecidos pelo governo brasileiro para colonos, condições que promoveram a migração de inúmeras famílias que formaram comunidades étnicas, sobretudo no meio rural, instalando-se nos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo; o segundo fluxo de húngaros teria migrado por consequência da Primeira Guerra Mundial, entre 1920 e 1929, dado o desmembramento da Hungria a partir do Tratado de Paz de Trianon, quando o país perdeu territórios para a Áustria, a Iugoslávia, a Romênia e a Tchecoslováquia – essas levas de migran-



Família de Américo Herlinger e Helena Josipovits.
Veranópolis (RS), década de 1940.

tes eram formadas por grupos de composição heterogênea e concentraram-se sobretudo no estado de São Paulo, onde operários e comerciantes permaneceram em centros urbanos, já os agricultores formaram comunidades étnicas no interior –; e a última grande onda migratória ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, a partir da ocupação da Hungria pela União Soviética, demarcada pela fuga de políticos, militares e profissionais liberais ou com formações técnicas que se opunham ao regime socialista.

Embora a maior parte dessas levas de imigrantes fossem compostas por cristãos de variadas vertentes, sobretudo católicos, batistas e luteranos, Simone Lucena (2008) aponta que várias foram as famílias de judeus húngaros que também chegaram ao Brasil no período entreguerras, principalmente na década de 1930, e em sua maioria possuíam formação superior, com destaque a médicos, advogados, engenheiros, entre outros. Sem pretensão de enquadrar a história do casal em processos migratórios mais amplos, dadas as particularidades que serão apresentadas a seguir, é possível também encontrar elementos de aproximação aos contextos de outros migrantes húngaros que se estabeleceram no Brasil.

Imre Herlinger nasceu em 09 de abril de 1901, em Budapeste, área urbana da capital húngara, filho de Maximilian e Carolina Herlinger, proprietários de uma casa comercial especializada em tecidos.

“Judeus abastados, não davam maior importância à religião, nesse sistema educaram os seis filhos”. “Estudo, esgrima, violino, equitação, passeios, excursões, teatro, tudo lhe era proporcionado com facilidade, bastando estender a mão para receber dinheiro do pai” (Boff, 1999, p. 10).

Lenke Josipovits, de nome hebraico Lia, nasceu em uma pequena aldeia rural em Rákász, filha de Gisela e Mor Josipovits, judeus ortodoxos, proprietários de terras, armazém e moinho.

“O avô Mor era um homem determinado, severo, caprichoso, voluntarioso. A avó Gisela era tipicamente a mãe-terra, que faz tudo e cuida de todos, submissa e acolhedora” (Boff, 1999, p. 10-13).

Imre e Lenke se conheceram durante a faculdade de Medicina, que ambos cursavam em Viena, “pois em Budapeste havia número restrito de vagas para estudantes judeus”. Nesse período casaram-se, ele no último ano do curso, ela no penúltimo. “De repente a notícia: a Viena, a famosa Viena das valsas, das flores, da alegria no ar, mostrava seu lado mais escuro e também os discriminava. Estudantes que não fossem austríacos receberiam o diploma, mas não poderiam trabalhar na Áustria” (Boff, 1999, p. 13). Assim, Imre mudou-se para Padova, onde concluiu os estudos. Lenke voltou para a Hungria, pois estava grávida do primeiro filho e não pôde concluir a faculdade. Diante da situação de cerceamento das liberdades dos judeus que se iniciava na Europa, o casal decidiu emigrar para a América, tendo como primeira opção a Argentina, intenção que foi negada na embaixada do país. Em suas memórias, Ana Vera Boff aponta que a Embaixada da Argentina os informou que a quota de imigrantes para o país estaria esgotada naquele momento, mas que o Brasil seria uma ótima opção para o casal (Boff, 1999).



No Brasil, aportaram em Santos e passaram a utilizar os nomes de Américo e Helena, já o primeiro filho do casal, nascido ainda na Hungria, permaneceu com o nome de Martin.

Deslocaram-se para São Paulo, onde alugaram dois quartos modestos na Mooca, um destinado para moradia, outro para atender pacientes, tendo como divisórias lençóis pendurados com arames. Nesse período nasceu Eva, a segunda filha do casal. Alguns meses mais tarde imigraram para o Brasil dois irmãos de Américo, Paulo e Bandi Herlinger, e uma irmã de Helena, Margit Josipovits. O casal permaneceu pouco tempo em São Paulo, pois Américo atendia como médico sem licença ou revalidação do diploma, e teria sido descoberto por órgãos de fiscalização ou denunciado por colegas insatisfeitos com a situação. “Como meu pai não dispunha de tempo para estudar e prestar exames na nova língua, mudaram-

-se para o Rio Grande do Sul, onde o exercício da medicina ainda era livre para estrangeiros” (Boff., 1999, p. 17).

No Rio Grande do Sul estabeleceram-se em Viadutos e posteriormente em Sarandi, onde nasceu a terceira filha, Ignez. Em Sarandi, Américo recebeu o convite de Hugolino Giusti e Alcides dos Santos para trabalhar no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade de Antônio Tedesco, no então município de Alfredo Chaves. Aceitando a proposta de emprego, em 1933 a família mudou-se para a pequena cidade da Serra Gaúcha, onde nasceu a última filha, Ana Vera.

“Após chegar em Alfredo Chaves e acomodar a família numa casa de material com divisões de madeira, alugada, meu pai visitou colegas. Foi recebido com frieza. Aos poucos conquistou clientes, o que não foi fácil, devido à ascendência e ao fato de ser um ‘estrangeiro’, um judeu de costumes diferentes” (Boff., 1999, p. 20).

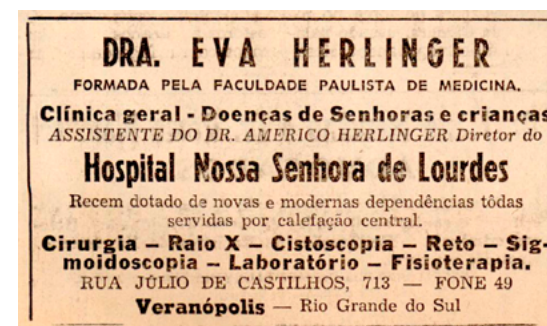
Algum tempo depois, Américo Herlinger, Hugolino Giusti e João Missaglia tornaram-se proprietários do hospital. Helena Herlinger, que não havia conseguido concluir a faculdade de Medicina, passou a auxiliar o marido em todas as atividades hospitalares: cirurgias, cuidados com enfermos, serviços de enfermagem e até mesmo preparo de alimentos. Além da família Herlinger, estabeleceram-se em Veranópolis, pouco tempo depois, Margit Josipovits, que adotou o nome de Margarida, e o casal de húngaros Nicolau e Margarida Radó, ele dentista e ela pianista (Boff., 1999).

O estranhamento cultural da família quanto ao modo de viver da comunidade é descrito por Ana Vera Boff:

Vejo as fotografias dos colonos a cavalo e as comparo com as de meus pais, de culotes, botas de cano alto e casacos, chicotes e chapéus complementando a elegância do traje europeu. Ele sempre usava ternos e camisas brancas e engomadas no trabalho. Achávamos elegante seu fumoir de lã bege, o casaco para vestir em casa. Eva e Ignez nunca esqueceram os bonés, as golas, de crochê, e vestidos tão diferentes das roupas das amiguinhas (Boff., 1999, p.18).

Os hábitos alimentares dos ítalo-brasileiros e da família também são apontados como motivo de estranhamento: “Eva também lembra que faziam troça porque a mãe cozinhava miúdos de gado e de galinha, considerados ‘coisas’ que deveriam ser jogadas a gatos

e cachorros” (Boff, 1999, p. 18). Helena Herlinger costumava cozinhar pratos da cozinha húngara, como *goulash*, panquecas com requeijão, *rétes* e sopa de tomate, mas também *gelfite fish*, oriunda da culinária judaica. A casa da família era outro motivo de curiosidade, sobretudo por parte das crianças que a frequentavam para brincar com os filhos do casal: os móveis desenhados por Américo Herlinger, produzidos em metal envergado, pintados em vermelho, as toalhas bordadas em ponto cheio, os tapetes coloridos, as linhas de cores vivas e as almofadas bordadas com flores húngaras chamavam atenção diante da simplicidade e da sobriedade das casas dos descendentes de italianos (Boff, 1999).



Anúncio no jornal Correio Riograndense, 1953.

Os hábitos de Américo e Helena Herlinger também os diferenciavam da maior parte da população de origem italiana estabelecida na cidade.

O casal costumava ler jornais, revistas, literatura especializada em Medicina e clássicos da literatura em diversas línguas: português, húngaro, alemão, espanhol, francês e inglês. Américo Herlinger era apreciador de música clássica, ópera e cinema e tocava violino, mas sua grande paixão era o xadrez, conforme aponta a filha Ana Vera Boff. Dedicou-se também à fotografia, tendo o próprio laboratório para revelação junto a um quarto escuro do hospital. Helena Herlinger é descrita pela filha como uma pessoa

habilidosa, que, para além da educação dos filhos e da supervisão da casa, dedicava tempo à pintura, ao corte e costura e aos bordados. Tinha como grande amor o trabalho junto à terra e foi considerada pela filha a pioneira no cultivo de tungue na região, sendo a única mulher sócia em uma cooperativa do setor em Caxias do Sul (Boff, 1999).

Embora os costumes cotidianos do casal gerassem estranhamento ou curiosidade junto à comunidade de inserção, o fato de serem judeus é apontado por Ana Vera Boff como um possível fator de atrito, sobretudo nos discursos dos freis capuchinhos que administravam a paróquia local, ao mesmo tempo que geravam contradições. As relações de Américo Herlinger com as instituições católicas são assim descritas pela filha:

Na época em que meus pais chegaram aqui, tanto nos anteriores, como mais tarde, os padres capuchinhos pintavam os judeus, para seus fiéis, como sendo assassinos de Jesus, lançando imprecações contra eles do alto dos púlpitos. Ao mesmo tempo, tratavam muito bem meus pais. Parece um contrassenso, porém era assim o seu proceder. Possuo fotos em que o Bispo, padres e meu pai aparecem lado a lado, rindo em festas de paróquia. O Dr. Américo tratava de graça os seminaristas e, pelo Natal, recebia de presente dos freis capuchinhos uma caixa de vinho produzido especialmente para ser consumido nas missas (Boff, 1999, p. 26).

Por não ser um judeu ortodoxo, possivelmente Américo Herlinger tenha se adaptado melhor ou relevado com mais facilidade a intolerância religiosa, o que não aconteceu com sua esposa: “Minha mãe sofreu muito com o que diziam os padres ao povo” (Boff, 1999, p. 27). Na primeira oportunidade que esteve na igreja, em uma missa de Sexta-Feira Santa, Helena Herlinger ouviu, conforme narra a filha, “palavras amargas e violentas dirigidas pelo padre contra seu povo, sua raça, sua religião” (Boff, 1999, p. 27). “Havia prevenção contra os israelitas sim, como exemplo, conto uma passagem significativa: minha irmã, Eva, com mais ou menos sete anos, jogou-se no colo da mãe ao voltar da escola: Mãe, eu tenho tanta, tanta pena da senhora, porque a senhora vai para o inferno” (Boff, 1999, p. 27), disse-lhe a filha que estudava na Escola São José, dirigida pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry.

Para além do cotidiano local, o casal acompanhava preocupado a ascensão dos fascismos na Europa. Diariamente aguardavam,

ansiosos, pelas notícias transmitidas pelo programa Repórter Esso, todos sentados na sala de estar da casa, atentos ao rádio, esperando por boas novas. “Porém, eram forçados a escutar sobre o poder e fascínio do ditador nazista, o avanço inexorável dos soldados, as torturas e execuções dos israelitas nos campos de concentração e em qualquer lugar” (Boff, 1999, p. 30). Conforme aponta Ana Vera Boff:

Lembro-me de, numa tarde, ver minha mãe chorando, num pranto resignado de alguém que já previa a desgraça, dirigir-se para o quarto, amparada por meu pai, os dois de cabeça baixa, arrastando-se, corpos pesados de dor. Haviam, soube anos mais tarde, recebido, por carta, a notícia da execução de meus avós maternos e de meus três tios nas câmaras de gás de Auschwitz (Boff., 1999, p.30).

Diante das dificuldades e pelo entendimento do contexto de inserção da família, Américo e Helena Herlinger criaram os quatro filhos como cristãos e pouco ou nada ensinaram-lhes sobre a cultura e as tradições judaicas. Ao envelhecerem, ambos aceitaram a conversão ao catolicismo, recebendo os sacramentos instituídos pela Igreja, podendo, assim, ser sepultados junto ao Cemitério Municipal.

Referências

- BOFF, Ana Vera. Uma família judia numa comunidade católica. In: BOFF, Ana Vera et al. (Orgs.) *Memória: imigração judaica no Brasil, no século XX*. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall/Museu Judaico de Porto Alegre, 1999.
- KOVÁCS, Katalina Öry. Tornar-se húngaro no Brasil mudança de identidade dos suábios da Hungria que se estabeleceram na Jaraguá do Sul, *Acta Hispanica*, v. 12, p. 115-127, jan. 2007.
- LUCENA, Simone. *Igreja cristã reformada do Brasil: identidade étnica e religião*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

OS SENEGALESES



Imigrantes senegaleses durante desfile da Festa da Uva.

Narrativas em trânsito: a imigração senegalesa em Caxias do Sul

Franciele de Almeida de Oliveira

Os deslocamentos humanos do século XXI evidenciam um novo momento da imigração Sul-Sul. O Brasil possui uma tradição de fluxos migratórios desde o século XIX e ganhou maior visibilidade internacional nas últimas décadas pela realização da Copa do Mundo e pelo cenário econômico e diplomático.

Segundo o Observatório das Migrações Internacionais (2022), as africanas e os africanos marcaram o maior fluxo migratório para o Brasil no período de 2010 a 2015, sendo em sua maioria imigrantes senegaleses.

Mesmo havendo uma redução da imigração dessa nacionalidade a partir de 2015, os senegaleses estão entre as principais nacionalidades que solicitaram refúgio de 2010 a 2021. No mesmo período, a Região Sul do país recebeu muitos desses imigrantes, registrando um aumento expressivo de deslocamentos de 17% para 46,7% (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). Para Mamadou Sène (2020)³⁶, chef e professor no Senac, conhecido pela sua “Fusion Cuisine”:

Posso dizer que eu era um dos poucos africanos no Brasil todo, e quando tinha africano a maioria era de países lusófonos das antigas colônias portuguesas, por causa da língua. A maioria dos africanos, do senegales, usa a África de língua inglesa, eles preferiam a Europa. Agora, nesses últimos anos, por exemplo, em Porto Alegre até 2013/2014, eu era um dos poucos senegaleses até 2000/2005, depois começaram a chegar no início do governo Lula. Aí que o Brasil começou a ter intercâmbio tanto comercial quanto cultural com a África. Hoje, através do governo Lula, você vê a Embrapa em vários países da África, e várias outras empresas, o comércio bilateral com a África aumentou bastante. Então começaram a chegar estudantes africanos de outras línguas, francesa e inglesa, para o Brasil. E também os senegaleses que migravam para a Europa, comerciantes como esses, hoje a maioria que está aqui trabalhando com o comércio. Eles escolhiam a

³⁶ Entrevista realizada pela autora em setembro de 2020, em Caxias do Sul (on-line).

Europa e os Estados Unidos, e a partir de 2012/2014 começaram a vir nessa onda de migração africana e senegalesa pro Brasil. Mas os senegaleses sempre foram pessoas de viajar, de sair pelo mundo.

A migração senegalesa masculina é caracterizada como laboral, ou seja, seu deslocamento é motivado pela busca de trabalho e melhoria nas condições de vida.

A família nesse processo ocupa um lugar central (Tedesco, 2015), pois a questão econômica envolve a manutenção financeira do grupo familiar. São recorrentes os relatos sobre as remessas de dinheiro enviadas ao Senegal de outros países – em 2015 elas corresponderam a 17% do PIB do país (Tedesco, 2018). No país os deslocamentos se configuram como um modo de vida e são sazonais, em sua maioria praticada por homens jovens em idade ativa de trabalho. No mercado de trabalho brasileiro, os imigrantes atuam nas indústrias de abate de animais³⁷, nos frigoríficos, nos restaurantes e no comércio, cumprindo longas jornadas com baixos salários (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).

Os processos migratórios geralmente são analisados na perspectiva econômica e referenciados como um processo masculino (Osman, 2006). No caso da migração senegalesa, as mulheres, mães, crianças e jovens permeiam todo o processo migratório, desde as que ficam no país e recebem remessas até aquelas que se deslocam junto ou posteriormente. Para Sakho, Diop, Mboup e Diadiou (2015), em algumas regiões mais conservadoras do Senegal o futuro do filho está associado aos esforços de sua mãe no centro da família. O sucesso de um filho no exterior é motivo de valorização para as mães que criam estratégias para viabilizar financeiramente a migração dos filhos.

A partir de 2015 percebe-se uma feminização das migrações e um crescimento de crianças e adolescentes no Brasil (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). Em 2021, o número de crianças e adolescentes alcançou 30% do número de imigrantes registrados. Para Sahko,

³⁷ O Brasil é atualmente o país que mais exporta frango *halal* no mundo, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023). A *halal* (lícito) é parte da alimentação na religião islâmica, que tem diferenças desde o abate de animais até a preparação e o consumo dos alimentos.

Diop, Mboup e Diadiou (2015), entre 1975 e 2008 a migração feminina do Senegal cresceu, contribuindo para a renda das famílias africanas. No caso da migração senegalesa, isso também foi perceptível com o aumento dos deslocamentos de mulheres e crianças, evidenciando um novo momento do processo migratório.

Motivadas pela reunificação familiar, as senegalesas ocupam papéis específicos dentro da comunidade por serem mulheres, mães e muçulmanas.

As senegalesas, além de virem em menor número, são mais difíceis de contatar pelas questões culturais e da língua. Como os homens em geral vêm antes, nesse caso os maridos e familiares, e são responsáveis pelo sustento nessa cultura (Herédia; Gonçalves, 2017), as mulheres muitas vezes não dominam o português e ficam mais restritas a espaços privados. Para Mariama Babji (2019)³⁸, enfermeira formada no Senegal e no Brasil,

Acontece que os senegaleses que chegam primeiro, tu chegou, custa o que custa, a pessoa precisa do emprego, porque precisa sustentar a família que deixou atrás. Então é muita gente que se surpreendeu, né. Mas a gente, por exemplo, tem um amigo que tá morando aqui e diz assim, ó: “ba, quando tu chega tu vai conseguir ganhar tal, é assim, ó, por exemplo, um salário de oito mil, essas coisas”. A pessoa que chegou aqui para conseguir emprego é uma dificuldade, fora a língua, né. Então... não é fácil e o português é uma das línguas mais difíceis. Se for na fala eu sempre falo pros guris: “tu pode achar que tu entende português, mas, se o que tu fala tu vai pra escrever tua fala, não vai entender uma palavra correta do que tu vai escrever”.

As famílias senegalesas trouxeram para Caxias do Sul diferentes configurações familiares, visto que em alguns lugares da África as categorias familiares são situacionais e não necessariamente por vínculos biológicos (Oyèwúmi, 2017). Segundo Fatou Sokhna (OLIVEIRA, 2022, pág. 102) “Depois é assim, eu mudei a uma cidade, deixei meus pais pra outra cidade, saí pra terminar meus estudos né, na casa da minha irmã, minha irmã é prima, a gente chama

³⁸ Entrevista realizada pela autora em outubro de 2019, em Caxias do Sul (presencial).

irmã também”. Primos são considerados irmãos, assim como pais e mães podem ser reconhecidos como tais mesmo não havendo laço consanguíneo (Oliveira, 2019). As famílias no Senegal são extensas devido à poligamia relacionada ao Islã, que permite que o homem tenha até quatro esposas. Segundo Mamadou Sène (2020)³⁹, “Eu tenho irmãos e irmãs, só que a maioria dos meus irmãos e algumas irmãs moram na Europa. Eu sou de uma família muito grande, somos vinte e quatro irmãos, é, por causa da poligamia, é... irmãos dos outros, das outras esposas do meu pai”.

As mulheres senegalesas se autodeterminam por meio da constituição da família e da maternidade.

Para Mariama Babji (2019)⁴⁰, “lá é assim, ó, pega na mulher muçulmana, o lugar da mulher é em casa, educar os filhos, cuidar da casa, do marido”. No Islã, a mulher casada e mãe tem sua atenção voltada para a sua família, sendo a responsável pela educação dos filhos. Em entrevista, Mamadou Sène trouxe memórias afetivas relacionadas a esse cuidado, sua mãe e avó:

[...] a minha mãe aprontando comida, eu levava a comida da minha vó, o almoço da minha vó e almoçava com ela e depois ia direto pra escola, já que a escola fica no mesmo bairro que ela morava. Então esse vai e vem me fez gostar da comida e a gente gostava da comida. É uma coisa que eu uso até hoje que lembra da minha vó, sempre que eu chegava com a comida, o almoço, ela separava uma parte que ela chamava de [palavra não identificada], quer dizer, a parte do ausente. E ela separava, nós almoçamos e ficava essa parte ali, se alguém chegar de tarde, qualquer hora do dia, pode comer. Senão o que sobra pode esquentar, deixar uma parte para o ausente para quando chegar na tua casa ter alguma coisa para comer, para você oferecer, e você nunca sabe quando chega com fome. Então ela tinha essa preocupação e esse compartilhamento. E eu guardei isso até hoje, levo isso para a minha vida, sirvo como lição. A gente sempre reparte com o outro.

“ O Senegal é um país de maioria muçulmana, cujos cidadãos praticam o sufismo e um Islã ligado às confrarias e aos líderes religiosos (Lia; Costa, 2018).

³⁹ Entrevista realizada pela autora em setembro de 2020, em Caxias do Sul (on-line).

⁴⁰ Entrevista realizada pela autora em outubro de 2019, em Caxias do Sul (presencial).

As confrarias cumprem um papel importante de elo religioso e difusão do Islã no Senegal e em outros países africanos. A mouridia, confraria da maioria dos senegaleses em Caxias do Sul, foi fundada por Cheikh Ahmadou Bamba (1850-1927), líder espiritual exilado (1895-1902) durante a colonização francesa. Para Gonçalves (2020, p. 36), “O sistema de confrarias, que privilegia aspectos como os da lealdade e da solidariedade intracomunitárias, serviu de modelo para a criação de outras confrarias fundadas por senegaleses, como a mouridia”.

Anualmente a comunidade senegalesa comemora o Magal de Touba, festa religiosa em homenagem ao Cheikh Ahmadou Bamba. Nas imagens registradas do Magal em 2021, é possível visualizar as vestimentas tradicionais. A maioria veste túnicas compridas e de manga longa, chamadas de *bayelaha*t, além de toucas de lã e mantas.



Magal de Touba.

...—♦—...
A vestimenta é também um momento de representatividade relacionado a momentos religiosos importantes (orações dos homens de sexta-feira, Ramadã e Magal de Touba) ou festivais (casamentos, festivais, entre outros).

Para Demba Sokhna⁴¹, produtor cultural, usar tais vestimentas “mata a saudade” do local de origem e marca um lugar material da existência da sua cultura. Nas entrevistas foi apontada também a adaptação das vestimentas dos imigrantes à cultura local para acessar empregos e sociedade. Segundo Demba Sokhna,

São momentos assim que a gente aproveita pra usar essa roupa, pra, de certa forma, matar aquela saudade mostrando que, assim, a gente tá longe fisicamente, mas a nossa metafísica continua carregando a nossa cultura e nosso corpo vestimentar. Então essas roupas tradicionais muçulmanas vêm carregando, vêm sendo carregadas durante todo esse tempo aí na colonização árabe-muçulmana, que existiu dentro da África, mil anos antes das chegadas dos portugueses, dos irlandeses, dos espanhóis na África para colonizar.

A vestimenta ocupa um lugar tão significativo na história da comunidade que, por iniciativa de Demba Sokhna e Neisa dos Santos, foi criado um festival de moda e cultura afro, o África Fashion e Diversidade, que buscou apresentar um novo olhar para a história e a cultura africana no Brasil e no Rio Grande do Sul por meio da indumentária. Todas as peças da terceira edição foram confeccionadas, desde a modelagem, por Saibatou Sakho⁴², imigrante senegalês. Em sua grande parte, os tecidos eram africanos, com exceção da chita, numa proposição de unir Brasil e África. O festival não apenas busca ressignificar a memória afro na região como também usa o passado em comum para se comunicar e estabelecer relações com outros grupos, como as imigrantes haitianas.



—♦—
África Fashion e Diversidade: modelo.
—♦—



—♦—
África Fashion e Diversidade: guerreiros.
—♦—

⁴¹ Live realizada em 20 de agosto de 2020, no formato virtual, no canal do Coletivo Aldeia (2020).

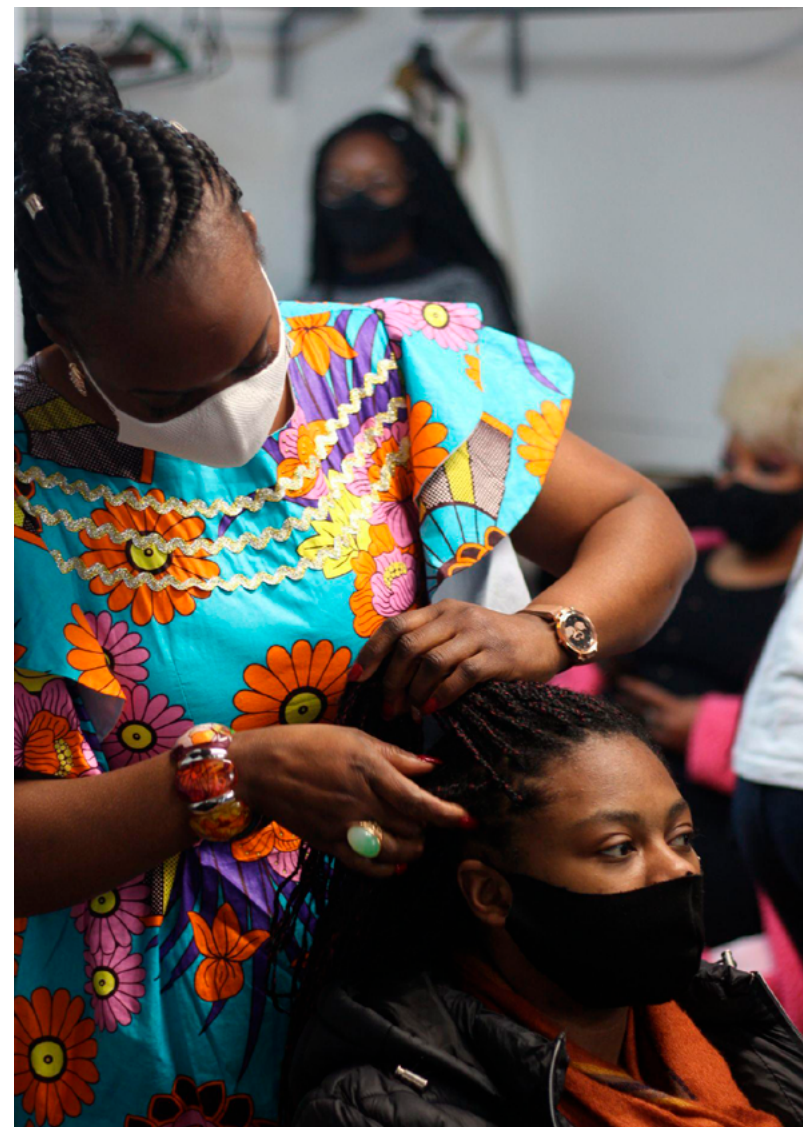
⁴² Fundador da marca LIFE URBAN, residente em Caxias do Sul desde 2015.

No África Fashion Festival as senegalesas não desfilam nem performam publicamente – em sua maioria são as brasileiras que o fazem –, mas em todos os momentos festivos elas estão na organização do evento, preparando as refeições ou na parte estética. Uma figura importante desses momentos é Fatou Sokhna, trancista mãe de dois meninos que mora em Caxias do Sul há mais de 10 anos. Fatou Sokhna era secretária administradora no Senegal e não conseguiu emprego na área. Para se inserir no mercado de trabalho, especializou-se e trabalhou como padeira confeitadeira, depois migrando para o ramo estético. Desde 2018 atua como trancista, um conhecimento que adquiriu no Senegal. A procura por esse tipo de saber também mostra uma valorização da estética afro em Caxias do Sul. O corpo, como social, tem padrões estéticos nos seus elementos, como nariz, boca e cabelo. A valorização da estética negra e afro torna-se um ato político e de resistência, buscando, na sua cultura histórica, os elementos de apreciação de si, do coletivo e dos seus traços. Na figura a seguir, Fatou estava preparando o cabelo das modelos da terceira edição do África Fashion e Diversidade,

Nas entrevistas com mulheres senegalesas em 2019, uma das questões referia-se às diferenças observadas entre brasileiras e senegalesas. Mariama Babji (2019)⁴³ comentou sobre o “tamanho” das roupas das brasileiras, principalmente no verão: “daí que, como eu, a gente somos muçulmanas, que nem aqui as mulheres usam saia curtinha, ou short, daí, bem curtinho, daí, a gente não consegue usar isso”.

“ *As imigrantes senegalesas residentes em Caxias do Sul não usam o hijab em sua maioria e, para se integrarem na sociedade local, usam roupas características da região (Oliveira, 2019).*

Dessa forma, não são percebidas como muçulmanas na cidade, principalmente porque no Ocidente essa imagem está muito ligada ao uso do hijab. De acordo com o relato da senegalesa Mariama Babji (2019)⁴⁴,



Terceira edição do África Fashion e diversidade.

⁴³ Entrevista realizada pela autora em outubro de 2019, em Caxias do Sul (presencial).

⁴⁴ Entrevista realizada pela autora em outubro de 2019, em Caxias do Sul (presencial).

Mas propriamente dizer, a pessoa te olhar e te dizer “tu é muçulmana”, não. Porque uma mulher muçulmana a identidade é assim, só que a pessoa poderia olhar e dizer que eu sou muçulmana usando o hijab. Aqui em todos os lugares as pessoas sabem que essa aqui é uma muçulmana, agora eu estou vestindo assim, tem que ser uma pessoa que conhece, né.

A diferença religiosa com a comunidade tradicional católica da região demarcou um espaço reivindicado e legitimado pela própria comunidade. Ser muçulmano passou a ter um caráter de diferenciação positiva no âmbito moral em relação a outros grupos migratórios e uma forma de não assimilação à cultural local (Gonçalves, 2020). Para essas famílias que vêm de diferentes regiões do Senegal, há em comum o ser estrangeiro, senegalês, negro e muçulmano em Caxias do Sul. A religião como elemento de integração e pertencimento grupal (Demant, 2004) fortalece, nesse contexto, a comunidade muçulmana senegalesa, mesmo que dentro da própria comunidade existam diferentes Islãs (mourides, tidianes, laienes e religiosos do ramo Mouride baye fall) (Gonçalves, 2020).

Considerações finais

A chegada de imigrantes africanos e latino-americanos e a ocupação central da cidade por parte deles promoveram uma série de debates tanto na sociedade civil quanto na esfera pública, incluindo a discussão sobre a presença negra e as questões raciais em Caxias do Sul. Para a vereadora Denise Pessôa⁴⁵,

O que acontece hoje é que a população negra em Caxias tá escondida, né, ela tá na periferia, ela tá no chão de fábrica, ela tá na casa das pessoas trabalhando como doméstica. São pessoas invisibilizadas, e aí, de repente, chegaram os imigrantes e foram pra onde? Foram pra praça principal da cidade [...]. Começaram a ver que existe negros em Caxias, sempre existiram, só que não estavam sendo vistos. Isso me chocou bastante, porque é aí que tu percebe o racismo.

Tais deslocamentos foram importantes também para o avanço das políticas públicas no município, dentre elas a aprovação da Política Municipal para a População Imigrante (Lei nº 8.748, de 16 de dezembro de 2021).

Na legislação municipal estão previstas e garantidas a igualdade de direitos, a regularização da permanência, a promoção e a participação social, cultural, educativa e na saúde pública.

O Magal de Touba talvez seja hoje um dos eventos a ser considerado pelo Poder Público e calendarizado para ganhar mais visibilidade, possibilitando a integração da cultura muçulmana senegalesa, com os outros Islãs presentes na cidade e outros grupos locais. No âmbito cultural, a redação da lei prevê “a abertura à ocupação cultural de espaços públicos; e o incentivo à produção intercultural”. No caso da imigração senegalesa, a produção de produtos culturais é significativa, seja de brasileiros sobre os migrantes ou dos senegaleses sobre os brasileiros, como é o caso do África Fashion e Diversidade.

Dentre as produções e iniciativas na cidade, é importante citar o Coletivo Ser Legal, que surgiu a partir da campanha Senegal, Ser Negão, Ser Legal, iniciada por Cheikh Mbacke Gueye em 2015; a Teranga do Brasil, feira de culinária, moda e cultura senegalesa, promovida pela Associação dos Imigrantes Senegaleses de Caxias do Sul em 2016; o curta-metragem *Demba África*, concebido por e com parte do desenrolar da narrativa no salão dos irmãos Sokhna, Fatou e Demba bem como dirigido por Marcelo da Rosa Costa, que aborda memórias coletivas da imigração de forma ficcionalizada, publicizando narrativas da imigração; a série documental *O olhar impercebido: crônicas da imigração*, que traz relatos de alguns imigrantes da cidade e foi realizada com recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc em 2021, dirigida por Marcelo da Rosa Costa e com produção de Demba Sokhna; o projeto de exposição fotográfica em espaços públicos “Ver o outro: as famílias senegalesas muçulmanas na Serra Gaúcha”, com curadoria de Demba Sokhna, Fatou Sokhna e Franciele Oliveira.

Com a pandemia e a piora do quadro econômico no Brasil, a imigração senegalesa teve uma redução no seu fluxo. No país, seus números mais expressivos ocorreram entre 2010 e 2015, e a partir de 2020 houve uma nova onda de deslocamentos em direção ao Norte Global. Nas entrevistas realizadas com imigrantes senegale-

⁴⁵ Fala realizada na II Semana de debates sobre o Dia Internacional das Mulheres: Entre a Espada e a Rosa, organizada pelo Instituto de Leitura Quindim (2019).

sas foi perceptível o desconhecimento da cultura senegalesa e do Islã por parte dos não senegaleses, o racismo cotidiano e o olhar de estranhamento com o estrangeiro, além da decepção com a questão financeira no Brasil.



A imigração senegalesa marcou os processos migratórios do século XXI de Caxias do Sul pela sua participação nas políticas públicas, pelas manifestações e ocupações de espaço públicos e pelos vários eventos realizados para troca cultural.

Percebe-se que a cidade se movimenta para pensar sua história para além da imigração europeia e branca, mesmo que haja um longo caminho a ser percorrido.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Ministério da Agricultura e Pecuária destaca vocação brasileira na exportação de carne de frango. *Gov.br.*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/ministerio-da-agricultura-e-pecuaria-destaca-vocacao-brasileira-na-exportacao-de-carne-de-frango>. Acesso em: 04 ago. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral; OBMigra, 2022. (Série Migrações).

COLETIVO ALDEIA. Papo Coletivo 1 – As novas imigrações em Caxias do Sul e a influência na indumentária local. *YouTube*, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Vjz5gzZesg&t=5s>. Acesso em: 04 ago. 2024.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. *Levados com a areia: estudo antropológico sobre a diáspora mouride no sul do Brasil*. 2020. 304 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Experiências Migratórias: uma migração sem mulheres. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL FAZENDO GêNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-14.

INSTITUTO DE LEITURA QUINDIM. Entre a Espada e a Rosa – Mulher Negra nos Espaços da Política Pública. *YouTube*, 09 mar. 2019. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wwOC36NScv0>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LIA, Cristine Fortes; COSTA, Jéssica Pereira da. *Imigrantes senegaleses: A presença muçulmana na Serra Gaúcha*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 155, p.185-209, dez. 2018.

OLIVEIRA, Franciele de Almeida de. *As senegalesas: a trajetória de mulheres africanas na serra gaúcha*. 2019. 60 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Área do Conhecimento de Humanidades, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8721>. Acesso em: 14 set. 2023.

OLIVEIRA, Franciele de Almeida de. *Narrativas em trânsito: decolonialidade, história pública e as famílias senegalesas muçulmanas em Caxias do Sul*. 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/11367>. Acesso em: 04 ago. 2024.

OSMAN, Samira Adel. O papel da mulher árabe no processo migratório entre o Brasil e o Líbano. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*, 2006, Florianópolis. Gêneros e Preconceitos: anais. Florianópolis: Mulheres, 2006. p. 00-00. Disponível em: <https://wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/organizacao.html>. Acesso em: 04 ago. 2024.

OYĖWŪMÍ, Oyèrónke. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: En la Frontera, 2017.

SAKHO, Pape; DIOP, Rosalie Aduayi; MBOUP, Bara; DIADIOU, Diodio. A emigração internacional senegalesa: das casas do campo às cidades litorâneas. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). *Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015. p. 23-50.

TEDESCO, João Carlos. Temores, ausências e redefinições: idiossincrasia na imigração senegalesa no Brasil. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 15-46, set. 2018.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro Alcides Trindade de. *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: Imigração laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra&vida, 2015.

MIGRANTES CONTEMPORÂNEOS



Churrasco oferecido pelos funcionários da Metalúrgica
Abramo Eberle, 1931.

Migrações contemporâneas: da colônia italiana à cidade multiétnica

Vania Beatriz Merlotti Herédia

A história da Serra Gaúcha foi marcada por distintos processos migratórios desde a sua ocupação. Ao longo dessa história, a marca identitária se fez pelo trabalho, reconhecida pelo crescimento de sua população, pela formação de sua mão de obra e pelo dinamismo de seu parque industrial, conhecida como uma zona próspera. Os deslocamentos populacionais foram absorvidos pela economia da região. O estudo abarca os principais fluxos migratórios para o município de Caxias do Sul, que nasce como sede da colonização italiana. A contribuição do estudo é trazer para a discussão as características das migrações contemporâneas que evidenciam um retorno às migrações históricas, como parte de sua história inicial.

Introdução

O Nordeste do Rio Grande do Sul é ocupado por imigrantes de origem europeia a partir de 1870. O governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul havia solicitado ao governo imperial mais 32 léguas quadradas para a obra da colonização. A ocupação das terras recebidas em 1848 estimulou a província a tal pedido, e, em 24 de maio de 1870, “o Presidente Dr. João Sertório criava dois territórios em apreço as Colônias Conde d’Eu e D. Isabel” (SÁ, 1950, p. 36). O nascimento dessas duas colônias se amplia com a fundação da Colônia “Fundos de Nova Palmira” e da Colônia “Silveira Martins”.

Essas quatro colônias oficiais formam, inicialmente, a zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul e são conhecidas como a Região de Colonização Italiana, uma microrregião histórica. A ocupação do território – localizado na encosta superior do Nordeste do estado – fez parte da política imperial, que tinha interesse em

ocupar as terras no Sul do Brasil, a fim de criar núcleos coloniais agrícolas que oportunizassem o trabalho imigrante na pequena propriedade.



A colonização agrícola foi exitosa e promoveu a inserção dos imigrantes italianos nos lotes coloniais, com o objetivo de estimular a policultura, com vistas a abastecer internamente a região.

Várias culturas foram identificadas como parte da economia de subsistência, e algumas se tornaram atividade predominante. A Colônia Caxias tornou-se um centro de produção agrícola e comercial e destacou-se

[...] pela produção das seguintes culturas: uva, trigo, milho, como culturas principais e feijão, linho, cevada, lúpulo, hortaliças, frutas, noqueira, centeio, batata e oliveira como culturas secundárias. A extração da madeira foi o sustentáculo da indústria extrativa e manufatureira, tendo um rápido desenvolvimento na região. Paralelamente a essa atividade primária, fator inicial determinante de seu progresso econômico, a colônia passou a ser um local de intenso comércio com o desenvolvimento da zona urbana e com a instalação de uma série de oficinas e pequenas indústrias (Herédia, 1997, p. 56).

O resultado dessas atividades gerou excedente econômico que foi investido em atividades manufatureiras, cujas implicações ao longo do período geraram necessidade de mão de obra de fora. A produção de vinho, farinha, madeira, tecidos, metalurgia, entre outros produtos, fez com que ocorresse uma migração da zona rural para a zona urbana, justificada em torno da busca por trabalho assalariado.

As primeiras migrações internas ocorreram no próprio município, devido à parcialização da propriedade e ao rápido crescimento econômico.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o país adota o modelo econômico de substituição às importações, o que favorece o crescimento da indústria na região, e o município de



Vida Colonial. Família Boff, em Ana Rech, 1904. Fotografia que se tornou um símbolo da colonização italiana no Rio Grande do Sul.



Caxias se transforma em polo econômico com destaque no comércio, nas indústrias tradicionais e nas oficinas manufatureiras. Nas décadas seguintes, o setor secundário cresce e se destaca no mercado nacional. O fluxo migratório também cresce e a população que se desloca é oriunda de regiões próximas a Caxias do Sul, como são os Campos de Cima da Serra. Portanto, os fluxos migratórios presentes na região registram a presença de culturas distintas daquelas de origem, mas que se integraram à hegemônica cultura italiana.

Alunos da professora Suely Bascu. Caxias (RS), 1930.



Na última década do século XX, o município se destaca como polo industrial e de serviços. O processo de globalização impõe a modernização do parque industrial, o que faz com que Caxias do Sul absorva mão de obra migrante. Até a década seguinte, absorve mão de obra nacional, principalmente dos estados do Sul, com algumas exceções de estados do Nordeste.



A partir de 2010, recebe mão de obra de fora do país, o que não era frequente na indústria local. A chegada de haitianos, seguida de senegaleses, ganeses e, mais tarde, venezuelanos modifica o cenário das migrações na região.

Pode-se dizer que houve uma forte transformação no município, que tem início com a colônia italiana e se transforma numa cidade multiétnica. As culturas desses grupos étnicos são distintas, mas estão unidas e integradas em torno do trabalho que a cidade oferece.

Migrações contemporâneas numa cidade de migrações históricas

A história de Caxias do Sul é uma história de migrações. Desde a fundação da Colônia Caxias houve a presença de diversos fluxos migratórios, principalmente deslocamentos de população no mesmo município e de outros vizinhos.

As migrações internas tiveram migrantes provenientes dos Campos de Cima da Serra, os quais tinham economias distintas de alguns municípios que formavam a Região de Colonização Italiana. Essas localidades como Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula, Esmeralda, entre outros, viviam da cultura do gado, da extração de madeira e da agricultura colonial, e, quando essas atividades se modernizaram, ou muitas declinaram economicamente, houve uma forte migração interna para locais que cresciam industrialmente, como foi o caso de Caxias do Sul.

A fonte de riqueza era “a indústria vinícola”, que estava em pleno desenvolvimento, graças à qualidade de seus produtos (IBGE, 1950). Vale ressaltar que a produção industrial cresce em confronto com a produção primária, principalmente na década de 1940. Vale ressaltar que a produção industrial cresce em confronto com a produção primária, principalmente na década de 40, do século XX, ou seja, antes da Segunda Guerra Mundial, a produção agrícola se destacava na análise do PIB do município e, no término da Guerra, a produção industrial a substitui e estabelece os parâmetros do polo industrial.

Na década de 1960, o parque industrial de Caxias foi reconhecido pelo governo do Rio Grande do Sul como Área Metalmeccânica⁴⁶ (Herédia, 2007, p. 95), o que promoveu uma série de estímulos para o desenvolvimento da indústria. Naquele período, as migrações internas se expandem, e a cidade recebe migrantes de outros municípios que até então não eram frequentes e abre espaços para migrações de outros estados. É importante explicitar que a migração que ocorria na cidade tinha características bem objetivas de migrações laborais. Caxias do Sul fazia parte das cidades médias não metropolitanas do polígono industrial e, conseqüentemente, era reconhecida como um espaço de migrações.



No final do século XX, recebe migrantes das fronteiras, fato não comum, mas que se torna um fenômeno frequente, sendo ampliado por migrantes do Nordeste brasileiro.

No final dos anos 90, a população que procurava emprego no município “era 75,70% não natural em comparação aos 24,30% de

⁴⁶ No governo estadual de Synval Guazelli, o polo fabril de Caxias do Sul recebe a denominação de Área Metalmeccânica do Estado do Rio Grande do Sul, o que representa um reconhecimento à capacidade industrial instalada e ao potencial que o município acumulava para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. A classificação oportunizava incentivo e estímulos fiscais que o governo atribuía à região e foi regulamentada pelo “Decreto 28.366, de 22/2/1979, ao definir o complexo metalomecânico da região de Caxias do Sul” (Herédia, 2007, p. 95).



Grupo de haitianos no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul.

naturais. O percentual de 75,70% mostra a presença significativa de migrantes no mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município” (Herédia, 2011, p. 69).

Além dos migrantes brasileiros que vinham para a cidade em busca de trabalho, com hábitos e costumes diversos dos que ali habitavam, em 2010 começam a chegar os migrantes internacionais⁴⁷, tendo alguns grupos predominantes, como os haitianos, senegaleses, ganeses e venezuelanos. São os **haitianos** que chegam primeiro e se inserem silenciosamente no mercado de trabalho

⁴⁷ Em estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul, em parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), e pelo Centro de Informações ao Imigrante (Ciai), identifica-se que as migrações internacionais assumiram uma dimensão transnacional, unidas pelas migrações laborais.

caxiense, esperando a possibilidade de trazer parentes e amigos para o destino escolhido.

Os haitianos não tinham como pensar, no momento da inserção, sobre seu retorno ao lugar de origem. Vinham para ficar. Muitos provinham de cidades – como Porto Príncipe – que tinham sido destruídas por terremoto e foram atendidos por acordos diplomáticos que o Brasil tinha com o Haiti. Os haitianos tornaram-se um dos primeiros grupos que chamam a atenção de migrações internacionais no século XXI, pela diferença contrastante de cultura.

A entrada dos haitianos no Brasil, por visto humanitário, configura-se, conforme Baeninger e Peres (2017), como uma migração de crise⁴⁸, e a cidade de Caxias do Sul começa a receber população daquele país. A presença militar brasileira no Haiti foi um fator determinante para a escolha do destino dos haitianos. A experiência da Missão Internacional das Nações Unidas para a estabilização no Haiti havia gerado vários acordos internacionais, e o Brasil se tornou um local de destino.

O perfil dos haitianos que chegam à região, segundo pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS, ajudam a esclarecer o perfil desse fluxo migratório.

[...] o motivo da migração é causado por uma catástrofe ambiental, e a população atingida não tem como permanecer no país. Os migrantes não são apenas jovens e não são apenas homens. Migram com a família, o que os difere dos senegaleses. São evangélicos e católicos, amparados por acordos diplomáticos, que foram assinados por governos anteriores, que legitimam a entrada no país de forma legal (Herédia, 2019, p. 9).

Os haitianos, devido à forma como entram no país, lutam para assegurar direitos que acreditavam ter sido prometidos durante o fluxo migratório. Querem participar da vida ativa no Brasil, por meio de direitos políticos e civis, e buscam reconhecimento de suas instituições, como certificados de estudo, diplomas de qualificação e documentos de identidade, como garantias.

⁴⁸ O conceito de Migração de Crise é assim utilizado por autores como Simon (1995) e Clochard (2007 *apud* Baeninger; Peres, 2017, p. 122): “[...] a definição de migração de crise se ancora em fenômeno condicionado socialmente e que reflete problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários”.



Senegaleses em Caxias do Sul.

Os **senegaleses** se diferenciam dos haitianos e apresentam motivos diversos para o processo migratório, pois provêm de culturas em que a migração faz parte de sua história e só permanecem nos locais de destino se tiverem trabalho. A migração laboral é a marca da cultura senegalesa.⁴⁹ Na cidade de Caxias do Sul há o registro de que os senegaleses que chegam a partir de 2012 vêm da África Ocidental em busca de trabalho. São jovens e adultos, predominantemente do sexo masculino, islâmicos, com idade entre 20 e 40 anos, casados e solteiros, com escolaridade média, provenien-

tes de diversas regiões do Senegal, como Dakar, Mbacke, Touba, Diourbel, Pikine, Kaolack, entre outras (Herédia, 2015). Falam várias línguas, e a maioria dos migrantes possui experiências de trabalho, não sendo a primeira migração. A situação oficial dos senegaleses é distinta dos haitianos, devido ao visto concedido a eles pelo governo brasileiro. O visto humanitário e a possibilidade de dispor de carteira de trabalho diferenciaram as condições enfrentadas pelos haitianos em comparação aos senegaleses.

Entretanto, quanto a outros grupos étnicos que fizeram parte das migrações contemporâneas no município de Caxias do Sul, observa-se “a presença, embora tímida, de grupos de imigrantes da Ásia, que integram os mais recentes fluxos migratórios para o Brasil. Desse grupo, destacam-se os **bengalis** e os **paquistaneses**” (Herédia; Gonçalves; Benini, 2019, p. 14).

Ainda é importante registrar os **ganeses**, que chegaram à cidade em julho de 2014, durante a Copa Mundial de Futebol, e foram acolhidos pela comunidade caxiense, sendo que esse tipo de migração, chamada de passagem, promoveu uma discussão comunitária sobre o papel das migrações. O motivo de migração dos ganeses é distinto de experiências anteriores, chamadas de migrações de passagem ou de trânsito, sendo que o local de destino final não seria a cidade de Caxias do Sul, apenas um espaço de transição. A entrada dos ganeses no país foi feita por visto turístico e, depois, protocolo de refúgio, com vistas a se movimentar dentro do Brasil. O perfil dos ganeses era de

[...] jovens, homens, solteiros, com escolaridade média e superior, falam fluentemente o inglês e buscam um destino que lhes garanta futuro. As experiências que trouxeram de seu país de origem eram experiências no comércio, em atividades artesanais urbanas, como encanador, sapateiro, açougueiro, professor, motorista, mecânico e alguns jogadores de futebol. Os três grandes motivos de migração apresentados pelos ganeses eram: busca de trabalho, perseguição política e trabalho familiar (Herédia, 2019, p. 11).

⁴⁹ A escolha do interior do Rio Grande do Sul como lugar de destino, segundo Tedesco e Grzybovski (2013), trata do agenciamento de migrantes islâmicos por empresários proprietários de frigoríficos no Norte do Rio Grande do Sul, devido à exigência do ritual do *Halal* na exportação de carne para países árabes.

Um fenômeno que aparece na agenda das migrações, na Serra Gaúcha, na segunda década do século XXI, é a migração internacional de latinos.

Em 2017 ocorre a mudança na legislação migratória no Brasil, que possibilita “a ordenação da imigração através da documentação, com vistos de residência temporária, visto humanitário, visto fronteiriço” (Baeninger, 2020, p. 350).

Em 2020, a partir da pandemia de Covid-19, as migrações internacionais sofrem mudanças drásticas, por estarem restritas à mobilidade urbana no país. Além do fechamento das fronteiras que decorrem do avanço da pandemia e da emissão de portarias por parte do governo federal⁵⁰ – as responsáveis pelas restrições de migrantes no país –, a diminuição de migrantes era eminente e modificava o cenário das migrações na cidade. Segundo o Ciai, em 2020 o número de migrantes internacionais registrados era de 443, sendo 343 haitianos, 57 venezuelanos, 11 senegaleses, 8 argentinos, entre outras nacionalidades (Herédia, 2022). Em 2021, o número de migrantes internacionais aumentou e tem-se registrado um total

“ [...] de 1.139 migrantes, tendo desses, 533 venezuelanos, 410 haitianos, 39 senegaleses, 31 argentinos, 28 colombianos, 25 uruguaios, 14 peruanos, 10 cubanos e diversas outras nacionalidades como angolanos, bolivarianos, chilenos, dominicanos, estadunidenses, ganeses, guineenses, italianos, mexicanos, portugueses (Herédia, 2022, p. 64).

Caxias do Sul recebe também migrantes **venezuelanos** que fazem parte da migração dirigida. O Projeto Acolhida, na fronteira

entre Roraima e Venezuela, “é o aparato institucional que desenha a política interna dessa imigração no Brasil, com a documentação providenciada nesse momento de ingresso no País” (Baeninger, 2020, p. 357). Por meio do Programa de Interiorização, a população imigrante é distribuída em diversos municípios que podem absorvê-la, sendo Caxias do Sul um deles. O número de venezuelanos antes desse programa era muito limitado na cidade, mas, a partir dele, cresce e se torna um número significativo de população que busca de trabalho.

Como conclusão, constata-se que a Região de Colonização Italiana no estado do Rio Grande do Sul teve um desenvolvimento econômico gradativo e próspero, baseado na pequena propriedade, no trabalho familiar, nas iniciativas de seus moradores e no valor dado ao trabalho, acompanhando o ritmo do desenvolvimento mundial.

A história dessa região é uma história de migrações. Em cada período histórico, desde a sua ocupação, a migração sempre esteve presente: primeiramente os habitantes da terra, depois a chegada dos europeus, seguidos pelos deslocamentos da própria população que estava em busca de terras e trabalho.

A inserção dos migrantes de municípios próximos, de culturas e práticas econômicas distintas, como os dos Campos de Cima da Serra, não alterou a hegemonia dos pioneiros.

Durante, praticamente, todo o século XX ocorreram deslocamentos populacionais, e na última década desse século chegaram os fronteiriços, que, em busca de trabalho, mantiveram hábitos dos locais de origem, o que provocou certa diversificação cultural. Até então, tinha-se, no cenário econômico, migrações principalmente internas, e a partir de 2010 começam as internacionais. Chegam

⁵⁰ As portarias interministeriais, arquitetadas pelo governo durante a pandemia de Covid-19, focaram em restrições excepcionais, no que tange à entrada de estrangeiros no território nacional, das quais são exemplos as de nº 615, de 11 de dezembro de 2020, e nº 652, de 25 de janeiro de 2021 (Brasil, 2020; Brasil, 2021). Contudo, as punições cabíveis, na hipótese de descumprimento das disposições das portarias, representam um anacronismo relativo à proteção dos direitos humanos no âmbito internacional: a possibilidade de o indivíduo ser deportado e a de ocorrer a inabilitação do seu pedido de refúgio (Tadiello Passarela; Herédia, 2021).

haitianos, senegaleses, ganeses, bengaleses, paquistaneses e outros povos latinos (uruguaios, paraguaios, argentinos, peruanos e venezuelanos), e a região absorve imigrantes que trazem outras culturas, de outras nações, que, atraídos pelo mundo do trabalho, escolheram-na como destino. Em 2017, o país muda a legislação migratória, o que promove uma reordenação dos fluxos migratórios e sustenta a imigração por meio da documentação.

Em 2020 o Brasil enfrenta uma pandemia, quando ocorre uma série de restrições quanto às migrações. Nesse contexto, há uma diminuição no processo migratório – que já era sentida desde 2016 – com a crise política e econômica que o país enfrentava. No caso do município de Caxias do Sul, percebe-se que, historicamente, as migrações eram promovidas por deslocamentos de populações internas, o que não afeta o grau de inserção e de exigências culturais no processo. Entretanto, nas últimas décadas, além das fronteiras do estado, as migrações também ultrapassaram as fronteiras nacionais, e Caxias do Sul demonstrou ser realmente uma cidade que absorve esse tipo de movimento.

Referências

ACNUR. *Dados sobre refúgio*. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BAENINGER, Rosana. Lei de Migração e política interna das migrações internacionais: a distribuição espacial da população imigrante no Brasil. In: RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosane. *Nova lei de imigração: os três primeiros anos*. Campinas: Nepo; Unicamp-Observatório das Migrações em São Paulo/Fapesp, 2020.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

HERÉDIA, Vania B. M. *O processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vania B. M. *Memória & identidade: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

HERÉDIA, Vania B. M. *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Quatrilha, 2015.

HERÉDIA, Vania B. M. Migrações em espaços contemporâneos: integração ou pluralismo cultural. *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, Faccat, Taquara, v. 16, n. 3, p. 1-14, jul./dez. 2019.

HERÉDIA, Vania B. M. Migrações internacionais numa cidade média brasileira no século XXI. *Revista Transversos – Imigração no tempo presente: experiência de vida e direitos humanos no Brasil*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 51-69, 2022.

HERÉDIA, Vania B. M.; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos; BENINI, Tatiana. Migrações no século XXI: problemas e oportunidades. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. 2019, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=8. Acesso em: 21 set. 2023.

HERÉDIA, Vania B. M. Migrações internas e suas dinâmicas: O caso de Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vania B. M.; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos; MOCELLIN, Maria Clara. *Mobilidade Humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre: Letra& Vida, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sinopse estatística*. Rio de Janeiro, 1950.

NOVA LEVA de imigrantes africanos preocupa autoridades de Caxias, RS. *G1*, 07 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/nova-leva-de-imigrantes-africanos-preocupa-autoridades-de-caxias-rs.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Álbum Comemorativo do 75º da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Comitê Nacional para os Refugiados: dados e recursos. 2020. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/comite-nacional-para-os-refugiados>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TADIELLO PASSARELA, V. A.; HERÉDIA, V. B. M. Migrações recentes: o descaso do processamento do protocolo de refúgio e a ruptura com o princípio do non-refoulement. *Revista Aedos – Migrações: Identidades, cultura e trajetórias*, [s. l.], v. 12, n. 27, p. 29-50, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108366>. Acesso em: 25 set. 2023.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denise. Dinâmicas migratórias dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 317-324, jan./jun. 2013.

Os organizadores e os autores

Gelson Leonardo Rech (org.) – Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da UCS, instituição na qual atua desde 2003. Concentra suas pesquisas em temas da Filosofia da Educação e da História da Educação, especialmente sobre os processos escolares entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Reitor da UCS, a partir de maio de 2022.

Terciane Ângela Luchese (org.) – Doutora em Educação pela Unisinos com estágio de Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Macerata e na Università del Molise. Professora na UCS no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Pesquisadora PQ CNPq e Pesquisadora Gaúcha pela FAPERGS. Pró-reitora de Graduação da UCS desde junho de 2023.

Roberto Radünz (org.) – Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com Pós-Doutorado no Institute of the American and Europe na Universidade de Varsóvia. Professor e pesquisador na UCS com atuação no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UCS (PPGHIS).

Anthony Beux Tessari (org.) – Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro da Diretoria do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil). Professor na Área do Conhecimento de Humanidades da UCS. Diretor do Instituto Memória Histórica e Cultural da UCS desde 2015.

Adonis V. Fauth – Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisador e escritor da ASVB – Associação Suíço-Valesana do Brasil, com sede em Carlos Barbosa (RS).

Adriana Fraga da Silva – Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem Mestrado e Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ambos em temas ligados aos estudos da Cultura Material e da Arqueologia. É professora associada na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vinculada ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), no curso de Bacharelado em Arqueologia.

Adriano Malikoski – Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, e graduado em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre e doutor em Educação pela UCS. É participante dos grupos de pesquisas GRUPHEIM – Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória, da UCS, e Os poloneses e seus descendentes no Brasil: um processo contínuo de integração, do Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade de São Paulo.

Artur Henrique Franco Barcelos – Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS). Mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no curso de Arqueologia, e do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional (PPGH-FURG).

Bernardo Luchini Bisatto – Graduado em História pela UCS, especialista em História e Gestão de Acervos pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e em Preservação, Conservação e Restauro de Bens Culturais pela UCS. Foi Coordenador do Museu Municipal de Veranópolis (Mumver) entre 2021 e 2024. É Assessor de Patrimônio Cultural e Memória na Associação de Turismo da Serra Nordeste.

Cristiane Bondan Rampazzo – Licenciada e mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul. As áreas de interesse de estudo e pesquisa abrangem a história oral e memória e os movimentos migratórios/imigratórios do século XIX em diante, especialmente no Rio Grande do Sul.

Franciele de Almeida de Oliveira – Licenciada e mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul. Atua como professora do Ensino Básico privado, historiadora e produtora cultural. Membro da gestão da Associação Moinho Cultural 2022/2023. Seu projeto de pesquisa *As senegalesas: A trajetória de mulheres muçulmanas na Serra Gaúcha* foi vencedor do 2º Prêmio AMAR (Associação Internacional de Estudos de Afetos e Religiões) na categoria monografia, contemplado com o 1º lugar em 2020. O audiovisual produzido a partir da pesquisa sobre as senegalesas foi premiado no Edital 226/2020 de Caxias do Sul.

Iraci Marin – reside em Caxias do Sul (RS). É professor aposentado e advogado. Publicou obras de ficção, bem como de pesquisa sobre a etnia polonesa. Publica contos

em diversas revistas, com participação em coletâneas e antologias.

Julio Bittencourt-Francisco – Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2002), graduado em Direito pelo Centro Universitário da Cidade (UNIVER-CIDADE, 2003), mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2005), e doutor em História das Sociedades Ibero-Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2017). Professor aposentado da UFRGS-FABICO. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em Museologia, atuando principalmente nos seguintes temas: museologia e diversidade cultural, imigração no Rio Grande do Sul, sírios e libaneses no Brasil, antropologia cultural e história.

Lucas Caregnato – Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Sinos (Unisinos), mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, graduado em História e especialista em História Regional pela Universidade de Caxias do Sul. Ex-coordenador do Núcleo de Apoio à Diversidade da UCS. Vereador em Caxias do Sul.

Lucas Thimmig Diel – Graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, possui Especialização em Direito e Processo do Trabalho. Vereador em Caxias do Sul e membro-fundador da Associação Cultural Germânica de Caxias do Sul.

Luiza Ebert de Oliveira – Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul, mestra em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina, com a dissertação intitulada *Imigrantes portuguesas em Caxias do Sul/RS (1954-1960): sociabilidades e experiências*.

Atualmente é professora de História na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul.

Tadiane Tronca - Natural de Caxias do Sul, professora e advogada, trouxe à tona em seus romances parte da história da imigração portuguesa na região. Estreou no gênero romance em 1995, com a publicação de Vapor Drina, obra premiada no Concurso Anual Literário de Caxias do Sul e que lhe rendeu a indicação ao prêmio Açorianos de Literatura, na categoria Autor Revelação. Em 2010, lançou Script e, em 2022, publicou seu terceiro romance intitulado A casa do navio pintado, finalista do prêmio AGES Livro do Ano 2023, e a pesquisa histórica As casas de ontem. Lançou, ainda, em 2015, em co-autoria, a divertida história O segredo dos baús. Foi secretária municipal da cultura de Caxias do Sul de 1997 a 2004.

Vania Beatriz Merlotti Herédia – Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e pós-doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova e Pós-Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular na Universidade de Caxias do Sul (1977-2022). Membro do Instituto Histórico São Leopoldo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como colaboradora. Faz parte como sócia-correspondente da Academia Olímpica de Vicenza, na Itália.

Vicente M. Dalla Chiesa – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisa e tem publicações relacionadas a: imigração italiana, história da igreja e presença metodista no Estado do Rio Grande do Sul.

Créditos das imagens

Apresentação: Etnias e diversidade

Grupo de funcionários da fábrica Abramo Eberle & Cia. reunidos em um piquenique oferecido pela empresa no Balneário Germani. Caxias (RS), [1910]. Autoria: Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

Retrato da família Grossi. Caxias (RS), 1908. Autoria: Giovanni Battista Serafini. Fundo: Família Pieruccini. Acervo: AHMJSA.

Diversidade cultural representada no desfile da Festa da Uva. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC-UCS).

Monumento Nacional ao Imigrante em 1958, durante a visita dos presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, e da Itália, Giovanni Gronchi. Autoria: Agência Nacional. Acervo: Arquivo Nacional.

Os indígenas

Índigena kaingang confeccionando cesta de taquara. Reserva Indígena Xapecó – Ipuacu (SC), 2004. Autoria: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Fonte de Água Azul, no distrito de Santa Lúcia do Piaí – Caxias do Sul, RS, 2013. Autoria: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Escultura de indígena produzida pelo “Grande Laboratório Artístico de Tarquínio Zambelli”. Foto: Anthony Beux Tessari. Acervo: Memorial Zambelli.

Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (Lepar), vinculado ao Instituto Memória Histórica e Cultural da UCS. Foto: Claudia Velho. Acervo: IMHC-UCS.

Carro alegórico da Festa da Uva de 1950, tendo em primeiro plano a representação de um indígena. Caxias do Sul (RS), 27/2/1950. Autoria: Agência Nacional. Acervo: Arquivo Nacional.

Pintura corporal indígena. Comunidade Kaingang Pânónh Mág de Farroupilha (RS), 2016. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Os negros

Maria Felícia dos Santos de Jesus com os filhos Libio, Aracy e Nely. Caxias do Sul, [déc. 1940]. Coleção Rosa Preiss. Acervo: AHMJSA.

Grupo de pessoas (não identificadas), tendo à direita possivelmente um tropeiro ou caixeiro-viajante. Autoria: Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: AHMJSA.

Plantação de enxertos na Estação Experimental de Viticultura e Enologia. Caxias do Sul, RS, 1933. Autoria: não identificada. Acervo: IMHC-UCS.

Grupo de operários do Lanifício Matteo Gianella. Caxias do Sul (RS), [1950]. Autoria: Studio Tomazoni Caxias. Fundo: Família Gianella. Acervo: AHMJSA.

Aprendiz da Seção de Botões de Pressão, Rebites e Ilhoses da Metalúrgica Abramo Eberle. Caxias do Sul (RS), década de 1950. Autoria desconhecida. Fundo: Metalúrgica Abramo Eberle S.A. Acervo: AHMJSA.

Obras de construção do ramal ferroviário Caxias – Montenegro. Caxias do Sul, 1909. Autoria: Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: AHMJSA.

Clube das Margaridas por ocasião do baile de coroação da rainha Iracema Nair Vieira, vista à direita de Jacó, um dos membros da diretoria do Clube. Caxias (RS), década de 1930. Autoria: Julio Calegari. Fundo: João Spadari Adami. Acervo: AHMJSA.

Atletas do Grêmio Esportivo Flamengo de Caxias do Sul (RS), década de 1950. Autoria: Jacob Kappes. Acervo: AHMJSA.

Atletas do Esporte Clube Juventude. Caxias do Sul (RS), década de 1960. Autoria: Jacob Kappes. Acervo: AHMJSA.

Início das obras de construção do Aeroporto Municipal de Caxias do Sul, [1938]. Autoria: Studio Geremia. Fundo: Família Sassi. Acervo: AHMJSA.

Os portugueses

Retrato de Guilherme Mano, trabalhando na tanoaria da Vinícola Luiz Antunes & Cia. Caxias (RS), [1915]. Acervo de Isaura Mano Bonho. Divulgação: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Vindima nos parreirais da Quinta São Luiz, propriedade da empresa Luiz Antunes & Cia. À esquerda, de chapéu e gravata, vê-se Armando Luiz Antunes. Caxias (RS), [1931- 1932]. Autoria: Giacomo Geremia. Doação: Graciema Müller. Acervo: AHMJSA.

Retrato do casal Carlos de Oliveira Dias e Maria Lopes (imigrantes portugueses) com os filhos Candido, Aires e Carlos. Caxias do Sul (RS), 1947. Autoria: Ary Cavalcanti. Doação: Neuza Facchin e Aires Lopes de Oliveira. Acervo: AHMJSA.

Livraria Saldanha, localizada na esquina da Avenida Júlio de Castilhos e Rua Visconde de Pelotas. Na porta central, de terno escuro, Henrique Saldanha Figueiredo, e, de paletó branco, Henrique Lisboa Saldanha Filho. Caxias (RS), [1930]. Autoria desconhecida. Acervo: AHMJSA.

Retrato de Aracy, Ana e Maria Saldanha (sentadas), e Antonieta e Palmira Saldanha (em pé). Caxias (RS), 1922. Autoria: Giacomo Geremia. Acervo: AHMJSA.

Aniversário de Antônio Mano, celebrado na Tanoaria San Martino, 1948. Acervo de Tadiane Tronca.

Os italianos

Retrato de José Caberlon e Tereza Bampi, 1902. Autoria: Postali & Beux Photographia. Fundo: Lazzaretti, Alberto João (Família). Acervo: AHMJSA.

Travessia de imigrantes em trecho do rio Caí, final do século XIX. Autoria desconhecida. Doação: Venus Brunetta Gazola. Acervo: AHMJSA.

1918 – Carregamento de vinhos para São Paulo na Estação Férrea de Caxias do Sul (inaugurada em 1910). Autoria desconhecida. Imagem publicada em: Álbum visita da Real Embaixada Italiana ao Rio Grande do Sul, agosto de 1918. Acervo: IMHC-UCS.

Sede da Colônia Conde D'Eu, atual município de Garibaldi. Data: [1892-1897]. Autoria: não identificada. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Sede da Colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves. Ao fundo, à direita, a Igreja Santo Antônio. Data: [1885-1897]. Autoria: não identificada. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Grupo de moradores e carros de boi na rua Silveira Martins, atual Avenida Júlio de Castilhos. Local: Colônia Caxias, atual município de Caxias do Sul. Data: [1885-1897]. Autoria: não identificada. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Silveira Martins, 1920. Lançamento da pedra fundamental do Monumento a Garibaldi. Disponível em: <http://mozzini.com.br/SilveiraMartins.html>. Acesso em: ago. 2024.

Colônia Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis. Ao centro, a Igreja Metodista. Data: [1892-1897]. Autoria: não identificada. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Moradores na Praça Garibaldi. Local: Colônia Antônio Prado, atual município de Antônio Prado. Data: [1885-1890]. Autoria: Giovanni Battista Serafini. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Propriedade da família de Angelo Cavinato. Travessão Thompson Flores, Nona Léguas – Caxias (RS), 1918. Autoria: Giacomo Geremia. Fundo: Família Cavinato. Acervo: AHMJSA.

Em 1879, foi iniciada a tradição da romaria de Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha (RS). Fotografia da década de 1930. Autoria desconhecida. Acervo: AHMJSA.

Vindima na propriedade de Albino Postali, localizada em São João da 2ª Léguas. Caxias (RS); 1911. Autoria: Primo Postali. Fundo: Família Postali. Acervo: AHMJSA.

Trabalho na Metalúrgica Abramo Eberle, 1914. Autoria desconhecida. Fundo: Metalúrgica Abramo Eberle S. A. Acervo: AHMJSA.

Comércio de Leon Iotti, localizado na rua Alfredo Chaves quase esquina com rua Sinimbu. Caxias do Sul, 1923. Autoria desconhecida. Acervo: AHMJSA.

Os alemães

Fábrica de carretas, foices, arados e enxadas, em Nova Petrópolis. Autoria desconhecida. Acervo: Arquivo Histórico Municipal Lino Grings de Nova Petrópolis.

Retrato das famílias Horn e Schmitt. À frente, a partir da esquerda, vemos as crianças Athos Horn, Zélia e Zayra Schmitt; na segunda fila, Odila e Ielva Horn, Isalina Castilhos, Abrelina Schmitt, Maria Elisa Soares. Na terceira fila, em pé, a partir da direita, vemos José Oldir Moreira e Lauro Schmitt. Caxias do Sul (RS), [1932-1933]. Autoria desconhecida. Doação: Zaira Kalikowski. Acervo: AHMJSA.

Bazar Bornheim, de propriedade de Hermann Bornheim, instalada no piso inferior da residência da família Scotti, defronte à praça Dante Alighieri, na esquina das ruas Júlio de Castilhos e Marquês do Herval. A partir da esquerda, vê-se: Irmgard Cecília Bornheim, Hermann Bornheim, Helmut Engelbert Bornheim, e Amália Marie Gerda Bornheim. Caxias do Sul (RS), [1937-1938]. Autoria desconhecida. Fundo: Família Bornheim. Acervo: AHMJSA.

Alunos e professor da Escola Comunitária da Linha Faria Lemos, em Santa Lúcia do Piaí – Caxias do Sul (RS). 1º de janeiro de 1927. Identificadas as alunas Leopoldina Griep Witt, Frida Rouch Witt, Anna Schumann e Rosa Braum Witt. O professor é Balduino Schmädecher. Autoria desconhecida. Doação: Elenita Schmitt Witt. Acervo: AHMJSA.

Professor Roberto Küster e seus alunos, 1937. O professor lecionou por 48 anos (de 1919 a 1977) nessa escola, localizada em Nova Petrópolis (RS). Autoria desconhecida. Doação: Nilson Küster. Acervo: Arquivo Histórico Municipal Lino Grings de Nova Petrópolis.

Pastor Paulo Remecke durante culto realizado na Igreja Evangélica Luterana do Brasil. O templo ficava localizado na Av. Júlio de Castilhos. Caxias do Sul, 1950. Autoria: Studio Geremia. Acervo: AHMJSA.

Retrato de mulheres, integrantes de um coral da zona alemã do Rio Grande do Sul. Localidade não identificada, [entre as décadas de 1920 e 1930]. Autoria: Primo Postali. Fundo: Família Radaelli. Acervo: AHMJSA.

Gesangverein Brudenbund, 1920. Hoje, Sociedade Irmandade da Vila Olinda, uma das mais antigas sociedades de canto de Nova Petrópolis (RS). Acervo: Arquivo Histórico Municipal Lino Grings de Nova Petrópolis.

Descendentes de imigrantes alemães no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Os poloneses

Pisanki – ovos em madeira pintados. Artesã: Kariane Golembieski. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Família do casal Pedro Kaczalla e Leopoldina Wons com os filhos Bárbara, Dorilde, Filomena, Fabiano, Anastazia e Verônica. Veranópolis, década de 1950. Autoria desconhecida. Acervo: Museu Municipal de Veranópolis.

Casamento de Angela e Pedro Petrikowski. Autoria desconhecida. Acervo de Valério Podenski.

Igreja de Santo Estanislau, em comunidade de descendentes de imigrantes poloneses, em Nova Prata. Autoria: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Família de Alexandre Pedrokoski. Acervo de Valério Podenski.

Descendentes de imigrantes poloneses no desfile da Festa da Uva. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Apresentação com dança artística da Braspol. Autoria: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Pisanki – ovos em madeira pintados. Artesã: Kariane Golembieski. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Quadro com a imagem de Nossa Senhora de Czestochowa. Acervo de Valério Podenski. Foto: Anthony Beux Tessari.

Os suíços-valesanos

Família do casal João Reschke (de origem polonesa) e Carolina Führer (de origem suíço-valesana) com os filhos Casemiro, Estevão, Tereza, Sigismundo, Maurícia, André, João, Justino, Leopoldina e Fabiano. Veranópolis (RS), 1922. Autoria: Luiz Fiori. Acervo: Museu Municipal de Veranópolis.

Família de Maurice Leopold Gedoz, imigrante suíço-valesano em Carlos Barbosa. Autoria desconhecida. Acervo: Associação Suíço Valesana do Brasil.

Família de François Louis Gedoz, imigrante suíço-valesano em Carlos Barbosa. Autoria desconhecida. Acervo: Associação Suíço-Valesana do Brasil.

Imigrantes suíços e descendentes comemoram os 50 anos de imigração em Santa Clara Baixa - Carlos Barbosa (RS), em 1º de agosto de 1925. Acervo: Associação Suíço-Valesana do Brasil.

Estandarte da Associação Suíço-Valesana do Brasil. Acervo: Associação Suíço-Valesana do Brasil.

Os britânicos e franceses

Freis capuchinhos no primeiro convento de Garibaldi, 1908. Ao fundo, a vista parcial de “Sorbone”, a sala de aula dos seminaristas, em 1908. À esquerda, os freis Estêvão de Sagrón, Rufino de Bellevaux, Romualdo Spada, Efrem de Bellevaux, e, apoiado na coluna, frei Geraldo de Gruffy. Autoria desconhecida. Acervo: Museu dos Capuchinhos de Caxias do Sul.

Frei Raymundo de Vovray-en-Bornes, frei capuchinho atuante na região da Serra Gaúcha. Autoria desconhecida. Acervo: Museu dos Capuchinhos.

Frei capuchinho Efrem de Bellevaux nas primeiras incursões na região de Vacaria (RS), década de 1900. Autoria desconhecida. Acervo: Museu dos Capuchinhos.

Chegada do frei capuchinho Bruno de Gillonnay no Rio Grande do Sul, em 1895. Autoria desconhecida. Acervo: Museu dos Capuchinhos.

Elijah e Sarah Fulcher. Data e autoria desconhecidas. Acervo da Igreja Metodista de Caxias do Sul.

Os espanhóis

Retrato de Francisco Sanches Filho (à esquerda) e amigo. Acervo particular de Giovanni Lazzarotto. Reproduzido de: RAMPAZZO (2023).

Sede da Colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves. Data: [1885-1897]. Autoria: não identificada. Doação: Siena Maria Calcagnotto Darsie e Luiza Helena Darsie. Acervo: AHMJSA.

Progenitores de Paco: Francisco Sanches e Antonia Buenacella Foan. Acervo particular de Giovanni Lazzarotto. Reproduzido de: RAMPAZZO (2023).

Retrato de Francisco Sanches Filho – “Paco”. Reproduzido de RAMPAZZO (2023).

Cultura espanhola representada no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul. Autoria: Aldo Toniazzo. Acervo: IMHC-UCS.

Os sírio-libaneses

Abdallah (Antonio) Manssur Elias, imigrante libanês. Autoria desconhecida. Acervo: Rafael Manssur Elias.

Kalil Sehbe, imigrante libanês. Autoria desconhecida. Reproduzido do Álbum do Centenário da Imigração Italiana no RS (1975), p. 60.

Nagib Stella Elias, filho de Antonio Manssur Elias. Autoria desconhecida. Acervo: Rafael Manssur Elias.

Pedro Simon, descendente de imigrantes libaneses. Acervo: Palácio Piratini.

Os húngaros

Família de Américo Herlinger e Helena Josipovits. Veranópolis, década de 1940. Acervo privado da família Boff.

Os senegaleses

Imigrantes senegaleses durante desfile da Festa da Uva de 2014. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Magal de Touba. Fonte: acervo da autora.

África Fashion e Diversidade: modelo. Foto: acervo da autora.

África Fashion e Diversidade: guerreiros. Foto: acervo da autora.

Terceira edição do África Fashion e diversidade. Foto: acervo da autora. Crédito: Milene Rostirolla.

Migrações contemporâneas

Churrasco oferecido pelos funcionários da Metalúrgica Abramo Eberle. Caxias (RS), 11/1/1931. Autoria: Studio Geremia. Fundo: Metalúrgica Abramo Eberle S. A. Acervo: AHMJSA.

Vida Colonial. Família Boff, em Ana Rech, 1904. Fotografia que se tornou um símbolo da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Autoria: Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: AHMJSA.

Alunos da professora Suely Bascu. Caxias (RS), 1930. Fundo: Suely Bascu. Acervo: AHMJSA.

Grupo de haitianos no desfile da Festa da Uva de Caxias do Sul. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Senegaleses em Caxias do Sul. Autoria: Anthony Beux Tessari. Acervo: IMHC-UCS.

Folhas de guarda

Operárias da Metalúrgica Abramo Eberle. Acervo: AHMJSA.

Operários da Metalúrgica Abramo Eberle. Acervo: AHMJSA.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

Feita a muitas mãos, o que é coerente com a diversidade cultural abordada, a Universidade de Caxias do Sul reúne nesta obra pesquisadores com saberes consolidados para tratar de um conjunto de etnias que povoam e embelezam o mosaico cultural da Serra Gaúcha.

Patrocínio:
FLORENSE

